



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS  
CURSO DE MESTRADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

**ADRIANA HOFFMANN**

**SINONÍMIA E HIPERONÍMIA: DAS RELAÇÕES ENTRE PALAVRAS PARA AS  
RELAÇÕES DE SENTIDO**

**CHAPECÓ  
2014**

**ADRIANA HOFFMANN**

**SINONÍMIA E HIPERONÍMIA: DAS RELAÇÕES ENTRE PALAVRAS PARA AS  
RELAÇÕES DE SENTIDO**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Morgana Fabiola Cambrussi.

CHAPECÓ  
2014

## UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Rua General Osório, 413D  
CEP: 89802-210  
Caixa Postal 181  
Bairro Jardim Itália  
Chapecó - SC  
Brasil

Hoffmann, Adriana

SINONÍMIA E HIPERONÍMIA: DAS RELAÇÕES ENTRE PALAVRAS  
PARA AS RELAÇÕES DE SENTIDO/ Adriana Hoffmann. -- 2014.  
98 f.

Orientadora: Morgana Fabiola Cambrussi.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da  
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em dissertacao  
Estudos Linguísticos (PPGEL), Chapecó, SC, 2014.

1. Semântica Lexical. 2. Sinonímia. 3. Hiperonímia.  
I. Cambrussi, Morgana Fabiola, orient. II. Universidade  
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

ADRIANA HOFFMANN

**SINONÍMIA E HIPERONÍMIA: DAS RELAÇÕES ENTRE PALAVRAS PARA AS  
RELAÇÕES DE SENTIDO**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em Estudo Linguísticos, defendido em banca examinadora em 13/11/2014.

Orientador (a): Profa. Dra. Morgana Fabiola Cambrussi

Aprovado em: 13 / 11 / 2014

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Mônica Mano Trindade Ferraz – UFPB



Profa. Dra. Cláudia Andréa Rost Snichelotto – UFFS



Prof. Dra. Aline Peixoto Gravina – UFFS

Chapecó/SC, novembro de 2014.

## **AGRADECIMENTOS**

A minha orientadora, pelo conhecimento compartilhado e, principalmente, pela confiança em mim e em meu trabalho, tornando tudo mais fácil.

A minha família que, apesar dos medos e preocupações, prestou-me toda a ajuda possível, sem a qual seria impossível realizar essa jornada.

Ao Leandro, por ser certamente o meu maior incentivador.

Ao Pedro e ao Miguel que, mesmo com pouca idade, compreenderam tantas ausências.

A Vanessa, pela parceria, pelas longas discussões e desabafos, mas, principalmente, pela amizade.

A Eudes e Margarete, pelo apoio nas horas de crise, pela solidariedade e pela gentileza.

Aos meus colegas, pessoas muito especiais, pela companhia, pela troca de experiências e simplesmente por conhecê-los.

A FAPESC/CAPES pelo apoio financeiro para o desenvolvimento desta pesquisa.

## **DAS UTOPIAS**

Se as coisas são inatingíveis... ora!  
Não é motivo para não querê-las...  
Que tristes os caminhos se não fora  
A mágica presença das estrelas!

Mário Quintana

## RESUMO

Esta pesquisa investiga como se caracterizam os fenômenos semântico-lexicais de hiperonímia e sinonímia quando tratados como relações entre sentidos estabelecidos pelas palavras na textualidade escrita. A sinonímia e a hiperonímia são definidas, respectivamente como relações de equivalência e inclusão. Para considerarmos duas palavras sinônimas, os seguintes critérios precisam ser observados: a equivalência de sentido e a identidade referencial. Já a hiperonímia está intimamente relacionada aos processos de categorização, sendo que se dá o nome de hiperônimo ao termo mais superordenado, mais abrangente sob o ponto de vista referencial (*fruta, animal, móvel*), e dá-se o nome de hipônimo (*pera, gato, mesa*) ao elemento mais específico. A relação entre hiperônimo e hipônimo é caracterizada por propriedades específicas como a transitividade e a implicação unilateral. Temos como propósito testar os critérios definidos para a sinonímia e as propriedades que se aplicam às relações hiperonímicas no tratamento de palavras isoladas, em palavras empregadas em um contexto escrito específico, a fim de verificar como essas relações mantêm-se. Para empreender nossas análises, selecionamos textos de versões digitais e impressas de revistas de circulação nacional do gênero divulgação científica, bem como, através desse *corpus*, analisamos as principais características desses fenômenos no âmbito textual. A base metodológica sobre a qual construiremos nossas análises é a Semântica Componential, cujo entendimento nos diz que o significado de uma palavra pode ser descrito em traços mínimos de significação. Acreditamos que as relações de hiperonímia e sinonímia, no nível sentencial/textual, podem ser explicadas através do apagamento e realçamento desses traços, de acordo com os sentidos estabelecidos pelo contexto às palavras em questão. Dessa forma, observamos que, em determinadas substituições lexicais por hiperônimos, temos uma relação de sinonímia estabelecida e não mais de hipônimo/hiperônimo. Ambos os termos, nesse caso, são utilizados para fazer referência a uma mesma entidade, e são equivalentes em sentido. Esta pesquisa teve o apoio financeiro da FAPESC/CAPES.

**Palavras-chave:** Semântica Lexical. Hiperonímia. Sinonímia.

## ABSTRACT

This research investigates the characterization of the lexical-semantic phenomena of hypernymy and synonymy when treated as relations between meaning established by words in written textuality. Synonymy and hypernymy are defined, respectively, as relations of equivalence and of inclusion. In order to consider two words synonyms, the following criteria must be observed: the equivalence of meaning, and the referential identity. Hypernymy, on the other hand, is closely related to the processes of categorization: the more superordinate term, broader from the referential point of view (*fruit, animal, furniture*), is given the name of hypernym; the more specific element is given the name of hyponym (*pear, cat, table*). The relation between hypernym and hyponym is characterized by specific properties, such as transitivity and unilateral implication. Our purpose is to test the defined criteria for synonymy, and the properties that can be applied to relations of hypernymy in the treatment of isolated words, for words employed in a specific context, in order to verify how these relations are maintained. To perform our analyses, texts were selected from digital and printed versions of scientific magazines with national circulation; through the corpus, the main characteristics of these phenomena in textual context are analyzed. The methodological framework on which these analyses are built is that of Componential Semantics, in which the meaning of a word can be described in minimal traits of significance. We believe that the relations of hypernymy and synonymy, on the sentence/text level, can be explained via erasure and highlight of these traits, in accordance to the meaning that the context establishes for these words. This way, we observe that, in certain lexical substitutions for the hypernyms, a relation of synonymy is established, and not one of hyponymy/hypernymy anymore. Both words are used, in this case, to reference the same entity, and are both equivalent in meaning. This research was subsidized by FAPESP/CAPES.

**Keywords:** Lexical Semantics. Hypernymy. Synonymy.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	<b>16</b>
<b>SIGNIFICADO, SENTIDO E REFERÊNCIA</b>	<b>16</b>
1.1 O SENTIDO E A REFERÊNCIA NA FILOSOFIA DA LINGUAGEM	16
1.2 A EXTRADIÇÃO DO REFERENTE NA LINGUÍSTICA MODERNA	23
1.3 A SEMÂNTICA LEXICAL	26
1.3.1 Semântica Formal	26
1.3.2 Semântica Componencial	29
1.3.2.1 Componentes ou traços semânticos	30
1.3.2.2 A análise componencial	33
1.4 FECHANDO O CAPÍTULO	34
<b>CAPÍTULO 2</b>	<b>36</b>
<b>AS RELAÇÕES SEMÂNTICO-LEXICAIS</b>	<b>36</b>
2.1 A RELAÇÃO DE SINONÍMIA	37
2.1.2 Alguns princípios definidores	37
2.1.3 A sinonímia como identidade referencial	42
2.1.4 A sinonímia como equivalência de sentido	44
2.2 A RELAÇÃO DE HIPERONÍMIA	45
2.2.1 O ponto de vista referencial	45
2.2.1.1 Reflexividade ou simetria	46
2.2.1.2 Implicação unilateral ou assimetria	46
2.2.1.3 Transitividade	47
2.2.2 O ponto de vista do sentido	48
2.2.3 Co-hipônimos e incompatibilidade	50
2.2.4 Os níveis de especificação ou inclusão e a categorização	50
2.3 FECHAMENTO DO CAPÍTULO	52

<b>CAPÍTULO 3</b>	<b>54</b>
<b>AS RELAÇÕES ENTRE O SENTIDO DAS PALAVRAS</b>	<b>54</b>
3.1 ALGUMAS DECISÕES METODOLÓGICAS	54
3.2 A SINONÍMIA NO CONTEXTO DE USO	58
3.3 A HIPERONÍMIA NO CONTEXTO DE USO	65
3.3.1 Casos em que os hiperônimos mantêm suas propriedades semânticas	65
3.3.2 Casos em que há equivalência de sentido	70
3.3.3 A relação de genericidade	86
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>92</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>94</b>

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa fundamenta-se na Semântica Lexical, que tem como objetivo estudar as propriedades do significado das palavras. Além de preocupar-se com o significado das palavras por si só, a Semântica Lexical também analisa como diferentes palavras contribuem para o significado da sentença e, além disso, como muitos significados lexicais se constroem na sentença. Segundo Jackendoff (2013),

Uma das primeiras coisas que se descobre quando se estuda semântica lexical é a impossibilidade de definir quase qualquer termo. Sempre há casos de núcleos estereotípicos, mas você geralmente encontra uma variedade de casos periféricos em que pode não conseguir dizer se estão no escopo do termo ou não. No continuum das cores, onde termina o vermelho e começa o laranja? Quantas pessoas tem que ser mortas para que se caracterize um genocídio? Definições do tipo comum não podem capturar esse tipo de julgamento gradiente, que são geralmente frágeis e dependentes de contexto (JACKENDOFF, 2013, p.138).

É sob essa perspectiva composicional que desenvolvemos essa pesquisa, tratando, especificamente, dos fenômenos semântico-lexicais da sinonímia e da hiperonímia. A sinonímia é definida por Cruse (1986) como uma relação de identidade, semelhança entre dois termos. Os exemplos a seguir ilustram essa relação:

- (1) a. Ela estava muita *calma* hoje.
- b. Ela estava muito *tranquila* hoje.

Conforme o exemplo acima, a palavra *calma*, da sentença (1a), foi substituída pela palavra *tranquila*, na sentença (1b), sem alterar o sentido da oração, ou seja, as mesmas informações que (1a) nos transmite são transmitidas pela sentença (1b). Os itens lexicais *calma* e *tranquila* podem, portanto, ser considerados sinônimos, pois apresentam equivalência de sentido.

Para a compreensão do fenômeno da hiperonímia, é preciso saber que, relacionado a ele, está o conceito de hiponímia. De acordo com Cruse (1986), uma das relações estruturantes mais importantes do vocabulário de uma língua é a hiponímia. Esta é a relação existente entre itens lexicais como *maçã* e *frutas*, *carro* e *veículos*, por exemplo. Dizemos que *maçã* é um hipônimo de *frutas*, e, inversamente, que *fruta* é um hiperônimo de *maçã*. Dessa forma, hiperônimo é o nome que se dá ao termo mais geral, superordenado; já o termo hipônimo nomeia os itens mais específicos, subordinados.

Esta pesquisa é muito relevante na medida em que se propõe investigar como os fenômenos de sinonímia e hiperonímia, na maneira como são descritos pela Semântica Lexical, se comportam na textualidade. Quando falamos desses fenômenos enquanto relações semânticas entre palavras, tratamos de todos os sentidos possíveis que essas palavras podem assumir, entretanto, quando analisamos essas relações na textualidade, passamos a tratar de um sentido específico, assumido pelas palavras naquele contexto composicional. É sob essa perspectiva que declaramos que esta pesquisa parte das relações entre palavras para as relações de sentido. Pretendemos demonstrar que, quando falamos de sinonímia, por exemplo, podemos considerar um par de palavras, tomadas isoladamente, como um excelente exemplo para essa relação. Entretanto, ao analisarmos essas mesmas palavras sob o enfoque da sentença ou do texto, verificamos que o sentido tomado por elas impede que uma relação de sinonímia se estabeleça. Do mesmo modo, palavras que normalmente são tidas como exemplos de hiperônimo/hipônimo, na textualidade, não mais atendem certos critérios estabelecidos para esse tipo de relação, dependendo do sentido que assumem.

Já que o ponto de partida de nossas análises é o texto escrito, gostaríamos de ressaltar que, no processo discursivo, a principal função dos sinônimos e hiperônimos é anafórica, ou seja, a de retomar referentes já expressos. A anáfora é, segundo Marcuschi (2001), o termo usado para designar expressões que, no texto, se reportam a outras expressões, enunciados, conteúdos ou contextos textuais (retomando-os ou não), contribuindo, assim, para a continuidade tópica e referencial. Segundo o autor, essa acepção de anáfora está longe da noção original, que indicava a repetição de uma expressão ou de um sintagma no início de uma frase.

Segundo Seide (2010), na maioria dos casos em que um hiperônimo é utilizado como elemento anafórico no nível textual, ocorre uma mudança em seu estatuto semântico, ou seja, ao retomar um referente previamente introduzido no texto, os hiperônimos adquirem as características de um sinônimo textual. Por exemplo,

- (2) Há cerca de 5 mil anos, uma tribo de pigmeus do centro da África saiu para caçar. Alguns deles notaram o estranho comportamento de javalis que comiam uma certa planta. Os animais ficavam mansos ou andavam desorientados<sup>1</sup>.

No exemplo (2), o termo *animais* retoma exclusivamente o referente *javalis*; teríamos, portanto, uma relação de equivalência (sinonímia), e não de inclusão entre termo superordenado e subordinado. Além de retomar somente um elemento no texto, a referência é controlada, na medida em que não permite a inclusão de novos referentes. Durante a continuidade do texto, o termo *animais* só será entendido como *javalis*, a não ser que novos referentes sejam apresentados e haja outra situação de retomada.

Este trabalho, particularmente, tratará da decomposição em primitivos semânticos dos termos pesquisados e de como o apagamento ou realçamento desses traços semânticos, em determinado contexto, interfere nas relações estabelecidas. Dessa forma, para que o hiperônimo assumira as características de sinônimo, na relação descrita pelo exemplo (2), é preciso que haja uma equivalência de traços semânticos entre esse hiperônimo e seu hipônimo retomado. Silva (2003) afirma que o elemento anafórico contém menos traços que seu antecedente, o que caracterizaria uma perda de informações na introdução do hiperônimo, mesmo com a manutenção do referente. Nossa hipótese vai na direção contrária. Cremos que a equivalência entre os termos ocorre pelo enriquecimento dos traços do hiperônimo. Este assimila traços do antecedente na relação de sinonímia. Por exemplo:

Animal – [+ ser vivo], [+animado], [+/- irracional]

Javali – [+ ser vivo], [+animado], [+irracional], [+selvagem], [+mamífero], [+quadrúpede], [+mammalia]

É possível observar, nas matrizes semânticas acima, que o hipônimo *javali* contém traços mais específicos em comparação ao hiperônimo *animal*, termo mais geral, como realmente ocorre neste tipo de relação. Para que aconteça a transformação do hiperônimo em sinônimo textual, ele também especificaria seus traços semânticos, equivalendo-se ao antecedente. Dessa forma, a matriz semântica de *animal*, conforme a palavra é empregada no

---

<sup>1</sup> Disponível em <http://super.abril.com.br/ciencia/drogas-5-mil-anos-viagem-446230.shtml>. Acesso em 31/10/13.

exemplo (2), ficaria com os mesmos traços da matriz de *javali*, havendo, dessa forma, um enriquecimento de informações do termo anafórico.

Essa adição de traços à matriz do hiperônimo, além de estabelecer uma relação de equivalência, reduziria sua abrangência à proporção que aumenta sua especificação, excluindo a possibilidade de outro hipônimo ser considerado. Isso significaria também que o hiperônimo, com os traços que lhe foram adicionados, continuaria sendo entendido, no decorrer do texto, como expressão sinônima, equivalente ao elemento retomado. Esta hipótese é formulada porque, para serem expressões sinônimas, não basta que duas expressões tenham a mesma referência, também precisam ter o mesmo sentido. Agora vejamos o exemplo abaixo:

- (3) Em uma briga entre lagarto e jararaca, a cobra leva a melhor. A picada dela o deixa fraco, perto da morte. Mas ele é esperto: foge da briga e corre atrás de remédio. Mastiga umas folhas e dias depois fica forte novamente. O índio, na espreita, acompanha todo aquele processo. Se alguém for picado por uma jararaca, ele corre em busca daquela mesma planta mastigada pelo lagarto. Primeiro, testa o remédio. Se der certo, a planta entra na lista de medicações daquela aldeia. Foi assim que, ao verem animais machucados roçando em uma árvore, os índios descobriram o poder cicatrizante do óleo de uma árvore chamada copaíba, por exemplo<sup>2</sup>.

No exemplo (3), a palavra *animais* retoma toda uma classe de indivíduos, da qual *lagarto* e outros hipônimos fazem parte. O item retoma um elemento do texto, portanto está sendo utilizado como elemento anafórico, mas refere-se a outros que não estão no texto e que poderiam ser incluídos a qualquer momento. Neste caso, observa-se a manutenção da relação semântica hiperonímica.

Visando confirmar nossa hipótese, temos como objetivo geral desenvolver a descrição e a análise dos fenômenos semântico-lexicais de hiperonímia e sinonímia, quando tratados como relações entre sentidos estabelecidos pelas palavras na textualidade escrita. Para tanto, traçamos os seguintes objetivos específicos: i) apresentar noções sobre significado, sentido e referência, relacionadas a esta pesquisa; ii) examinar a noção de sinonímia e hiperonímia sob a perspectiva formal; iii) analisar o uso da sinonímia nas substituições lexicais; iv) discutir a

---

<sup>2</sup> Disponível em <http://super.abril.com.br/ciencia/drogas-5-mil-anos-viagem-446230.shtml>. Acesso em 31/10/13.

mudança das características semânticas do hiperônimo no nível textual e iv) investigar a possibilidade de equivalência de traços semânticos na transformação do hiperônimo em sinônimo textual.

O corpus utilizado para as análises será constituído de textos de divulgação científica, que apresentem sinônimos e hiperônimos na função de anáforas lexicais. A escolha por esse gênero textual deu-se pelo fato de que, em uma verificação prévia, identificou-se a utilização da substituição sinonímica e hiperonímica com bastante regularidade, inclusive em vários níveis de especificidade semântica, no caso dos hiperônimos. Além disso, serão trechos selecionados de reportagens e artigos de circulação nacional, atestando a ocorrência dos fenômenos investigados. Gostaríamos de esclarecer que o corpus selecionado será tratado especificamente quando falamos da hiperonímia no contexto de uso, ao analisarmos nossa hipótese de transformação semântica do hiperônimo para sinônimo textual. Antes disso, em diversos comentários e análises, utilizaremos exemplos retirados de outras fontes e também sentenças formadas especificamente para esse propósito.

Do mesmo modo, é necessário esclarecer que, em nossas análises, trataremos das relações estabelecidas entre palavras pertencentes à classe dos substantivos, já que as relações de hiperonímia e sinonímia são paradigmáticas, ou seja, estabelecem-se entre palavras pertencentes a mesma classe gramatical. Entretanto, em nossa fundamentação teórica, utilizamos alguns exemplos que relacionam palavras de outras classes gramaticais, com a finalidade de elucidar certos conceitos.

Para cumprir com o que está sendo proposto, este trabalho será organizado em 3 capítulos. No Capítulo 1, apresentaremos algumas noções sobre o que a Filosofia da Linguagem e a Linguística Moderna entendem por significado, sentido e referência. Em seguida, trataremos especificamente das discussões semânticas a respeito desses temas, particularmente sobre o que nos diz a Semântica Formal e a Semântica Componential, cujos estudos constituirão o aporte teórico desta pesquisa. Traçaremos essa trajetória com o objetivo de introduzir o leitor nas questões sobre o significado das palavras, trazendo conceitos fundamentais, para, nos próximos capítulos, falarmos sobre as relações semântico-lexicais. No Capítulo 2 vamos tratar da sinonímia e hiperonímia como relações lexicais. Primeiramente, trataremos a questão da sinonímia e, além de apresentar as definições acerca do tema, vamos aprofundar as discussões a respeito dos critérios para que essa relação se estabeleça. Falaremos, então, da hiperonímia, das propriedades da relação hiperônimo/hipônimo e do processo de categorização. A apresentação dessas discussões

acerca das relações de sinonímia e hiperonímia é muito importante para que fiquem claros os critérios que as definem e as propriedades que as caracterizam. No Capítulo 3 vamos apresentar as nossas análises a respeito das relações de sinonímia e hiperonímia estabelecidas no interior do texto escrito. Para o estudo das hipóteses apresentadas, será feita a decomposição de traços semânticos das palavras em questão. De posse das matrizes semânticas dessas palavras, será possível verificar quais traços são comuns ao hipônimo e seu hiperônimo e se a hipótese de enriquecimento de traços do hiperônimo confirma-se, transformando-o em um sinônimo textual. Além disso, neste capítulo, procuramos esclarecer algumas escolhas metodológicas, como a definição do corpus e o método a ser utilizado para construção das matrizes de traços semânticos, já que não teremos um capítulo dedicado exclusivamente à metodologia.

## **CAPÍTULO 1**

### **SIGNIFICADO, SENTIDO E REFERÊNCIA**

A Semântica Lexical se ocupa de tudo o que diz respeito ao significado das palavras. O significado é um fenômeno complexo, que pode ser estudado sobre diferentes perspectivas e, normalmente, essas diferentes concepções estão relacionadas à associação feita entre uma expressão linguística e outro elemento, que pode ser um objeto no mundo, um construto mental, um conceito, enfim, a escolha desse outro elemento dependerá da teoria particular que se adota. Para promover uma caracterização mais precisa da noção de significado, a Semântica necessita servir-se de um conjunto auxiliar de conceitos, como, por exemplo, as noções sobre sentido e referência.

#### **1.1 O SENTIDO E A REFERÊNCIA NA FILOSOFIA DA LINGUAGEM**

De acordo com Abbott (2010), os bebês aprendem a apontar para algo, com a intenção de que outros também se concentrem no mesmo objeto, antes mesmo de falar ou andar; e esse pequeno comportamento humano é o início da referência. No âmbito da linguagem, o termo referência tem a ver com a relação entre as expressões linguísticas e o que elas representam, ou sobre o que ou de quem falamos quando as utilizamos.

A questão do referente foi amplamente discutida nos domínios da Filosofia da Linguagem, inicialmente procurando realizar uma análise lógica da sentença e de seus constituintes. É importante mencionar que, para esse tratamento lógico da linguagem, elementos como contexto extra-sentencial ou interação dos participantes, muitas vezes, eram abstraídos.

A noção de referência de Frege é a mais conhecida daquelas originárias da Filosofia da Linguagem e da Lógica. Embora a tradição lógica relacione expressões linguísticas diretamente às coisas do mundo, para Frege essa relação entre sinal e referência não é direta.

Ele afirma que “[...] a um sinal corresponde um sentido determinado, e o sentido, por sua vez, corresponde a uma referência determinada, enquanto que a uma referência (a um objeto) não deve pertencer apenas um único sinal” (FREGE, 1978, p.63).

Temos, então, um sistema formado por três unidades: o sinal, ou seja, os nomes próprios, que, segundo Frege, tratam de qualquer expressão significativa (palavra, expressão, frase assertiva); o sentido, que seria o modo de apresentação do objeto, e a referência, que seria o objeto do qual a expressão é o nome. “Um nome próprio exprime seu sentido e designa ou refere-se a sua referência” (FREGE, 1978, p.66-67).

Frege admitiu, diante da “imperfeição” das línguas naturais, que exceções a essa regra ocorrem. É possível, segundo ele, que nem todo sentido corresponda a uma referência e argumenta com o exemplo: “[...] as palavras ‘o corpo celeste mais distante da Terra’ têm um sentido, mas é muito duvidoso que tenha uma referência” (FREGE, 1978, p.63).

Frege também estava preocupado com o sentido e a referência de sentenças inteiras. De acordo com Evans (1982), Frege foi o primeiro a formular uma teoria sistemática do significado por um fragmento da linguagem natural, explicando como o significado de expressões complexas, especialmente frases, depende do significado de suas partes.

É possível dizer, conforme Abbott (2010) também mencionou, que Frege, então, começa a tratar da existência de um princípio que é de importância crucial para o estudo do significado, a composicionalidade. De acordo com esse princípio, o significado de uma sentença é determinado pelo significado das palavras que a compõem, mais sua estrutura sintática.

Para Frege, se substituirmos uma palavra da sentença por outra que tenha a mesma referência, mas sentido diferente, o sentido muda, mas a referência da sentença permanece a mesma. Entretanto, ao mudar o sentido de uma sentença, o pensamento também muda. Os clássicos exemplos “a Estrela da Tarde é um corpo iluminado pelo sol” e “a Estrela da Manhã é um corpo iluminado pelo sol” possuem a mesma referência, mas não o mesmo sentido, e, alguém que não saiba que está se falando do mesmo referente, pode pensar que uma sentença é verdadeira e outra falsa.

Dessa forma, segundo Frege, o pensamento gerado pela sentença é o seu sentido, e o valor de verdade de uma sentença é a sua referência. “Toda sentença assertiva, em face à referência de suas palavras, deve ser, por conseguinte, considerada como um nome próprio, e sua referência, se tiver uma, é ou o verdadeiro ou o falso”. (FREGE, 1978, p.69). No caso das sentenças, portanto, Frege também admite ser possível que elas tenham um sentido e não uma

referência. Entretanto, neste caso, não poderíamos dizer se o que está se afirmando é verdadeiro ou falso. Para entendermos melhor, em um enunciado recente, vejamos a sentença abaixo:

(4) O presidente do Supremo Tribunal Federal autoriza transferência de mensaleiras para Belo Horizonte <sup>3</sup>.

Utilizando os argumentos de Frege, ao analisarmos a sentença (4), só saberemos se é verdadeira se, além de sentido, pudermos atribuir uma referência a “presidente do Supremo Tribunal Federal” e às outras expressões nominais que constituem a sentença, estabelecendo-lhe um valor de verdade. Segundo ele, “[...] é a busca da verdade, onde quer que seja, o que nos dirige do sentido para a referência” (FREGE, 1978, p.69). Sendo assim, sem referência, não podemos atribuir valor de verdade.

Sobre a obra de Frege, é importante também salientar que a referência nunca é tratada sob o viés mentalista ou psicológico. A referência, portanto, não é algo que varia de acordo com o conhecimento de um indivíduo, mas é algo que pessoas diferentes (ou a mesma pessoa em momentos diferentes), com diferentes saberes e crenças, mas com a mesma língua, terão em comum.

Russell também contribuiu para os estudos da referência, mas rejeita a proposição de sentido para as expressões, ou seja, acredita na referência direta. Ele, entretanto, faz uma oposição entre nomes próprios, que de fato denotam um objeto, e expressões denotativas, com o objetivo de tentar uma interpretação às sentenças que, segundo Frege, teriam sentido, mas não teriam referência.

Expressões denotativas, de acordo com Russell, são descrições definidas, como “a rainha da Inglaterra”, “o satélite natural da Terra”, e descrições indefinidas, como “um número primo”, “uma mulher que conheci”.

A tese de Russell sobre a questão da significação (...) procura demonstrar que o erro categorial de confundir nomes próprios com descrições levou Frege a construir uma teoria da significação que admite sentidos sem referência e orações significativas sem valor de verdade. Frege teria confundido, segundo Russel, os verdadeiros nomes próprios, que designam objetos, independentemente da frase em que ocorrem, com as descrições, que, não sendo nomes, não denotam nada (CARDOSO, 2003, p.58).

---

<sup>3</sup> Exemplo adaptado de: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/barbosa-autoriza-transferencia-de-mensaleiras-para-bh-para-bh>. Acesso em 04/01/14.

De acordo com Russell (1905), expressões denotativas, como seria o caso de “o corpo celeste mais distante da Terra”, usado por Frege como exemplo, são símbolos incompletos. Segundo ele “[...] expressões denotativas são parte de uma frase, mas não têm significado por conta própria, e tomadas isoladamente, não denotam nada<sup>4</sup>” (RUSSELL, 1905, p.488).

Além disso, se Russell estivesse analisando o exemplo (1), ele diria que é possível atribuir à sentença um valor de verdade e, portanto, referência, se a analisarmos da seguinte forma:

- a) Há pelo menos um presidente do Supremo Tribunal Federal.
- b) Não há mais de que um presidente do Supremo Tribunal Federal.
- c) Se alguém é o presidente do Supremo Tribunal Federal, ele autorizou a transferência de mensaleiras para Belo Horizonte.

Segundo o filósofo, se todas as proposições dessa análise estiverem corretas, a frase é, portanto, verdadeira. Baseado nesse modo de avaliar as sentenças, Russell analisa a famosa frase “O rei da França é calvo”. Como a França não é uma monarquia, uma sentença como essa deveria ser considerada falsa ou sem valor de verdade? Provavelmente, para Frege, ela não teria valor de verdade, já que não podemos lhe atribuir uma referência. Entretanto, para Russell, essa sentença é falsa, pois não há uma entidade (e apenas uma) que seja o rei da França.

As teorias de Russell geraram algumas polêmicas no interior da Filosofia da Linguagem e essas discussões provocaram um deslocamento da questão da referência do plano lógico-analítico para a linguagem em uso. Strawson foi um dos filósofos que, a partir de suas análises do trabalho de Russell, apresentou essa nova abordagem para a teoria da referência.

Em relação à interpretação dada por Russell para a sentença “O rei da França é calvo” como sendo falsa, Strawson (1950) diz que ela não é nem verdadeira nem falsa, pois, para lhe atribuímos um desses valores, deveria haver, em algum mundo, alguém que é o rei da França. Dessa forma, é possível que uma sentença tenha significado, mesmo sem se referir a nada ou ninguém, pois significar não é o mesmo que referir.

Além disso, a referência é uma questão de uso. As expressões não fazem referência, quem faz referência são os usuários da língua quando utilizam as expressões em determinados

---

<sup>4</sup> Tradução livre, no original: “[...]a denoting phrase is essentially part of a sentence, and does not, like most single words, have any significance on its own account”. (RUSSELL, 1905, p.488).

contextos. Segundo Strawson (1950, p.328), “as pessoas usam expressões para se referir a coisas particulares, mas o significado de uma expressão não é o conjunto de coisas ou a única coisa a qual a expressão fez referência: o significado é o conjunto de regras, hábitos, convenções para seu uso em referência<sup>5</sup>”. Como o significado de uma expressão é o conjunto de regras ou convenções que permitem que certas referências sejam feitas, podemos empregá-la sem estarmos efetivamente nos referindo a algo, como nos textos ficcionais, por exemplo.

A teoria da referência de Strawson (1950) também traz uma importante caracterização. Ela difere o uso das palavras referenciais (acerca de que ou quem se está falando), do uso das palavras descritivas ou atributivas (o que se está dizendo sobre isso, ele, ou ela). Quando estamos nos referindo a algo ou alguém, por exemplo, o interlocutor precisa identificar essa referência. Além da convenção linguística, para que isso aconteça, o contexto do enunciado é de extrema importância. Por contexto, Strawson (1950) quer dizer o tempo, o lugar, a situação, a identidade do orador, os assuntos que formam o foco imediato de interesse e as histórias pessoais dos interlocutores. Ele cita palavras como “isto”, “eu”, “ele”, como as mais dependentes do contexto, ou seja, sem o contexto, não saberemos a quem elas estão se referindo. Entretanto, para que descrições definidas, do tipo “o autor de Dom Casmurro”, sejam bem sucedidas, basta a pessoa de quem estamos falando ter essa característica.

De acordo com Strawson (1950, p.337),

Uma outra diferença entre convenções usadas para se referir e convenções usadas para descrever é que o preenchimento das condições para um uso correto de uma expressão descritiva é parte do que é afirmado por tal uso, mas o cumprimento das condições para um uso correto de uma expressão referente nunca é parte do que é dito, embora seja implícito por tal uso<sup>6</sup>.

Donnellan (1966) fez uma crítica a Strawson, e também a Russell, argumentando que ambos desconsideraram a ambiguidade de intenções com que descrições definidas podem ser utilizadas. Segundo ele, expressões descritivas também têm função referencial, dependendo da intenção do falante. Vamos considerar a sentença abaixo:

---

<sup>5</sup> Tradução livre, no original: “People use expressions to refer to particular things. But the meaning of an expression is not the set of things or the single thing it may correctly be used to refer to: the meaning is the set of rules, habits, conventions for its use in referring”. (STRAWSON, 1950, p.328).

<sup>6</sup> Tradução livre, no original: “A further, and perfectly general, difference between conventions for referring and conventions for describing is one we have already encountered, viz. that the fulfillment of the conditions for a correct descriptive use of an expression is a part of what is stated by such a use; but the fulfillment of the conditions for a correct referring use of an expression is never part of what is stated, though it is (in the relevant sense of “implied”) implied by such a use”. (STRAWSON, 1950, p.337).

(5) “Quem é o homem que está bebendo o Martini?”<sup>7</sup>”

Como contexto possível para a sentença (5), imaginemos um apartamento onde só moram homens. Um desses moradores comprou uma garrafa de Martini e, então, percebe que alguém bebeu seu Martini, sem lhe comunicar. Neste caso, o falante da sentença (5) não tem um indivíduo particular em mente, a descrição faz parte da questão e o falante deseja identificar quem se encaixa nessa descrição. Este seria um exemplo de uso atributivo da expressão descritiva.

Em outro contexto possível, imaginemos um bar, onde dois indivíduos estão conversando, e um deles fica interessado em saber quem é outro indivíduo que está do lado oposto do bar. Ele, então, profere a sentença (5). Como ele só pretende identificar um indivíduo particular, outra descrição também teria o mesmo efeito, como “Quem é o homem de camisa azul?” Neste caso, a expressão descritiva só tem a função de identificar a pessoa sobre a qual queremos falar, portanto, seu uso é referencial, e não atributivo.

Agora, vamos imaginar que, no caso do segundo contexto, o homem na verdade estivesse bebendo água, e não Martini, como pensou o falante. Para Donnellan (1966), o valor de verdade da sentença continuaria válido. Segundo ele, pressuposições falsas só alteram o valor de verdade de casos em que as expressões descritivas estão sendo utilizadas como atributivas, como no primeiro contexto, pois é necessário que alguém corresponda fielmente à descrição para ela ser verdadeira. No caso de uso referencial das expressões descritivas, quando elas são só um meio de identificarmos o referente, a sua correta identificação pode acontecer mesmo se houver erro na pressuposição. A mudança do valor de verdade seria uma das maiores provas da função referencial e atributiva das descrições definidas.

A teoria de Donnellan também sofreu críticas de outros filósofos e, a partir de algumas dessas críticas, Kripke e Putnam, separadamente, desenvolveram o que é conhecida como a nova teoria da referência ou teoria causal. Essa teoria oferece uma explicação de como os nomes próprios e os termos que designam elementos naturais (água, ouro etc.) se ligam aos seus referentes. Trata-se de uma teoria que desconsidera as descrições como parte do sentido de um nome, ou como uma propriedade de identificação, como os filósofos anteriores.

De acordo com Kripke (1980), os nomes são designadores rígidos, introduzidos por uma espécie de batismo inicial, e neste batismo sua referência é fixada. Este nome vai sendo

---

<sup>7</sup> Tradução livre, no original: “Who is the man drinking a martini?” (DONNELLAN, 1966, p.287).

transmitido pelos falantes, fixando a referência historicamente. O referente de um nome é determinado por uma cadeia causal de comunicação.

A noção de batismo inicial também está presente em Putnam (1973), entretanto, ele o chama de “evento introdutório”. Segundo o filósofo, nem sempre as descrições que possuímos sobre um determinado objeto possibilitam que realmente o identifiquemos. No caso do “ouro”, por exemplo, sabemos que ele possui as propriedades “metal” e “dourado”, mas, normalmente, isso não nos faz capazes de identificar com exatidão quando se trata realmente de ouro, e somos obrigados a recorrer a outros membros do corpo social, os quais são previamente considerados como *experts*, para a realização de tal identificação.

Com esse pensamento, Putnam (1973) introduz sua hipótese da universalidade da divisão do trabalho linguístico. Segundo sua teoria, cada comunidade linguística possui exemplos da divisão do trabalho linguístico, ou seja, possui pelo menos alguns termos cujos “critérios” associados são conhecidos apenas por um subconjunto dos oradores, e cuja utilização pelos outros oradores depende de uma cooperação estruturada entre eles.

Esta divisão do trabalho linguístico pressupõe a divisão do trabalho não-linguístico. Por exemplo, para algumas pessoas, é muito importante saber distinguir o ouro de outros metais; para outras, não há qualquer razão para isso. Há também palavras que não apresentam nenhuma divisão do trabalho linguístico, como a palavra *cadeira*, afinal o orador não necessita de nenhum conhecimento especializado para identificar uma cadeira. Entretanto, segundo o autor, com o aumento de divisão do trabalho na sociedade e a ascensão da ciência, mais e mais palavras começam a apresentar este tipo de divisão do trabalho linguístico.

Neste percurso histórico das questões da referência, nos domínios da Filosofia da Linguagem, mesmo que questões como contexto e intenções do falante tenham sido apresentadas, para Cardoso (2003),

Esses filósofos da linguagem jamais questionam os referentes. A linguagem, para eles todos, tem como função primeira representar o mundo, quer seja atributivamente, quer seja referencialmente. Nesse quadro de representação e representado, o referente ou representado é inquestionável. A função da verdade é aproximar-nos, o mais perto possível, desse “representado” (CARDOSO, 2003, p.96).

E, além disso, esses filósofos “não conseguiram se libertar da concepção clássica de referência, ou da ideia de uma língua idealmente transparente às coisas” (CARDOSO, 2003,

p.99). Podemos concluir, portanto, que o significado de uma palavra, nos domínios da Filosofia da Linguagem, é tomado como o objeto a que ela se refere.

## 1.2 A EXTRADIÇÃO DO REFERENTE NA LINGUÍSTICA MODERNA

Como este trabalho situa-se na área dos estudos linguísticos, não poderíamos deixar de falar sobre como a questão da referência é considerada nesse âmbito. Entretanto, não há, assim como na Filosofia da Linguagem, teorias específicas sobre a referência produzidas na Linguística Moderna; dessa forma, apresentamos, em seguida, os pesquisadores que tratam do tema referência em seus trabalhos, mesmo que de forma secundária.

Ao falar da natureza do signo linguístico, Saussure, por exemplo, critica aqueles que reduzem a língua a uma nomenclatura, a uma lista de termos. Essa concepção “faz supor que o vínculo que une um nome a uma coisa constitui uma operação muito simples, o que está bem longe da verdade” (SAUSSURE, 1916, p.79). Segundo ele, “um signo linguístico não une uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica” (SAUSSURE, 1916, p.80). Em seguida, o autor propõe substituir o termo “conceito” por “significado” e “imagem acústica” por “significante”, para evitar ambiguidades.

É possível perceber, portanto, que a noção de signo de Saussure não contempla o referente. Não temos, como na concepção de Frege, um sistema formado por três unidades, mas sim, duas: o significante e o significado. Sendo que significado não pode ser entendido como as coisas da realidade, mas como “conceitos” convencionalizados. O vínculo entre significante e significado já estaria tão consagrado, que não seria mais necessário trazer para esta relação o referente externo à língua. O signo linguístico, segundo Saussure, possui uma característica primordial: a arbitrariedade. De acordo com esse princípio, o laço que une significante e significado não é motivado, não possui nenhuma relação natural.

Ao não considerar o mundo externo como tendo alguma relação com a língua, Saussure desconsidera (ou, pelo menos, deixa de lado) a influência da realidade sobre as mudanças dos signos linguísticos, através de fatores como questões sociais ou históricas.

O signo saussuriano, sem o referente, é o signo da sincronia, refletindo relações já estabelecidas, consagradas, que não dão conta da língua enquanto processo, com história. O referente traria de volta o evento, a particularidade, o que poderia subverter a própria ordem do sistema, para a qual o tempo não é um valor (CARDOSO, 2003, p.26).

Para Jakobson (1969), pertencente ao Círculo Linguístico de Praga e herdeiro do pensamento de Saussure, o significado também deve ser atribuído ao signo e não à própria coisa. Temos apenas conhecimento linguístico de certas palavras, como, por exemplo, “deuses”; entretanto, compreendemos essas palavras e sabemos em que contextos elas podem ser empregadas. O significado das palavras é, portanto, decididamente um fato linguístico e, segundo Jakobson (1969), o significado de um signo linguístico não é mais que sua tradução por um outro signo que lhe possa substituir, especialmente um signo no qual ele se ache desenvolvido de modo mais completo. O significado da palavra “queijo”, por exemplo, pode ser também alcançado pela expressão “alimento obtido pela coagulação do leite”.

Chomsky (1998), criador da Teoria Gerativa, diz que a pergunta “a que uma palavra se refere?”, feita pelos filósofos, não faz sentido. Em geral, segundo ele, uma palavra, mesmo do tipo mais simples, não escolhe uma entidade do mundo, ou do “nosso espaço de crença” para referir. Segundo o autor, “as pessoas pensam e falam sobre o mundo em termos de perspectivas tornadas disponíveis pelos recursos da mente, incluindo os significados dos termos nos quais seus pensamentos são expressos” (CHOMSKY, 1998, p.36). De acordo com Chomsky, podemos negar que seja possível uma teoria sobre a referência, pois, segundo ele, referência é uso e não pode ser sistematizada, já que depende da vontade humana<sup>8</sup>. Os falantes utilizam as palavras para referir, de acordo com interesses e necessidades.

É na obra de Benveniste que podemos perceber a volta da relação da linguagem com a realidade. Ao escrever sobre a natureza do signo linguístico e sobre a noção de arbitrariedade trazida por Saussure, Benveniste não discute que essa seja uma característica fundamental do signo, mas afirma que, na natureza desse raciocínio, não há como negar a existência de “um terceiro termo”, além de significante e significado, ou seja, “a própria coisa, a realidade”.

Ora, é somente se se pensa no animal "boi" na sua particularidade concreta e "substancial" que se tem base para julgar "arbitrária" a relação entre *boi* de um lado, *oks* do outro, com uma mesma realidade [segundo Saussure, o significado da palavra francesa *boeuf* tem por significante *böf* de um lado da fronteira germânica e *oks* do outro]. Há, pois, contradição entre a maneira como Saussure define o signo linguístico e a natureza fundamental que lhe atribui (BENVENISTE, 1976, p.54-55).

De acordo com o autor, o que é arbitrário é que um signo, mas não outro, se aplica a determinado elemento da realidade, mas não a outro. Entretanto, segundo Benveniste (1976),

---

<sup>8</sup> Para saber mais sobre a posição de Chomsky sobre a referência, indicamos a leitura do artigo de Ronald Tavaira da Cruz e Roberta Pires de Oliveira: *De como não é possível prescindir da referência: crítica à semântica sem referência de Chomsky*.

entre o significante e o significado, o laço não é arbitrário; pelo contrário, é necessário. O conceito (significado) "boi" é forçosamente idêntico na consciência ao conjunto fônico (significante) *boi*. A representação mental e a imagem acústica são, portanto, as duas faces de uma mesma noção e se compõem juntos como o incorporante e o incorporado.

Em Benveniste (1989), o autor fala da referência na enunciação, provavelmente a primeira vez que a noção de referência foi além do signo na Linguística Moderna. A enunciação realiza-se, segundo ele, ao colocarmos a língua em funcionamento por um ato individual de utilização. Enunciação não é o texto produzido, o discurso ou a fala, mas o ato em si, em que o locutor mobiliza a língua por sua conta.

Na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir idênticamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação (BENVENISTE, 1989, p.84).

A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. E há certa classe de signos que, segundo Benveniste (1989), só é promovida à existência diante da enunciação, porque eles não poderiam surgir, nem ser empregados, no uso cognitivo da língua. Há, portanto, entidades que têm na língua seu estatuto pleno e permanente e aquelas que não existem senão na enunciação e em relação ao "aqui-agora" do locutor. "Por exemplo: o 'eu', o 'aquele', o 'amanhã' da descrição gramatical não são senão os 'nomes' metalinguísticos de *eu*, *aquela*, *amanhã* produzidos na enunciação" (BENVENISTE, 1989, p.86). Ao falar da língua e sua relação com a sociedade, o autor afirma que os nomes, muitas vezes, podem subsistir quando os referentes, as realidades já mudaram. Um nome, portanto, pode mudar de referência de acordo com o estado da sociedade.

Diante do que foi exposto, é possível perceber que, nas reflexões da Linguística Moderna sobre a relação entre as palavras e o que elas denotam, o referente, enquanto representação da realidade, é constantemente recusado. Vimos, portanto, outras concepções de referência e significado, diferentes da concepção clássica-filosófica. Não é nosso objetivo apresentar um estudo crítico a respeito de nenhuma dessas percepções, mas sim traçar um quadro comparativo.

### 1.3 A SEMÂNTICA LEXICAL

A Semântica é geralmente definida como o estudo do significado e, portanto, assim como podemos falar de vários entendimentos sobre o que é o significado, podemos falar de várias semânticas. Para esta pesquisa é importante trazermos o que diz a Semântica Formal, fortemente influenciada por Frege, pois a linguagem lógica e a teoria das condições de verdade farão parte de nosso suporte teórico para os estudos sobre sinonímia e hiperonímia, conforme apresentaremos no próximo capítulo. Salientamos que, como não é relevante para esta pesquisa, não traremos as discussões acerca dos problemas em relação ao uso das condições de verdade, como as sentenças não declarativas, a vagueza, ou sentenças que, simplesmente, não visam à verdade<sup>9</sup>. Também vamos apresentar o que a Semântica Componencial entende por significado, já que essa perspectiva teórica é a base metodológica sobre a qual construiremos nossas análises, através da análise componencial.

#### 1.3.1 Semântica Formal

As discussões sobre referência e valor de verdade, surgidas na Filosofia da Linguagem e na Lógica, serviram de base para a Semântica Formal. Entretanto,

Saber as condições de verdade de uma sentença não é o mesmo que saber se a sentença é verdadeira ou não. [...] O tratamento semântico das sentenças, portanto, não se dá em termos de verdadeiro ou falso, mas de *condições de verdade*. O falante que interpreta uma sentença não precisa saber se a sentença é verdadeira ou não, mas certamente sabe como o mundo deveria ser para que a sentença fosse verdadeira (BORGES NETO; MÜLLER; OLIVEIRA, 2012, p.125).

Para Parteer (1997), a tradição das condições de verdade na Semântica tem a sua origem no trabalho desses lógicos e filósofos da linguagem que viram a Semântica como o estudo da relação entre a linguagem e sobre o que ela fala. Tais filósofos e lógicos, pelo menos desde Frege, tenderam fortemente para ver a Semântica não psicologicamente, fazendo uma distinção entre língua e nosso conhecimento sobre ela, em geral, levando noções como referência, condições de verdade e relações de vinculação como dados principais que uma descrição semântica tem que acertar para chegar até os padrões mínimos de adequação.

---

<sup>9</sup> Para saber mais sobre os problemas que uma teoria das condições de verdade enfrenta, recomendamos ler Semântica (CHIERCHIA, 2003).

De acordo com os princípios da Semântica Formal, as pessoas só são capazes de se comunicar porque há uma conexão sistemática entre as expressões da sua língua e os fenômenos extralinguísticos. Para Lappin (2001, p.369), “falantes de uma língua são capazes de se comunicar eficazmente porque eles internalizaram as mesmas regras para emparelhar os itens lexicais da língua com elementos não-linguísticos, e eles usam os mesmos procedimentos para o cálculo do significado de uma frase sintaticamente complexa a partir dos significados de suas partes<sup>10</sup>” (princípio da composicionalidade).

Portanto, nós utilizamos os mesmos conjuntos de possíveis conexões da língua com o mundo para atribuir significado às sentenças em nosso discurso. Semanticistas formais procuram construir modelos matemáticos precisos dos princípios que falantes usam para definir essas relações entre as expressões em uma linguagem natural e o mundo. Esses semanticistas, normalmente, aplicam esses princípios a frases declarativas, que podem ser tomadas como verdadeiras ou falsas. Por exemplo:

(6) Pedro joga basquete.

Levando em consideração que há um conjunto de pessoas no mundo que jogam basquete, a sentença (6) é verdadeira se, e somente se, o indivíduo cujo nome próprio Pedro está se referindo é um elemento desse conjunto. Este seria o resultado de uma análise semântica formal, baseada em fatos, que resultaria na condição necessária para que a sentença (6) seja verdadeira. Utilizando-se de raciocínios semelhantes, a Semântica Formal analisa sentenças mais complexas e fenômenos como a ambiguidade, acarretamento e pressuposição, por exemplo, sempre tomando a referencialidade como uma propriedade fundamental da língua.

Assim como Frege, a Semântica Formal entende o significado como sendo sentido mais referência. Dessa forma, quando nos perguntam o significado de uma palavra, podemos mostrar (apontar) sua referência ou explicar seu sentido.

O sentido é responsável por ligar as palavras ou expressões aos seus referentes. A noção de sentido é mais restrita que a de significado, já que a referência e, portanto, o sentido relacionado a ela, é ligada a determinado enunciado. Dessa forma, perguntar o significado de

---

<sup>10</sup> Tradução livre, no original: “Speakers of a language are able to communicate effectively with each other because they have internalized the same rules for pairing the lexical items of the language with non-linguistic elements, and they use the same procedures for computing the meaning of a syntactically complex phrase from the meanings of its parts”. (LAPPIN, 2001, p.369).

uma palavra não é o mesmo que indagar sobre o seu sentido. Lyons (1977) nos diz que o sentido de uma expressão é uma função dos sentidos dos lexemas que a compõem e da sua ocorrência numa construção gramatical particular. É porque conhecemos o sentido de *unicórnio*, por exemplo, que sabemos a que espécie de objetos se aplicaria essa palavra, se eles realmente existissem.

Distinguir sentido de referência é muito importante, tanto no plano dos sintagmas nominais quanto das sentenças. Uma prova de que se trata de componentes distintos do significado é o fato de que uma mesma referência pode ser alcançada por diferentes sentidos. Vejamos o seguinte exemplo:

(7) São poucas as coisas que o americano Jeff Bezos, 49 anos, dono da Amazon.com, não pode comprar. Sua última grande aquisição, porém, surpreendeu até quem conhece o ecletismo dos investimentos do magnata do varejo online. Foi com pompa que o bilionário anunciou, na segunda-feira 5, a compra do lendário jornal americano “The Washington Post<sup>11</sup>”.

No exemplo (7), temos o uso do nome próprio *Jeff Bezos* como expressão referencial e, em seguida, o mesmo referente é identificado pelas seguintes descrições definidas:

- i) dono da Amazon.com;
- ii) o magnata do varejo on line;
- iii) o bilionário.

A respeito das descrições definidas, gostaríamos de citar a definição de Lyons (1977). Segundo ele, o termo descrição definida liga-se ao fato de podermos identificar um referente, não só nomeando-o, mas também fornecendo ao auditor ou leitor uma descrição suficientemente detalhada, num contexto de enunciação dado, que permita distingui-lo de todos os outros indivíduos no universo do discurso.

De acordo com o critério de unicidade, para que a referência por meio de uma expressão singular definida seja bem sucedida, ela deve estar associada a um único indivíduo. Dessa forma, as descrições como *o magnata do varejo on line* e *o bilionário*, do exemplo (7), estariam descumprindo esse critério, pois, obviamente, há outros indivíduos no mundo que poderiam ser referidos por essas expressões. Inclusive, sobre a expressão *dono da Amazon.com*, não poderíamos afirmar que há apenas um indivíduo que possa ser definido

---

<sup>11</sup> Disponível em: [http://www.istoe.com.br/reportagens/318355\\_O+HOMEM+QUE+COMPRA+IDEIAS](http://www.istoe.com.br/reportagens/318355_O+HOMEM+QUE+COMPRA+IDEIAS). Acesso em 13/08/13.

assim. Entretanto, de acordo com Lyons (1977), essa condição não é absoluta, já que, na verdade, o que importa para que uma descrição definida tenha sucesso, é o fato de ela permitir que o interlocutor identifique de forma unívoca o referente sobre o qual está se falando, naquele determinado contexto. Sendo assim, todas as expressões utilizadas para referir-se ao indivíduo de nome *Jeff Bezzos* (e retomá-lo) foram bem sucedidas, pois todas são caminhos diferentes (novos sentidos) que nos levam ao mesmo referente.

Para Oliveira (2001), expressões linguísticas que possuem a mesma referência, mas diferentes sentidos, permitem-nos conhecer algo novo sobre o mundo e aprendemos, assim, uma nova maneira de alcançar aquela referência. “Se a semântica só dispusesse do conceito de referência, não poderia distinguir sintagmas nominais que se referem ao mesmo objeto” (OLIVEIRA, 2001, p.95).

Concordamos que o conceito de sentido é, de fato, fundamental para os estudos semânticos, sendo assim, uma teoria que liga diretamente as expressões linguísticas a objetos ou entidades no mundo é difícil de ser sustentada. Além disso, acreditamos que é o sentido que determina a referência e não a referência que determina o sentido, ou seja, dependendo do sentido que atribuímos à determinada expressão, podemos ligá-la à determinada referência.

### 1.3.2 Semântica Componencial

A Semântica Componencial parte do entendimento de que o significado de uma palavra pode ser descrito em traços mínimos de significação. Esse princípio tem origem na fonologia e na morfologia, estudos que tratam da decomposição da palavra em unidades constituintes menores: os fonemas e morfemas, respectivamente. Os semanticistas componenciais acreditam, portanto, que essa perspectiva também pode, e deve, ser aplicada à Semântica, defendendo a concepção de que o significado de toda a palavra surge ao decompô-la em unidades menores. De acordo com Kempson (1977, p.28), nesse entendimento, “[...] os significados das palavras são analisados não como conceitos unitários, mas como complexos feitos de componentes de significado que são, eles mesmos, primitivos semânticos”. Por exemplo, o significado da palavra *mãe* poderia ser decomposto nos seguintes componentes básicos: [HUMANO], [FEMININO], [PROGENITOR]<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Neste trabalho, no interior do texto, os componentes (traços) semânticos serão sempre representados em letras maiúsculas, entre colchetes.

### 1.3.2.1 Componentes ou traços semânticos

Os traços semânticos constituem características inerentes ao significado de uma palavra, podendo ser definidos como “átomos do significado”, ou algo semelhante (BERRUTO, 1979). Esses componentes receberam, no decorrer dos estudos semânticos, vários nomes, segundo cada autor e as conotações que esses atribuíam ao conceito. Vamos falar um pouco sobre a nomenclatura proposta pelos estruturalistas e por Katz e Fodor (1963), ou seja, concepções que estão mais relacionadas ao nosso trabalho.

A ideia fundamental da Semântica Estrutural é a de que o significado das palavras é relacional e se define por sua posição em uma rede de relações semânticas dentro do mesmo campo léxico<sup>13</sup>. O significado é de caráter componencial e se define pela união de traços constitutivos ou semas. O termo “semas”, portanto, é usado pela Semântica Estrutural para definir as unidades mínimas de significação (as quais chamamos de traços ou componentes semânticos), relacionadas através de critérios de semelhança ou oposição (GREIMAS, 1973).

Tomemos o típico exemplo das palavras *cadeira* e *poltrona*. Ao decompor o significado dessas palavras em componentes semânticos mínimos, verificamos que ambas contêm os seguintes semas ou traços: [COM ENCOSTO], [COM PÉS], [PARA SENTAR-SE] e [PARA UMA SÓ PESSOA]. Entretanto, podemos constatar a diferença que se estabelece entre esses itens lexicais a partir da presença do sema [COM BRAÇOS] no significado da palavra *poltrona* e sua ausência em *cadeira*. Assim, todos os componentes de significado se justificam por contrastes ou similaridades léxicas. Quanto mais próximos sejam os significados, mais componentes semânticos terão em comum.

Na teoria estruturalista, ao conjunto de semas genéricos, que indicam o pertencimento de determinada palavra em uma classe, deu-se o nome de classema. “Aos valores de ordem muito geral, que funcionam em uma série de campos léxicos (por exemplo [ANIMADO], [INANIMADO], [HUMANO], [ANIMAL]), pode-se chamar classemas” (COSERIU, 1996, p.135). Por outro lado, ao conjunto de semas que constitui o elemento variável da significação de uma unidade léxica deu-se o nome de virtuema. Esses semas só se atualizam em certas combinações do discurso e estão relacionados à natureza conotativa das palavras. “O *virtuema* é uma zona instável da lexia, equivalendo às possibilidades que serão preenchidas, em cada caso particular, pelo contexto, pela situação, pela intencionalidade das pessoas que se comunicam, e assim por diante” (LOPES, 2008, p.276). Dessa forma, pensando novamente no

---

<sup>13</sup> Campo lexical é um conjunto de itens lexicais semanticamente relacionados, cujos significados são mutuamente interdependentes.

significado da palavra *cadeira*, temos os classemas [COM ENCOSTO], [COM PÉS], [PARA SENTAR-SE], como já vimos, mas também poderemos ter virtuemmas, como [QUEBRADA] e [AZUL], por exemplo.

Já os autores Katz e Fodor (1963) classificaram esses mesmos componentes básicos de significado aos quais chamamos traços, e que a Semântica Estruturalista chamou de semas, em marcadores e diferenciadores semânticos. “Os marcadores semânticos atribuídos a um item lexical pretendem refletir quaisquer relações semânticas sistemáticas existentes entre aquele item e o resto do vocabulário da língua” (KATZ; FODOR, 1977, p.100). Os marcadores são, portanto, traços de significado comuns a vários itens léxicos, são sistemáticos e aparecem em várias línguas, como por exemplo, [MACHO], [FÊMEA], [ANIMADO]. Por outro lado, os diferenciadores são específicos de cada item lexical e refletem o que há de idiossincrático quanto ao significado daquele item. De acordo com Katz e Fodor (1963), as relações entre os vários sentidos de um item lexical e entre os vários sentidos de um item lexical diferente são representadas por relações formais entre os marcadores e diferenciadores semânticos.

De acordo com os autores, a principal justificativa de uma representação semântica em marcadores e diferenciadores é a possibilidade de atribuir interpretações semânticas corretas às sentenças da língua. Os marcadores semânticos podem, por exemplo, funcionar como mecanismos de seleção, resolvendo certas ambiguidades sentenciais. De acordo com Katz (1964), uma sentença do tipo *Não há mais escola* é ambígua, pois o item lexical *escola*, nesta sentença, pode significar sessões de uma instituição de ensino ou o edifício em que tais sessões são realizadas. Entretanto, em uma sentença como *A escola queimou*, não há mais essa ambiguidade, pois o verbo *queimar* exige um complemento que possua o marcador [OBJETO FÍSICO], portanto só poderíamos estar falando da escola enquanto edifício. Essa restrição na seleção de um complemento que possua o marcador semântico exigido exclui o outro sentido possível para a palavra *escola*.

Conforme vimos, a natureza exata dos componentes semânticos depende da teoria que se toma por base, entretanto, ao longo da história, manteve-se a ideia de que há um número limitado de significados e que esses significados mínimos, básicos e indivisíveis se combinam construindo significados mais complexos.

Em relação à representação formal dos traços semânticos, [ADULTO] não é o mesmo que o item lexical *adulto*, por exemplo, mas é um termo metalinguístico do vocabulário teórico designado para descrever todas as linguagens. Entretanto, de acordo com Kempson

(1977), quando afirmamos que [ADULTO] é componente semântico de determinado item lexical, devemos ser capazes de interpretar [ADULTO] como uma condição para a verdade da sentença na qual esse item está inserido e, para isso, o traço semântico deve estar relacionado às propriedades do objeto ou indivíduo que descreve.

Não há uma lista definida dos componentes semânticos, entretanto, esses componentes não são totalmente arbitrários e não podem ser estabelecidos segundo a vontade do analista. Além disso, para que a análise seja válida, de acordo com Kempson (1977), cada componente semântico será parte da contribuição de um item lexical para os conjuntos de condição de verdade da sentença. Por exemplo, estabelecendo uma representação para o verbo *matar*, teríamos: [CAUSAR] X ([MORRER]Y), sendo que X e Y servem para indicar os argumentos do verbo. Agora vejamos o exemplo:

(8) a. João matou José, mas José não morreu.

b. João matou José, mas não foi a causa da morte de José (KEMPSON, 1977, p.97).

Se [MORRER] é um componente de significado do verbo *matar*, a condição de verdade para uma sentença que tenha esse verbo deve, necessariamente, implicar a morte de Y. Se [CAUSAR] é uma representação de parte do significado de *matar*, deve-se entender que, se X matou, ele foi necessariamente a causa da morte de Y. Portanto, analisando as sentenças (8a) e (8b), podemos verificar que esses componentes são realmente parte da representação semântica de *matar*, já que elas são contraditórias. Agora, se acrescentássemos o componente [PRETENDER] à análise, considerando *matar* um verbo intencional, frases como (9) também não seriam possíveis:

(9) João matou José não intencionalmente (KEMPSON, 1977, p.98).

Entretanto, verificamos que a sentença (9) não é contraditória e, portanto, embora *matar* possa descrever atos intencionais, essa implicação não é uma propriedade inerente do verbo. O mesmo não acontece quando substituímos o verbo *matar*, pelo verbo *assassinar*.

(10) João assassinou José não intencionalmente.

Através da incoerência da sentença apresentada em (10), percebemos que, em relação ao verbo *assassinar*, o componente [PRETENTER] faz obrigatoriamente parte da descrição de seu significado, pois *assassinar* implica necessariamente um ato intencional. Dessa forma, segundo Kempson (1977), mesmo que não tenhamos uma lista definida de componentes semânticos, é possível testarmos as análises propostas, para verificarmos sua legitimidade.

De acordo com Berruto (1979), também é possível falarmos de diferentes tipos de componentes semânticos. Um componente como [ADULTO], por exemplo, expressa a propriedade de um determinado ser, em outras palavras, implica que existe alguém que seja adulto. Já um traço como [PROGENITOR], ao contrário, deve expressar uma relação entre duas pessoas e não uma propriedade de determinada pessoa. Podemos, então, fazer uma distinção entre traços que implicam um só “objeto” ao que se referem e traços que implicam dois ou mais “objetos”, entre os quais se estabelece uma relação. Os primeiros são chamados formalmente de traços de um lugar e os segundos, de traços de dois lugares (ou de vários lugares).

Essa mesma distinção pode ser aplicada aos itens lexicais. O item lexical *touro*, por exemplo, é um lexema de um lugar porque é analisado com traços que só se relacionam a ele, enquanto o item lexical *pai* é de dois lugares, pois possui o traço de relação [PROGENITOR]. Este é o motivo pelo qual é comum dizer “aquele é um touro” e muito menos aceitável dizer “aquele é um pai”, já que *pai* implica dois termos de referência (pai de quem).

É possível dizer que os traços semânticos não são, por certo, unanimidade na teoria linguística, entretanto, com todos os seus limites, são uma das respostas mais adequadas à tentativa de explicar de modo objetivo e verificável um aspecto da língua, frequentemente considerado inalcançável, como é o significado.

#### 1.3.2.2 A análise componencial

A análise componencial é uma consequência lógica dos pressupostos da linguística estruturalista e da descrição do significado das palavras em componentes semânticos. Por análise componencial, portanto, pode-se compreender um meio de formalizar ou fazer absolutamente precisas as relações de sentido que as palavras mantêm entre si. Como o próprio nome indica, consiste na decomposição do sentido de uma palavra em seus elementos constituintes. (LYONS, 1977).

De acordo com Berruto (1979), o princípio fundamental da análise componencial diz respeito justamente à possibilidade do significado ser representado mediante uma configuração de componentes semânticos, agrupados em um conjunto, para produzir ou representar esse significado. Outro princípio importante da análise componencial é o da economia e da generalização, pois se pretende analisar o léxico utilizando-se de um número reduzido de componentes, muitos dos quais aparecem em várias palavras. Trata-se de trabalhar com o menor número possível de elementos primitivos recorrentes. Podemos também falar de regras de redundância, sendo que, por exemplo, não há necessidade de descrevermos um item lexical como [ANIMADO] e [HUMANO], bastando o traço [HUMANO] para subentendermos o traço [ANIMADO]. Dessa forma, o analista deve estar atento a componentes excessivos.

Outro princípio sustentado pela análise componencial é o da universalidade. Considera-se que os componentes semânticos utilizados para descrever o léxico de uma língua devem servir também para descrever o léxico de outra. A questão dos componentes semânticos serem, de fato, universais é muito discutida. Lyons (1977), por exemplo, afirma que diferentes línguas não lexicalizam, necessariamente, os mesmos componentes de sentido e, na medida em que de fato lexicalizam, não os combinam necessariamente do mesmo modo. Kempson (1977) também questiona se podemos atribuir um caráter universal aos traços semânticos. Ela cita algumas questões que colocariam em dúvida essa condição como, por exemplo, o fato de que seria uma grande simplificação afirmar que as linguagens, como reflexos de diferentes culturas, usariam uma série idêntica de primitivos semânticos. Ou, então, o fato de que cada item de uma língua, para a sua tradução equivalente em outra língua, não exige, necessariamente, o mesmo conjunto de componentes. Entretanto, como uma posição alternativa, a autora diz ser forte a hipótese de que cada linguagem utiliza o mesmo conjunto de traços semânticos, mas com diferentes distribuições. Para nossa pesquisa, as discussões sobre a universalidade ou não dos componentes semânticos não deverá influenciar nossos resultados, já que nosso objetivo não é comparar nossas análises com outras línguas.

#### 1.4 FECHANDO O CAPÍTULO

Neste primeiro capítulo, apresentamos alguns entendimentos sobre a natureza do significado das palavras e de como ele pode ser descrito. Para isso, passamos obrigatoriamente pelas concepções de sentido e referência, muito importantes para esta

pesquisa. No caso específico da questão referencial, delineamos uma trajetória histórica das concepções sobre a referência, relacionadas às teorias filosóficas e linguísticas. Gostaríamos, além disso, de esclarecer a qual entendimento sobre referência esta pesquisa está vinculada.

Conforme explica Lyons (1977), perguntar “A que é que o locutor se refere por meio de x?” não é a mesma coisa que perguntar “A que é que a expressão x se refere?” Temos, portanto, duas dimensões para o termo *referência*, uma que é usada para designar o ente ou os entes singularizados por uma expressão em um ato concreto do discurso e outra para aludir à relação existente entre a dita expressão e o objeto singularizado, sendo que devemos nos preocupar com a primeira questão. “O termo referência tem a ver com a relação existente entre uma expressão e aquilo que essa expressão designa ou representa em ocasiões particulares da sua enunciação” (LYONS, 1977, p.145). Será esse o conceito de referência que utilizaremos neste trabalho, que também se relaciona com o que nos diz a Semântica Formal, cujo entendimento, igualmente, admite a referência como um aspecto do enunciado que depende do contexto – uma relação entre o falante e os objetos/aspectos do mundo sobre os quais este está falando. As chamadas expressões referenciais são, portanto, sintagmas nominais considerados capazes de realizar esta função tão específica que é a de referir a entidades determinadas no mundo (qualquer mundo possível) – os nomes próprios, os pronomes, as descrições definidas e as descrições indefinidas (MÜLLER, 2003).

Também entendemos, assim como Lyons (1977), que, para uma referência ser bem sucedida, é preciso que o locutor/emissor escolha uma expressão referencial (normalmente um nome próprio, um sintagma nominal definido ou um pronome) que, empregada em concordância com as regras do sistema linguístico, torne o auditor/leitor apto, no contexto em que o enunciado é produzido, a escolher o referente de entre os referentes potenciais. É importante ressaltar que, toda vez que usamos a palavra *contexto* estamos nos referindo a uma construção gramatical particular (LYONS, 1977), no nível da sentença ou do texto. Não estamos nos referindo às situações de proferimento ou às diferentes intenções do emissor.

Nossa pesquisa também se baseia na concepção de significado proposta pela Semântica Componential. Embora saibamos que a validade da análise componential para descrever o significado de um item lexical é frequentemente discutida (LYONS, 1979), acreditamos que as relações de sentido sobre as quais trata esta pesquisa – sinonímia e hiperonímia – podem ser definidas com referência aos traços semânticos dos itens lexicais em questão.

## CAPÍTULO 2

### AS RELAÇÕES SEMÂNTICO-LEXICAIS

Lembrando as dicotomias de Saussure (1916), é possível dizer que há dois tipos de relação entre as palavras. Primeiramente, temos as relações paradigmáticas. Este tipo de relação se estabelece entre membros da mesma categoria gramatical, permutáveis entre si, e servem para unir a gama de significados lexicais disponíveis, de acordo com determinado objetivo. Isso acontece no exemplo (11), em que temos à disposição um conjunto de palavras que preencheriam a lacuna da sentença de forma coerente. Podemos, inclusive, utilizar termos bem gerais, como *flores* ou *verduras*, até termos mais específicos, como *rosas* ou *repolhos*.

(11) João cultivava ..... em sua casa.

Já as relações sintagmáticas se estabelecem entre as palavras na mesma sentença. Algumas palavras são sintagmaticamente inaceitáveis, ou seja, não podem aparecer juntas na mesma construção. Podemos trazer aqui o conceito de composicionalidade, do qual já falamos anteriormente, cujo princípio diz que o significado de uma sentença é determinado pelo significado das palavras que a compõem. Entretanto, no caso abaixo, o problema não consiste em “escolher” uma palavra, mas em outro aspecto da estrutura da sentença. Vejamos:

(12) a. João bebeu vinho.  
b. # João bebeu pão<sup>14</sup>.

No exemplo (12), na sentença (b), não temos a mesma coerência de sentido que temos na sentença (a). A palavra *pão* parece não ser um complemento aceitável para o verbo *beber*.

---

<sup>14</sup> O símbolo # marcará as sentenças consideradas anômalas no decorrer deste trabalho.

Neste caso, é preciso ressaltar que essa restrição está relacionada com as propriedades semânticas do verbo *beber*, que aplica restrições quanto à seleção de seu argumento. A escolha do argumento *pão* torna a sentença (b) anômala, ou seja, apesar de bem construída sintaticamente, é sem sentido ou incoerente.

De acordo com Cruse (2000), qualquer sentença bem formada de uma língua natural pode ser pensada como uma série de elementos, cada um escolhido a partir de um conjunto de possibilidades fornecidas pela língua. Essas possibilidades nem sempre são determinadas exclusivamente pela sintaxe, no sentido de que uma escolha, no lugar de outra, pode resultar em uma incoerência semântica. Relações sintagmáticas são, portanto, relações que indicam restrições de coerência. Relações paradigmáticas, por outro lado, operam dentro do conjunto das escolhas possíveis. Cruse (2000) afirma que são as relações sintagmáticas que delimitam o espaço dentro do qual as relações paradigmáticas podem operar.

Neste trabalho, vamos tratar, portanto, de relações paradigmáticas e, dentre essas, vamos falar de identidade e inclusão, ou seja, relações de sinonímia e hiperonímia, respectivamente.

## 2.1 A RELAÇÃO DE SINONÍMIA

### 2.1.2 Alguns princípios definidores

Antes de observarmos as características da relação de sinonímia na textualidade, é necessário conhecermos algumas definições para esse fenômeno linguístico, já que a sua existência chega a ser, inclusive, questionada, dependendo da concepção que se toma. Ullmann (1964) descreve os sinônimos completos como palavras permutáveis em qualquer contexto, sem nenhuma alteração de significado. Expressões que Ullmann (1964) chama de sinônimos completos, Lyons (2009) chama de sinônimos absolutos, ou seja, palavras equivalentes em todos os seus significados e contextos de ocorrência.

Cruse (2000) afirma que é possível conceituar os sinônimos como palavras cujas semelhanças semânticas são mais salientes do que as suas diferenças. O autor também usa o termo sinonímia absoluta para referir-se à completa identidade de significados, tratando o significado como algo que não afeta a normalidade contextual de itens lexicais em sentenças bem formadas gramaticalmente. Dessa forma, sinônimos absolutos podem ser definidos como

os itens que são equivalentes em todos os contextos, isto é, para dois itens lexicais X e Y, para que possam ser reconhecidos como sinônimos absolutos, em qualquer contexto em que X é totalmente aceito, Y também é. E em qualquer contexto em que X é totalmente anômalo, o mesmo é verdade para Y. Cruse (2003) também afirma que sinônimos absolutos são difíceis de encontrar e que isso não deve nos surpreender, já que não haveria razões de uma língua ter duas formas com significados absolutamente idênticos.

De acordo com Ilari e Geraldi (1987), duas palavras são sinônimas sempre que podem ser substituídas no contexto de qualquer frase sem que a frase passe de falsa a verdadeira ou vice-versa. Os autores trazem exemplos com o par *calvo* e *careca*, itens lexicais que supostamente parecem sinônimos.

- (13) O Argemiro não se irrita quando o chamam de calvo, mas não suporta ser chamado de careca.
- (14) O Argemiro não se irrita quando o chamam de calvo, mas não suporta ser chamado de calvo.
- (15) A sílaba tônica de *careca* é a segunda.
- (16) A sílaba tônica de *calvo* é a segunda (ILARI e GERALDI, 1987, p.45).

Nas sentenças acima, a substituição da palavra *careca* por *calvo* nos pares (13) e (14) e também (15) e (16) afeta a verdade e a falsidade das sentenças. Para Ilari e Geraldi (1987) é sempre possível encontrar contextos de frases em que as condições de verdade são afetadas, na substituição de um termo por outro, mesmo que, intuitivamente, esses termos nos parecem sinônimos. São principalmente contextos em que se faz implicitamente alusão à forma da palavra, como nos exemplos (15) e (16), ou se atribuem crenças e conhecimentos a alguém – exemplos (13) e (14).

Sob esse rígido critério, parece realmente muito difícil encontrarmos sinônimos absolutos. Ao invés de reformular a definição de sinonímia, que apresenta o problema da total igualdade de significado em todos os contextos, preferiu-se falar em graus de sinonímia, ou seja, palavras “mais” ou “menos” sinônimas e apresentar novas denominações, como os quase-sinônimos, por exemplo.

De acordo com Ullmann (1964), é possível fazer a distinção entre sinônimos procurando seus opostos. Aplicando essa análise a termos do português brasileiro, vamos comparar o uso da palavra *rápido* nas sentenças abaixo:

- (17) a. O namoro foi rápido, durou apenas alguns dias.  
b. Você voltou rápido da padaria.

Na sentença (17a) a palavra *rápido* é mais sinônima da palavra *passageiro*, já que está sendo usada no sentido oposto a *duradouro*. Já no exemplo (17b), o termo *rápido* é mais sinônimo da palavra *ligeiro*, já que está se opondo a *vagaroso*. Dessa forma, encontrarmos o oposto do item lexical em questão ajuda-nos a identificar com quais palavras ele é mais ou menos sinônimo, dentro daquele contexto sentencial.

Cruse (2000; 2003) também faz uma distinção entre os sinônimos. A sinonímia proposicional, por exemplo, é menos rigorosa do que a sinonímia absoluta e, por causa disso, há exemplos mais numerosos na língua. Esse tipo de sinonímia é explicada em relação às condições de verdade da sentença. Definindo em termos lógicos, os sinônimos proposicionais podem ser substituídos em qualquer sentença declarativa, sem alterar seu valor de verdade. Por exemplo:

- (18) a. João está embriagado.  
b. João está bêbado.
- (19) a. Ele fraturou o osso da canela.  
b. Ele fraturou a tíbia.

Como a sinonímia proposicional ocorre no nível da sentença, verificamos que ao substituímos *embriagado* por *bêbado* no exemplo (18), ou *osso da canela* por *tíbia*, no exemplo (19), não modificamos as condições de verdade de nenhuma sentença. Entretanto, essas expressões não poderiam ser consideradas completamente sinônimas. De acordo com Cruse (2000), há diferenças de significado nos sinônimos proposicionais e essas diferenças envolvem necessariamente um ou mais aspectos não-proposicionais, ou seja, não estão no “conteúdo” da sentença, mas em seu significado expressivo.

Em tempo, cabe aqui explicar que para Cruse (1986) o significado pode estar representado de duas maneiras. O significado proposicional está relacionado com o conteúdo da sentença, com aquilo a que ela designa ou se refere. É esse significado que determina os valores de verdade da frase, inclusive em perguntas, neste caso o significado proposicional determina a gama de expressões que constituem respostas verdadeiras. Já o significado

expressivo não desempenha nenhum papel na determinação dos valores de verdade de uma sentença, pois ele está relacionado a atitudes pessoais com relação ao assunto do discurso. Vejamos um exemplo:

- (20) a. Artur perdeu a chave novamente.  
b. Artur perdeu a maldita chave novamente.

As sentenças (20a) e (20b) possuem as mesmas condições de verdade. O item lexical que foi acrescentado na sentença (20b), portanto, não tem nenhuma influência na determinação dessas condições. Dessa forma, a palavra *maldita* possui apenas significado expressivo, ou seja, demonstra uma atitude de irritabilidade em relação ao fato.

Sendo assim, de acordo com Cruse (2000), as diferenças de significado dos sinônimos proposicionais envolvem os seguintes elementos (ou pelo menos um deles): i) diferenças do significado expressivo; ii) diferenças de nível estilístico (na dimensão coloquial/formal) e iii) diferenças na área ou campo do discurso. Dessa forma, embora as sentenças (18a) e (18b) possuam os mesmos valores de verdade, o uso do termo *embriagado* é mais formal em relação ao uso da palavra *bêbado*. Em relação ao campo do discurso, a sentença (18a) é mais utilizada em termos policiais ou jurídicos (contextos mais formais) e a sentença (18b) é mais utilizada no cotidiano (contextos mais informais). O mesmo acontece com os exemplos em (19), em que *osso da canela* é uma expressão mais coloquial e *tíbia* um termo técnico, utilizado por médicos especialistas. Esses seriam, portanto, sinônimos proposicionais.

Além da sinonímia proposicional, Cruse (2000) fala dos quase-sinônimos. Quase-sinônimas são palavras que compartilham traços comuns de significado, mas diferem em outros. Sendo assim, em determinadas sentenças, ao serem intercambiados, os quase-sinônimos podem alterar suas condições de verdade. Vamos analisar o seguinte exemplo:

- (21) a. João foi morto.  
b. João foi assassinado.

No exemplo (21), dizer que *João foi morto* não é o mesmo que dizer que *João foi assassinado*, embora caracterizar a diferença que impede essas duas expressões de serem sinônimas não seja uma tarefa fácil. O termo *assassinado* implica uma intencionalidade que o termo *morto* não traz, conforme, inclusive, já expusemos neste trabalho. Dessa forma, não é

possível dizer que as duas sentenças têm o mesmo valor de verdade ou que a sentença (21a) implica a sentença (21b) e vice-versa.

Entre as diferenças que impedem duas expressões de serem sinônimas para serem classificadas como quase-sinônimas, segundo Cruse (2000), podemos citar a posição mais adjacente em uma escala de grau. Por exemplo, os pares quente/escaldante, névoa/nevoeiro, riso/gargalhada, sendo que o segundo item de cada par é considerado mais intenso que o primeiro. Temos também a mudança do centro prototípico, como no caso da palavra *valente*, cuja característica prototípica está no aspecto físico, e a palavra *corajoso*, cujas características prototípicas estão mais relacionadas a fatores morais.

Apesar da definição rígida para sinonímia, cabe ressaltar que é possível encontrar considerações a respeito das palavras em seu uso concreto, que avaliam a sinonímia dos termos dentro de um contexto sentencial específico, como pretendemos fazer neste trabalho. Podemos ver, dessa forma, que a ideia de análise dos sinônimos no discurso não é algo novo ou recente. Inclusive, Lyons (1979, p.480) diz que “mais do que qualquer relação de sentido é a sinonímia dependente do contexto”. Por exemplo, teríamos sinonímia contextual ao mudarmos o modo de comunicarmos a mesma informação, como em:

- (22) a. Vou voar para Nova York.
- b. Vou de avião para Nova York.

Segundo Lyons (1979), na sentença (22a) fez-se a escolha paradigmática pelo verbo *voar*, enquanto, na sentença (22b), modificou-se o verbo mais genérico *ir* pelo sintagma *de avião*. Ambas podem ser consideradas sinônimas. O autor também afirma que pode haver sinonímia dadas as características da situação em que ocorre o enunciado. Vejamos os exemplos trazidos por ele:

- (23) a. Vou comprar pão na padaria.
- b. Vou pegar pão na padaria.

De acordo com Lyons (1979), dadas as convenções e pressuposições sociais, é possível dizer que as sentenças (23a) e (23b) são sinônimas, já que, não havendo uma indicação contrária, o ato de *pegar pão na padaria* implica compra. Entretanto, deve-se admitir que *pegar* e *comprar* não são necessariamente sinônimos e, dessa forma, não

podemos prever que esses termos estabelecerão uma relação de equivalência em outro enunciado. Aliás, Lyons (1979) nos traz uma definição de sinonímia em função da equivalência recíproca nas sentenças. Segundo ele, se uma frase  $F_1$ , implica outra frase  $F_2$ , e se ocorre também o inverso,  $F_1$  e  $F_2$  são equivalentes. Se as duas frases têm a mesma estrutura sintática e diferem uma da outra apenas pelo fato de uma ter a unidade lexical  $x$  e a outra ter  $y$ , então  $x$  e  $y$  são sinônimos.

Diante da complexidade da definição de sinonímia, é indispensável que esclareçamos o que entendemos por sinonímia e os requisitos que devem ser preenchidos para que duas expressões sejam consideradas sinônimas, de acordo com os objetivos de nosso estudo. Para este trabalho, visto que não é nosso objetivo atestar a existência de sinônimos absolutos, consideramos que duas expressões são sinônimas se apresentarem um grau de coincidência tal que resulte suficiente para o discurso e para aqueles que dele fazem parte. Não utilizaremos outra denominação que não seja “sinônimos” e adotaremos as condições trazidas por Ilari e Geraldi (1987) para o fenômeno da sinonímia, pois esses critérios não falam em identidade de significado, mas sim de sentido, aspecto muito importante para o estudo que se deseja empreender. Afinal, o sentido está relacionado às particularidades de uma determinada circunstância enunciativa.

Portanto, entendemos que:

- a) para que duas palavras sejam sinônimas não basta terem a mesma referência;
- b) para que duas palavras sejam sinônimas é preciso haver identidade de sentido, ou seja, as duas palavras devem fazer a mesma contribuição ao sentido da frase;

A seguir, pretendemos analisar melhor a identidade referencial e a equivalência de sentido como critérios para a sinonímia.

### **2.1.3 A sinonímia como identidade referencial**

Sabemos que os sinônimos são sempre correferenciais, pois denotam o mesmo objeto, indivíduo ou fato. Os sinônimos aparecem como palavras empregadas, em um determinado contexto, designando a mesma realidade. Nesse sentido, a sinonímia é uma relação de designação diversa de um mesmo referente. Bernadez (1982) afirma que a sinonímia não existe efetivamente no nível puramente lexical, mas sim no nível textual, onde o que interessa é fundamentalmente a identidade referencial.

Temos que concordar que a identidade de referência é a principal preocupação quando se varia a expressão para evitar repetição, não a busca por palavras sinônimas em sentido. Sendo assim, o processo de escolha de uma palavra para um enunciado é diferente de procurar um sinônimo para a palavra ou de decidir se duas palavras são sinônimas ou não, uma vez que a primeira é uma atividade linguística e as duas últimas são atividades metalinguísticas. Os conteúdos lexicais não estão sendo observados, mas a saída dos processos linguísticos que usam aqueles conteúdos lexicais é observável (MURPHY, 2003). Dessa forma, nas substituições lexicais, a intenção não é selecionar sinônimos, e, portanto, a preocupação com a equivalência de sentidos é secundária. O principal objetivo é que a referência seja bem sucedida. Para alguns autores, inclusive, a identidade referencial já basta para que se estabeleça uma relação de sinonímia.

De forma parecida, muitas vezes são classificados como sinônimos sintagmas que designam a mesma realidade, sendo que, mais importante que o significado, está a referência extralinguística. Dessa forma, por exemplo, fala-se de sinonímia entre uma oração ativa e sua passiva, devido a terem a mesma estrutura profunda, e entre frases de correspondência similar, por terem a mesma representação semântica subjacente, como, por exemplo, em *Maria é professora de João/João é aluno de Maria*. Do mesmo modo, também se fala em sinonímia perifrástica, ou seja, termos genéricos acrescidos de uma determinação específica (dar golpes, tomar parte) resultam sinônimos do termo próprio (golpear, participar). Em todos esses exemplos, a sinonímia baseia-se na função referencial.

Sabemos que o usuário da língua intui uma série de possibilidades para expressar a mesma coisa. A fala cotidiana está repleta de *ou seja, o que quero dizer, em outras palavras*. Mas, ao mesmo tempo, ele percebe algumas diferenças mais ou menos sutis nessas maneiras de dizer. Ele se dá conta de que precisa eleger um termo ao invés de outro, baseado nessas pequenas diferenças. Dessa forma, sustentamos que, para identificarmos uma relação de sinonímia, além da correferencialidade, deve haver equivalência de sentido, assim como Goodman (1949), ao afirmar que a identidade referencial é uma condição necessária, mas não suficiente, para a semelhança de significado. Uma mesma pessoa, por exemplo, pode ser designada por *professor, vizinho, criminoso*, mas não se pode dizer que esses termos são sinônimos e, muito menos, que todos os professores são criminosos (MARTINEZ, 1989).

Apesar disso, temos claro que, se nos preocuparmos somente com a identidade de sentido, nunca encontraremos sinônimos, conforme já discutimos. Devemos pensar na equivalência de sentido junto com a referência específica de um contexto enunciativo. Sendo

assim, a relação de sinonímia supõe uma coincidência entre um conteúdo textual específico que se soma ao significado conceitual e à referência designativa de cada ato de fala.

Sabemos que o usuário da língua intui uma série de possibilidades para expressar a mesma coisa. A fala cotidiana está repleta de *ou seja, o que quero dizer, em outras palavras*. Mas, ao mesmo tempo, ele percebe algumas diferenças mais ou menos sutis nessas maneiras de dizer. Ele se dá conta de que precisa eleger um termo ao invés de outro, baseado nessas pequenas diferenças. Dessa forma, sustentamos que, para identificarmos uma relação de sinonímia, além da correferencialidade, deve haver equivalência de sentido, assim como Goodman (1949), ao afirmar que a identidade referencial é uma condição necessária, mas não suficiente, para a semelhança de significado. Uma mesma pessoa, por exemplo, pode ser designada por *professor, vizinho, criminoso*, mas não se pode dizer que esses termos são sinônimos e, muito menos, que todos os professores são criminosos (MARTINEZ, 1989).

Apesar disso, temos claro que, se nos preocuparmos somente com a identidade de sentido, nunca encontraremos sinônimos, conforme já discutimos. Devemos pensar na equivalência de sentido junto com a referência específica de um contexto enunciativo. Sendo assim, a relação de sinonímia supõe uma coincidência entre um conteúdo textual específico que se soma ao significado conceitual e à referência designativa de cada ato de fala.

#### **2.1.4 A sinonímia como equivalência de sentido**

O sentido engloba todos os aspectos e dimensões significativas que intervêm em um ato de discurso, sejam estes ligados ao significante linguístico, aos aportes contextuais, aos aspectos de referência ou aos valores intencionais do emissor. O sentido é, portanto, a conjunção e o resultado de diferentes dimensões significativas (ORDÓÑEZ, 1989).

Um signo em um enunciado concreto faz parte de uma complexa trama de relações, estabelecidas com os participantes da enunciação, com outros signos, com o mundo etc. De acordo com Martinez (1989), é nesse nível em que se opera quando se afirma a impossibilidade de que dois termos sejam completamente sinônimos, dada a grande riqueza de fatores, tanto internos quanto externos, que contribuem para fazer com que se perceba uma exuberante variedade de nuances que nos permitem, ou nos obrigam, a diferenciar termos aparentemente equivalentes. Inclusive, se radicalizarmos e generalizarmos essa postura, poderíamos dizer que uma expressão nunca será sinônima nem sequer de si mesma, já que

nunca adquirirá um mesmo sentido ao integrar-se em contextos e situações enunciativas diferentes.

Mas podemos adotar outra atitude mais realista, se considerarmos a possibilidade de eliminar ou acrescentar, em um dado momento, uma série de traços que, nas circunstâncias daquele enunciado, sejam ou não pertinentes para determinar o sentido do texto, o que permite falar em expressões que podem ser consideradas equivalentes, naquele enunciado, e com respeito ao sentido que se deseja comunicar. Unidades cujos significados são diversos e que servem, em um enunciado determinado, para expressar um mesmo sentido.

De acordo com Ilari e Geraldi (1987), para que duas expressões sejam sinônimas, não basta que denotem o mesmo conjunto de objetos, pessoas, animais, coisas etc.; exige-se, também, que os denotem por alusão a uma mesma propriedade. Segundo Lyons (1977), duas asserções serão equivalentes em sentido se tudo que é implicado por uma for igualmente implicado pela outra. Há palavras que se referem à mesma ideia, mas não a qualificam do mesmo modo, portanto não têm o mesmo significado.

## 2.2 A RELAÇÃO DE HIPERONÍMIA

Os falantes de uma língua reconhecem e utilizam, de maneira intuitiva, as relações de inclusão entre as palavras, como as que se dão entre os pares *fruta/pera*, *animal/gato*, *móvel/mesa*, por exemplo. Ao elemento mais geral dessa relação dá-se o nome de hiperônimo (*fruta*, *animal*, *mesa*) e, ao elemento mais específico, dá-se o nome de hipônimo (*pera*, *gato*, *mesa*). Ao dizermos que a relação hiperônimo/hipônimo envolve algum tipo de inclusão, precisamos esclarecer que o elemento tido como o mais inclusivo varia de acordo com a interpretação dada. Podemos dizer, por exemplo, que a classe de frutas inclui a classe de maçãs, ou podemos dizer que o significado de maçã inclui o significado de fruta. Para explicar a diferença entre esses dois pontos de vista, precisamos, mais uma vez, recorrer à distinção entre sentido e referência.

### 2.2.1 O ponto de vista referencial

Sob o enfoque referencial, o hiperônimo é mais inclusivo do que seus hipônimos, visto que se refere a uma classe mais ampla de coisas. Por exemplo, “[...] a classe de entidades a que

se faz referência pela palavra *flor* [hiperônimo] é mais ampla do que a classe de entidades referidas por *tulipa* [hipônimo] e a inclui” (LYONS, 1979, p.482). Ou ainda, em termos de conjuntos, podemos afirmar que o conjunto de entidades referidas pela palavra *tulipa* é um subconjunto do conjunto *flor*.

Outra definição para hiperonímia baseada no ponto de vista da referência vem de Cruse (2000). Segundo o autor, os conceitos de hiperonímia e hiponímia podem ser expressos em linguagem comum como: X [hipônimo] é um tipo/espécie de Y [hiperônimo]. Entretanto, o próprio autor chama atenção para o fato de que essa definição é mais aceitável para alguns pares de palavras do que para outros. Por exemplo, em *gato é um tipo de animal*, essa definição parece aceitável, mas em *mulher é um tipo/espécie de humano* parece haver problemas. Cruse (2000) classificou, então, as relações *tipo de* ou *espécie de* como taxonômicas e propôs a taxonomia como forma prototípica da hiponímia.

Podemos identificar na relação entre hiperônimo/hipônimo algumas propriedades fundamentais, consideradas a seguir.

#### 2.2.1.1. Reflexividade ou simetria

De acordo com Murphy (2003), a relação entre hiperônimo/hipônimo é reflexiva ou simétrica, pois dizer que *p* é hiperônimo de *q* é o mesmo que dizer que *q* é hipônimo de *q*. Dessa forma, sendo *fruta* hiperônimo de *maçã*, por exemplo, necessariamente, *maçã* é hipônimo de *fruta*.

#### 2.2.1.2 Implicação unilateral ou assimetria

Ao mesmo tempo em que há uma propriedade simétrica na relação entre hiperônimo/hipônimo, há também uma propriedade assimétrica, a que Lyons (1979) chamou implicação unilateral, ou seja, dizer que “*p* é um hipônimo de *q*” implica dizer “*q* não é um hipônimo de *p*”. Por exemplo, quando dissemos que algo é uma *rosa*, entendemos que se trata de uma *flor*; entretanto, dizer que algo é uma *flor* não implica dizer que é uma *rosa*, podendo ser uma *tulipa*, uma *margarida* etc.

Também podemos exemplificar essa propriedade através de negativas, como por exemplo:

- a) *Não é um animal acarreta Não é um cão.*
- b) *Não é um cão não acarreta Não é um animal.*

É a propriedade da implicação unilateral que explica o fato de que expressões do tipo “maçãs e outras frutas” sejam coerentes e aceitáveis e expressões como “frutas e outras maçãs” não sejam.

Caso a inclusão fosse bilateral, teríamos uma relação de sinonímia, pois, de acordo com Lyons (1979, p.483), “embora um termo hiperônimo não implique, em geral, o seu hipônimo, ocorre frequentemente que o contexto situacional ou a modificação sintagmática do termo hiperônimo o determinará no sentido de um de seus hipônimos. Essa é a origem da sinonímia dependente do contexto.” Essa é uma concepção que vai ao encontro do que estamos levantando como hipótese para nossa pesquisa, ou seja, que a equivalência de sentido entre o termo hipônimo e seu hiperônimo, em determinado contexto, estabelece uma relação de sinonímia.

#### 2.2.1.3 Transitividade

A transitividade é uma propriedade lógica. Toda hiponímia é transitiva no sentido de que se A é um hipônimo de B, e B um hipônimo de C, então A é necessariamente um hipônimo de C. Dessa forma, se *vaca* é hipônimo de *mamífero* e *mamífero* é hipônimo de *animal*, então *vaca* também é hipônimo de *animal*. Entretanto, Cruse (2000) afirma que há vários casos em que a transitividade parece ser quebrada, como nos exemplos abaixo:

- (24) a. A asa-delta é um tipo de planador.
- b. Um planador é um tipo de avião.
- c. # Uma asa-delta é um tipo de avião.

De acordo com Cruse (2000), uma possível resolução para esse tipo de problema é o fato de os informantes estarem tomando suas decisões baseados em afirmações muito genéricas sobre asa-delta e planadores, interpretando as declarações como sendo *um protótipo de asa-delta é um tipo de planador* e *um planador protótipo é um tipo de avião*, assim a transitividade falha já na primeira premissa, pois *asa-delta* não é um *planador protótipo*.

### 2.2.2 O ponto de vista do sentido

A hiperonímia também pode ser explicada através da composicionalidade do significado. Nesta relação de inclusão, o significado do hipônimo compõem-se de traços semânticos do hiperônimo mais traços especificadores, que o diferencia de todos os outros hipônimos. De acordo com Croft e Cruse (2004), se X é um hipônimo de Y, então o conteúdo semântico de Y é uma parte do conteúdo semântico de X.

Sendo assim, se analisarmos o sentido dos termos, a palavra mais específica transmite mais informação, ou seja, é mais rica em componentes de significado. Dessa forma, o termo específico refere-se a um conjunto maior de atributos e inclui, ou contém dentro dele, o sentido do termo superordenado. Kleiber e Tamba (1990) também mencionam que, se estivermos falando de relação de sentidos, é o hipônimo quem inclui o hiperônimo, pois as propriedades semânticas que compõem o significado de *flor*, por exemplo, estão inclusas nos componentes que compõem o significado de *tulipa*.

Apesar de o hipônimo implicar seu hiperônimo, mas não o contrário, conforme já vimos, sob o ponto de vista do sentido, há itens lexicais que funcionam como seus próprios hipônimos: trata-se dos auto-hipônimos. Auto-hiponímia é um tipo de polissemia em que uma palavra pode ter sentidos mais gerais ou específicos (MURPHY, 2003), conforme os exemplos:

- (25) a. Árvores, arbustos e ervas são plantas.  
b. O jardim tem árvores suficientes, agora precisamos de algumas plantas (MURPHY, 2003, p.223).

Nos exemplos acima, a palavra *plantas* na sentença (25a) está sendo utilizada em seu sentido mais geral, tratando-se de um hiperônimo. Já na sentença (25b), a mesma palavra está sendo usada em um sentido específico, como seu próprio hipônimo e co-hipônimo de *árvore*. A palavra *beber* também é utilizada em um sentido mais geral, como em *ingerir qualquer líquido*, e em sentido mais restrito, pois quando usada sem complemento indica *consumir bebida alcoólica*, configurando em um exemplo de auto-hiponímia.

Quando falamos de relações de hiperonímia sob o ponto de vista do sentido, Cruse (2002) apresenta o microsntido como uma unidade revelante para a descrição desse tipo de relação. Segundo o autor, um bom exemplo de palavra que exhibe microsntidos é *faca*, tratada

por praticamente todos os dicionários como tendo um único sentido, mas que pode ser classificada em diferentes domínios sob uma variedade de hiperônimos e, no âmbito de cada hiperônimo, possui hipônimos compatíveis também diferentes. Dessa forma, *faca* pode ser hipônimo de *talheres*, *armas*, *instrumentos cirúrgicos*, *ferramentas* etc.

Outra caracterização que podemos destacar, quando analisamos o aspecto do sentido na relação hiperônimo/hipônimo, utiliza o conceito de normalidade colocacional (CRUSE, 2002). Parece razoável supor que, quanto mais específico for o significado de uma palavra, mais restritivas serão suas exigências colocacionais. Dessa forma, o autor sugere que a definição de hiponímia poderia ser enquadrada nos seguintes moldes: **X é um hipônimo de Y se há contextos em que Y é mais normal do que X, mas nenhum em que X é mais do que o normal Y.** Exemplos simples das restrições impostas pelos itens mais específicos são:

- (26) a. # O cão ronronou.  
b. O animal ronronou .

- (27) a. # O carvalho produziu maçãs.  
b. A árvore produziu maçãs.

Nos exemplos acima, podemos observar que os traços especificadores dos hiperônimos, aplicam restrições colocacionais. Dessa forma, não podemos combinar o hipônimo *cão* com *ronronar*, ruído produzido especificamente por felinos. Além dos traços diferenciadores de *cão*, podemos observar que o item lexical *ronronar* também é bem específico em relação aos seus componentes de significado, deixando a sentença (26a) anômala, por serem incompatíveis semanticamente. Entretanto, como é característico do hiperônimo, *animal* possui traços mais gerais que permitem sua combinação com o verbo *ronronar*. Por isso que, tanto do vista sintático quanto semântico, a sentença (26b) é bem formada.

O mesmo acontece com o exemplo (27), já que o item lexical *maçã* possui um traço muito específico, ou seja, [FRUTO DA MACIEIRA], portanto incompatível com *carvalho*, também muito específico do ponto de vista do sentido. Agora, como *árvore* é um termo que possui menos atributos na sua descrição semântica, suas restrições colocacionais são menores e a sentença (27b) é perfeitamente aceitável.

### 2.2.3 Co-hipônimos e incompatibilidade

A relação entre os vários hipônimos de um mesmo hiperônimo se chama co-hiponímia. Os co-hipônimos são, portanto, palavras que têm em comum o mesmo hiperônimo, mas características próprias que os diferenciam. Entre os co-hipônimos há uma relação de oposição, ou seja, ao dizermos que *Maria comeu maçã* entendemos que Maria não comeu banana (mamão, pera, laranja etc.). A esta relação, Lyons (1979) chamou de incompatibilidade, ou seja, dois termos são incompatíveis quando um implica a negação do outro. Os termos co-hipônimos de *fruta*, portanto, formam um conjunto de unidades lexicais incompatíveis. Segundo Lyons (1979), devemos distinguir a incompatibilidade da diferença de sentido. Por exemplo, *azul* e *macio* têm sentidos diferentes, mas não são incompatíveis: ambos podem aplicar-se sem contradição a um mesmo objeto.

Entretanto, Cruse (2002) aponta que, apesar de a incompatibilidade ser uma propriedade prototípica dos co-hipônimos, há casos em que ela não se verifica. *Dicionário*, *romance*, *novela*, por exemplo, são hipônimos de *livro* e são, de fato, incompatíveis, mas *livro de bolso*, de acordo com o autor, também é um hipônimo de *livro*. Algo pode ser simultaneamente um romance e um livro de bolso, ou uma novela e um livro de bolso e, portanto, não há incompatibilidade entre esses hipônimos. Entretanto, o autor chama atenção para o fato de que *romance* não dá nenhuma informação quanto ao formato físico, e *livro de bolso* não dá nenhuma indicação no que diz respeito ao conteúdo.

### 2.2.4 Os níveis de especificação ou inclusão e a categorização

As noções de hiperonímia e hiponímia estão relacionadas ao processo de categorização pelo meio do qual se concede significação a nossas experiências. A atividade mental de categorizar implica organizar, estruturar e agrupar elementos que compartilham a essência do significado conceptual mediante propriedades e funções. De acordo com Lakoff (1987), não há nada mais básico do que a categorização para o nosso pensamento, percepção, ação e discurso. Toda vez que vemos algo como uma espécie de coisa, como uma árvore, por exemplo, estamos categorizando. Sempre que raciocinamos sobre os tipos de coisas – cadeiras, doenças, emoções, qualquer tipo de coisa – nós estamos empregando categorias.

Existem diferentes níveis de categorização baseados no grau de especificação de cada categoria: as categorias mais específicas estão contidas dentro das mais inclusivas. De acordo

com Lakoff (1987), temos as categorias de nível básico, as categorias superordenadas e as de nível subordinado, conforme exemplos abaixo:

<b>Nível superordenado</b>	<b>Nível básico</b>	<b>Nível subordinado</b>
Veículo	Carro	carro esportivo
Fruta	Banana	banana-prata
Animal	cachorro	pastor-alemão

As categorias de nível básico são as que possuem mais informações e as que têm atributos mais relevantes e, dessa forma, são as que melhor se diferenciam entre si. Seria de se esperar, conforme afirmou Lakoff (1987), que, por ser mais complexa do ponto de vista conceitual, seria também mais complexa cognitivamente, o que não é verdade. Conceitos de nível básico são mais fáceis de aprender, lembrar e usar, segundo o autor.

Os elementos individuais são mais rapidamente categorizados como membros de categorias do nível básico do que como membros de categorias superordenadas ou subordinadas. Por exemplo, se vemos a imagem de um cachorro de determinada raça, o identificamos mais rapidamente como um *cão* do que como um *animal* ou como ou *pastor-alemão*. Dessa forma, as palavras que compõem o nível básico são as mais utilizadas pelos falantes na comunicação cotidiana e servem como referência para os outros níveis.

As categorias hierarquicamente superiores possuem menos atributos que as caracterizem em relação às categorias de nível básico. Para diferenciarmos *animal* de *mineral*, (itens representantes da categoria de nível superordenado), temos o traço [ANIMADO], por exemplo, enquanto *cachorro* (nível básico) tem mais traços que o distingue de outros animais – [MAMÍFERO], [COM PELOS], [CANÍDEO], [DOMÉSTICO].

As categorias de nível subordinado se distinguem das de nível básico por uma propriedade muito específica e, dessa forma, quase sempre são compostas por uma combinação de elementos, ou seja, um núcleo e um modificador, como *colher de café*, *mesa de ferro* ou *banana-prata*, por exemplo.

Os conceitos de hiperônimo e hipônimos estão intimamente relacionados aos processos de categorização, pois também são atribuídos de acordo com o nível de especificação de um item lexical. Dessa forma, *banana-prata*, *banana-nanica* e *banana da terra* são hipônimos de *banana* (categoria de nível básico e, neste caso, hiperônimo). Ao passo que *banana* é hipônimo de *fruta* que, nesta relação lexical, passa a ser o hiperônimo.

Existem diferentes formas de subdividir uma categoria, independentemente do seu nível hierárquico. De acordo com Cruse (2002), podemos distinguir três tipos de hipônimos: os hipônimos naturais, os hipônimos nominais e os funcionais.

O tipo natural de hiponímia é formado por espécies animais e vegetais, como o leão, a águia, a rosa, o carvalho, e os materiais que ocorrem naturalmente, tais como a água, solo, rocha, ferro, e madeira. A diferença entre o hiperônimo natural e seus hipônimos é baseada em um conjunto normalmente grande de características diferenciadoras. De acordo com Cruse (2002), os nomes de espécies naturais se comportam de maneira muito parecida com os nomes próprios, pois mostram estabilidade referencial.

A relação entre hiperônimos e hipônimos nominais, em contraste com as espécies naturais, é capturada por um diferenciador simples, como no caso de gato e gatinho, leão e leoa, mulher e loira. Dessa forma, é possível observar que muitas das relações hiperonímicas nominais são formadas entre termo base e termo morfológicamente derivado. Além disso, o tipo natural de hiponímia é, prototipicamente, uma relação de *espécie ou tipo de*. Por exemplo: leão é um tipo de animal, carvalho é um tipo de árvore. Os hipônimos nominais, normalmente, não se estabelecem sob esse tipo de relação como em: *#gatinho é um tipo de gato*.

Segundo Cruse (2002), muitas palavras incorporam características funcionais em suas definições e não é raro o caso em que a função é capturada pelo significado de um hiperônimo. Este é o caso, por exemplo, de pares como *pistola/arma*, *martelo/ferramenta*, *jaqueta/vestuário*, *cerveja/bebida*, *carro/veículos*, *violino/instrumento musical*. Nesses casos, o hipônimo especifica simultaneamente a função de forma mais precisa e adiciona recursos de percepção que são praticamente inexistentes no hiperônimo.

### 2.3 FECHAMENTO DO CAPÍTULO

Conforme levantamos neste capítulo, o conceito de sinonímia varia de acordo com os critérios tomados como necessários para que essa relação estabeleça-se. No decorrer do levantamento bibliográfico, já procuramos deixar claro nosso posicionamento em relação a esses critérios, ou seja, acreditamos que, para haver sinonímia, deve-se ter identidade de referência e equivalência de sentido. Esses critérios serão observados tendo-se por base determinado texto escrito, ou seja, o contexto intratextual; não estamos falando, portanto, da

sinonímia estabelecida entre verbetes de um dicionário. Aliás, estamos de acordo com Katz e Fodor (1977) quando afirmam que o conceito de sinonímia só pode ser reconstituído a partir do conceito de caracterização de sentido e não vice-versa. A inclusão de sinônimos num verbete de dicionário é uma redundância introduzida para poupar ao leitor o esforço de descobrir os sinônimos de um item lexical através da comparação de sua caracterização do sentido com a dos demais itens.

Também é Katz (1964) quem apresenta o conceito de sinonímia baseado na equivalência dos componentes semânticos. Segundo o autor, duas palavras têm o mesmo sentido, ou seja, são sinônimas, quando suas leituras contêm exatamente os mesmos componentes semânticos. Essa definição é muito importante para nossa pesquisa, na medida em que tentaremos comprovar que a equivalência de sentido, no caso da mudança do estatuto semântico de hiperônimo para sinônimo textual, dá-se através do compartilhamento de traços.

Acreditamos que o quadro da análise componencial pode nos fornecer fundamentos metodológicos para descrever como ocorre a equivalência de sentido, na textualidade, para que duas palavras sejam consideradas sinônimas, sendo que, em casos de significado múltiplo, cada sentido apresenta um valor semântico específico, correspondente à sua contribuição sistemática para a interpretação da sentença em que ocorre.

Também é possível demonstrar a relação hiperônimo/hipônimo levando-se em consideração os componentes semânticos. Dessa forma, um item lexical X pode ser definido como hipônimo de Y se todas as características de Y estiverem contidas na especificação característica de X (KEMPSON, 1977). A análise componencial também será utilizada para tratar da hiperonímia, pois essa metodologia é a forma mais explícita, clara e econômica para caracterizar esse tipo de relação.

## **CAPÍTULO 3**

### **AS RELAÇÕES ENTRE O SENTIDO DAS PALAVRAS**

Quando falamos em relações entre palavras, temos que levar em consideração todos os sentidos possíveis para aquelas palavras. É por isso que a sinonímia, por exemplo, enquanto identidade total de todos os sentidos das palavras relacionadas, é praticamente impossível de ser encontrada. Dessa forma, vamos falar da sinonímia e da hiperonímia enquanto relações que surgem através das condições em que a palavra é utilizada, ou seja, relacionando um só sentido estabelecido de acordo com o contexto em referência.

Neste capítulo, vamos apresentar nossas análises a respeito do principal objetivo deste trabalho: verificar quando temos uma relação verdadeiramente hiperonímica, em determinado contexto, ou quando percebemos uma equivalência de sentido que, somada à identidade referencial, estabelece uma relação de sinonímia. Antes disso, entretanto, vamos tratar de questões referentes ao processo metodológico das análises e vamos apresentar alguns aspectos da relação contextual de sinonímia, que nos ajudarão a compreender como essa relação estabelece-se entre hipônimo/hiperônimo.

#### **3.1 ALGUMAS DECISÕES METODOLÓGICAS**

O *corpus* utilizado para as análises empreendidas nesta pesquisa compreende textos de divulgação científica, cujo objetivo é veicular fatos e informações que se situam no universo da ciência e da tecnologia. Em relação ao suporte textual, analisamos textos impressos e também virtuais. A escolha por textos de divulgação científica deu-se pelo fato de que, em uma verificação prévia, identificou-se a utilização da substituição sinonímica e hiperonímica com bastante regularidade, inclusive em vários níveis de especificidade semântica, no caso dos hiperônimos. Além disso, selecionamos textos de revistas de circulação nacional sobre o tema (Revista Superinteressante, Revista Ciência Hoje, Revista Scientific American Brasil e

Revista FAPESP), atestando a ocorrência dos fenômenos investigados. Na medida do possível, procuramos apresentá-lo na íntegra, ou, caso não seja possível devido à extensão, o recorte dado não prejudicará a observação e a compreensão dos processos anafóricos. Para fins de sistematização, estabelecemos como recorte temporal o estudo de textos divulgados a partir do ano de 2010.

Como sabemos, a sinonímia e a hiperonímia são relações lexicais paradigmáticas, ou seja, ocorrem entre palavras da mesma categoria gramatical. Nesta pesquisa, tratamos exclusivamente das relações que ocorrem entre substantivos. Sobre a hiperonímia, de acordo com Cruse (2002), as hierarquias lexicais são quase exclusivamente representadas por nomes, reforçando o fato de que a classe dos substantivos é a casa natural da hiperonímia/hiponímia.

Conforme já esclarecemos, trabalhamos com a unidade textual escrita para empreender nossas análises. Analisamos as relações semântico-lexicais de sinonímia e hiperonímia com base em padrões que emergem do uso da língua escrita, buscando compreender como elas se estabelecem em situações comunicativas reais. Entretanto, não achamos necessário abandonar os recursos lógico-formais para explicar a sinonímia e a hiperonímia contextual, pelo contrário, acreditamos, e tentamos exemplificar, que essas relações podem ser explicadas em termos de conjuntos de características que podem ser formalizados. A análise componencial fornece-nos as ferramentas descritivas para a análise dos mecanismos de sinonímia e hiperonímia contextual.

Lembramos que a análise componencial parte do pressuposto de que o significado de uma palavra é uma combinação de componentes de sentido menores, que são recorrentes na composição de outros significados. Ao relacionarmos, em uma matriz, os traços semânticos dos itens lexicais analisados, pomos à mostra o que esses itens têm em comum, bem como aquilo que faz a especificidade de uns e outros (LOPES; PIETROFORTE, 2004).

Utilizamos o sinal “+” para indicar presença de determinado traço semântico e o sinal “-” para indicar ausência, na composição de nossas matrizes. A utilização desses símbolos está relacionada à teoria fonológica de Jakobson e Halle (1956), segundo a qual a maioria, se não a totalidade, das relações entre as unidades fônicas distintivas das diferentes línguas se estabelecem em função do princípio de presença ou ausência de um traço distintivo (vocálico ou não-vocálico, nasal ou não-nasal, por exemplo). Essa teoria também foi aplicada à análise componencial, em que o traço marcado leva sinal positivo e o traço não marcado leva sinal negativo. Também utilizamos o sinal “+/-” quando estamos falando de um traço que pode ou não estar presente. Ao descrevermos os componentes semânticos da palavra *mamífero*, por

exemplo, podemos descrevê-lo com o traço [+/- QUADRÚPEDE], no sentido de que há mamíferos quadrúpedes, mas também há os não quadrúpedes. Essa informação é importante para que, quando estivermos relacionando traços de vários itens lexicais, possamos falar do apagamento ou realçamento de traços.

Conforme já tratamos, não há uma lista definida de componentes semânticos que possamos consultar para descrever o significado das palavras que gostaríamos de analisar. Entretanto, entendemos que a seleção dos traços não pode ser algo exclusivo da vontade do analista e, dessa forma, para compor as matrizes de traços dos itens lexicais avaliados nesta pesquisa, nos fundamentamos principalmente nas informações contidas na FrameNet<sup>15</sup>.

A FrameNet é uma base de dados lexicais que descreve o significado das palavras segundo os princípios da Semântica de *frames*. A semântica dos *frames*, desenvolvida por Fillmore dentro da perspectiva cognitiva, oferece uma maneira particular de olhar para o significado das palavras. Para o termo *frame*, Fillmore (2006) diz ter em mente qualquer sistema de conceitos relacionados de tal forma que, para entender qualquer um deles, você tem que entender toda a estrutura em que ele se encaixa. Quando um desses conceitos é introduzido em um texto, ou uma conversa, todos os outros conceitos relacionados naquela estrutura são automaticamente disponibilizados. Dessa forma, para entender o significado de uma palavra, é necessário compreender as propriedades da “cena” em que ela aparece.

Segundo Fillmore (2006), um frame é um sistema de categorias estruturadas de acordo com algum contexto motivador (conjunto de entendimentos ou padrão de práticas, por exemplo). Algumas palavras existem a fim de proporcionar o acesso ao conhecimento de tais quadros aos participantes no processo de comunicação e, ao mesmo tempo, servem para realizar uma categorização que leva a tal enquadramento.

De acordo com Fillmore (2006), a palavra *vegetariano*, por exemplo, significa o que significa, quando usada por pessoas em nossa cultura, porque a categoria de "alguém que come apenas vegetais" é uma categoria relevante de ser estabelecida no contexto de uma comunidade cuja maioria dos membros comem regularmente alimentos de origem animal. Essa palavra designa não apenas alguém que se alimenta de vegetais, mas alguém que come apenas vegetais. Além disso, ela é utilizada mais adequadamente para situações em que o indivíduo assim designado evita carne deliberadamente e com um propósito. O objetivo pode ser alguma crença sobre nutrição, ou pode ser uma preocupação com a vida animal, mas a palavra não é usada (em uma frase como *João é um vegetariano*) para descrever pessoas cuja

---

<sup>15</sup> A base de dados do projeto FrameNet está hospedada no site <https://framenet.icsi.berkeley.edu/fndrupal/home> e é de acesso gratuito.

dieta não inclui carne porque elas são incapazes de encontrá-la ou porque não podem comprá-la. Dessa forma, a sentença não nos dá todas essas informações diretamente, mas podemos inferi-las do significado da palavra *vegetariano* e do quadro mental que temos construído a respeito do uso dessa palavra.

Para Fillmore (2006), existe uma ligação estreita entre o significado lexical e o processo de compreensão de um texto. As palavras utilizadas revelam as múltiplas formas de um falante ou autor enquadrar a situação e induzir o ouvinte a construir esse mesmo enquadramento, ou seja, as escolhas lexicais são atos de categorização. E, a partir desse ponto de vista, é possível apresentar o mesmo fato em diferentes enquadramentos. Alguém que demonstra resistência em dar dinheiro em uma determinada situação pode ser descrito como mesquinho (em casos em que o comportamento está sendo contrastado com generosidade), mas essa mesma pessoa pode ser categorizada como parcimoniosa (em casos em que o contraste é feito com um comportamento dispendioso).

A ideia básica da FrameNet é, portanto, que o significado da maioria das palavras pode ser melhor compreendido com base em um quadro semântico: a descrição de um tipo de evento, relação, ou entidade e os seus participantes. Por exemplo, o conceito de cozinhar envolve tipicamente uma pessoa que faz o cozimento, o alimento que está para ser cozido, algo para segurar o alimento durante o cozimento e uma fonte de calor. Palavras que também evocam esse quadro, como fritar, assar, ferver e grelhar, são chamadas unidades lexicais pertencentes ao mesmo *frame*. Do ponto de vista do aluno, a FrameNet, desenvolvida pela Universidade da Califórnia, em Berkeley, é um dicionário de mais de 10.000 sentidos da palavra, a maioria deles com exemplos anotados que mostram o significado e uso, divididos em quase 1.200 frames. De acordo com Salomão (2009, p.174), referindo-se a esse trabalho,

[...] estaríamos nos aproximando do sonho do “dicionário ideal”, no qual cada um de nós, ao consultar uma palavra, seria remetido imediatamente para o frame que ela evoca, com todos os respectivos Elementos Componentes; veria, além disso, uma listagem de todas as valências desta palavra, suas possibilidades combinatórias sintáticas e semânticas, ilustradas por exemplos correspondentes. A consulta ainda nos ofereceria um conjunto de outras palavras que evocassem o mesmo frame, conectando-o com outros frames semanticamente relacionados.

O sistema não apresenta, especificamente, o significado das palavras em forma de traços, mas através de conceitos, descrições. Levando em consideração não só os elementos que a FrameNet apresenta sobre o significado específico da unidade lexical, mas também as informações de significado, o que o sistema traz a respeito do quadro em que a palavra está

inserida, depreendemos os traços mínimos de significado relacionados aos itens lexicais estudados. É importante ressaltar que a FrameNet é um projeto desenvolvido em língua inglesa e, para nossas análises, precisamos traduzir as informações. A FrameNet para o português brasileiro<sup>16</sup> já está em construção, em um projeto desenvolvido pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Para a construção das matrizes, consultamos também a base de dados do projeto FrameNet Brasil, para verificação e comparação das informações daqueles itens que já estão contemplados nesse sistema. Especificamos esses casos no próprio texto das análises e em notas de rodapé, bem como os casos em que foi necessário consultar fontes diferentes.

### 3.2 A SINONÍMIA NO CONTEXTO DE USO

Segundo Storjohann (2010), desde quando a noção de léxico passou a ser de interesse para a sintaxe, a divisão entre gramática e léxico está sendo deixada para trás e, como consequência, a natureza da Semântica Lexical está sendo alterada. Novas metodologias foram introduzidas e passou-se a olhar para a linguagem de uma perspectiva baseada no uso, entretanto, a maioria das pesquisas tem-se voltado para questões semânticas, como a polissemia e a metáfora, sendo que o estudo das relações lexicais de sentido não são um componente central nesse novo paradigma dos estudos semânticos. Dessa forma, pouco se tem observado sobre como as relações de sentido estabelecem-se no texto e no discurso.

A substituição de certos itens lexicais por seus sinônimos, por exemplo, é um dos processos textuais que sustenta o aspecto temático e colabora com a unidade lexical, já que as cadeias léxicas que se desenvolvem dentro do texto, formadas por diferentes tipos de repetição, constroem a trama de sua significação. Os leitores têm uma intuição para identificar o uso de sinônimos no contexto. Esta intuição é baseada em conhecimentos linguísticos, conhecimentos não-linguísticos, na experiência, na percepção e, no discurso, é ativada conforme o caso. Já o autor, conforme já mencionamos, provavelmente não busca especificamente um sinônimo para substituir a expressão já introduzida, mas um item lexical que estabeleça identidade referencial e atenda a seus objetivos expressivos.

Ora, sabemos que a língua não nos oferece uma quantidade significativa de sinônimos e, conforme já nos posicionamos, a identidade referencial não é garantia de sinonímia. Além

---

<sup>16</sup> Para conhecer melhor o FrameNet do Brasil, bem como acessar o banco de dados já construído, pode-se acessar o site do projeto através do endereço eletrônico <http://www.ufjf.br/framenetbr/>.

disso, também não é possível levarmos em consideração somente a intuição do leitor ou ouvinte sobre quais palavras estariam estabelecendo uma relação de sinonímia. Dessa forma, como sabemos que, de fato, estabeleceu-se uma relação de equivalência de sentido, entre duas ou mais expressões, em determinado contexto, a ponto de podermos classificá-las como sinônimas?

De acordo com Murphy (2003), uma das chaves para entendermos a noção teórica de identidade de sentido é aceitar que estamos lidando com um estado fluido, cujos julgamentos envolvem um processo dinâmico, baseado em informações dinâmicas. Sabemos que se tomarmos os itens lexicais isoladamente, como eles se apresentam em um dicionário, uma palavra como *droga*, por exemplo, pode significar *qualquer composto químico de uso médico, terapêutico ou preventivo* ou *substância entorpecente, alucinógena, utilizada de maneira ilícita* (FERREIRA, 2009). É somente no uso concreto, como no texto, por exemplo, que atribuímos às palavras um sentido específico e, dessa forma, só assim poderemos julgar qual expressão estabelece com outra uma relação de identidade de sentido. Vejamos o uso da palavra *droga* no trecho abaixo<sup>17</sup>:

- (28) Quando um pediatra receita **medicamentos** para crianças os pais geralmente supõem que foram testados e se mostraram seguros e eficazes. Mas apenas metade **dos remédios** receitados para pacientes de até 18 anos passou pelos mesmos testes rigorosos que **as drogas** para adultos<sup>18</sup>.

Fica claro, no exemplo (28), que a palavra *drogas* está sendo utilizada com o sentido de *composto químico de uso médico*. Na procura por sinônimos para substituir as palavras *medicamentos* e *remédios* podemos dizer que o contexto determinou quais atributos específicos da palavra *drogas* seriam destacados, ou seja, o contexto direcionou nossa leitura para um dos sentidos possíveis da palavra. Assim como acontece no exemplo (29), entretanto, nesse caso, entendemos *drogas*, como uma substância ilegal, tendo como sinônimo textual a palavra *narcótico*.

---

<sup>17</sup> Deixaremos em negrito, nos exemplos apresentados, a expressão sobre a qual estamos tratando e aquelas utilizadas com finalidade anafórica.

<sup>18</sup> Adaptado de texto disponível em [http://www2.uol.com.br/sciam/artigos/medicamentos\\_pediaticos\\_mais\\_seguros.html](http://www2.uol.com.br/sciam/artigos/medicamentos_pediaticos_mais_seguros.html). Acesso em 19/01/13.

- (29) Mentira: "Nunca usei **drogas**." A verdade: um quarto dos jovens na década de 1980 experimentou algum tipo de **narcótico** - o mesmo que hoje em dia<sup>19</sup>.

Uma vez reconhecido que as mesmas palavras podem ocorrer em contextos diferentes, nossa capacidade de perceber semelhanças e diferenças das orações pode eventualmente basear-se em razões sintáticas. Segundo Katz e Fodor (1977), usamos regras de projeção para determinar a interpretação correta das frases, inicialmente associando cada palavra aos sentidos compatíveis com sua categoria gramatical. A palavra *seca*, por exemplo, pode ser adjetivo, como em *roupa seca*, ou nome, conforme o exemplo (30).

- (30) *Seca* deixa milhões com fome na América Central. Estiagem devastou lavouras centro-americanas e mais de 2,8 milhões de pessoas lutam por alimento<sup>20</sup>.

Quando percebemos que a palavra *seca* está sendo empregada como substantivo, tal qual no exemplo (30), eliminamos os sentidos que essa palavra teria se fosse utilizada como um adjetivo. Depois dessa leitura, podemos, então, aceitar a palavra *estiagem* como seu sinônimo.

Segundo Murphy (2003), duas palavras podem ser suficientemente semelhantes em relação ao sentido para serem consideradas sinônimas em um contexto neutro, mas podem não ser suficientemente semelhantes para serem utilizadas como sinônimos em determinado contexto sentencial. A autora chama de contexto neutro o tratamento das palavras de forma isolada. Por exemplo, se perguntássemos por um bom exemplo de sinônimo para a palavra *prêmio*, provavelmente a palavra *recompensa* seria muito mencionada, entretanto, ao avaliarmos essas duas palavras em determinados contextos sentenciais, percebemos que a equivalência de sentido é alcançada somente em casos bem específicos. Vejamos os exemplos abaixo:

- (31) A loteria entregou um prêmio milionário a seus acertadores.  
(32) Miguel recebeu um prêmio pelo seu trabalho em Química.  
(33) O maior prêmio que a vida oferece é dedicar-se a algo que valha a pena.

---

<sup>19</sup> Disponível em <http://super.abril.com.br/cotidiano/22-nunca-usei-drogas-735813.shtml>. Acesso em 18/09/14.

<sup>20</sup> Disponível em

[http://www2.uol.com.br/sciam/noticias/seca\\_deixa\\_milhoes\\_com\\_fome\\_na\\_america\\_central.html](http://www2.uol.com.br/sciam/noticias/seca_deixa_milhoes_com_fome_na_america_central.html). Acesso em 04/09/14.

Conforme consulta na FrameNet e FrameNet Brasil, podemos descrever o significado de *prêmio* através dos seguintes traços semânticos: [VALORIZAÇÃO DE UMA AÇÃO], [AVALIAÇÃO POSITIVA], [ENTIDADE SOCIALMENTE SIGNIFICATIVA], [ENTIDADE MONETÁRIA]<sup>21</sup>. Entretanto, quando tratamos da palavra em determinado contexto sentencial, podemos observar que alguns desses traços são realçados e outros apagados, dependendo do sentido que a palavra adquire em cada contexto. Por exemplo, no caso da sentença (31) poderíamos descrever esse sentido conforme a matriz abaixo:

	avaliação positiva	valorização de uma ação	entidade socialmente significativa	entidade monetária
prêmio	-	-	-	+

Em relação ao uso da palavra prêmio, no contexto da sentença (31), é possível dizer que os traços [VALORIZAÇÃO DE UMA AÇÃO] e [AVALIAÇÃO POSITIVA] foram apagados, já que esses traços indicam, necessariamente, uma circunstância em que alguém avaliou uma determinada ação como sendo positiva e valorizou essa ação de alguma forma, o que não é o caso. Além disso, o prêmio dado por uma loteria não apresenta o traço [ENTIDADE SOCIALMENTE SIGNIFICATIVA], no sentido de que não representa algo recebido por um feito significativo dentro de um determinado grupo social. Ao descrevermos o significado da palavra *prêmio* em relação ao seu uso na sentença (32), entretanto, teríamos uma matriz diferenciada:

	avaliação positiva	valorização de uma ação	entidade socialmente significativa	entidade monetária
prêmio	+	+	+	+/-

<sup>21</sup> Traços baseados nas informações disponíveis nos seguintes links, todos acessados em 30/09/14:  
<https://framenet2.icsi.berkeley.edu/fnReports/data/lu/lu4118.xml?mode=lexentry> .  
<https://framenet2.icsi.berkeley.edu/fnReports/data/frameIndex.xml?frame=Judgment>.  
<https://framenet2.icsi.berkeley.edu/fnReports/data/lu/lu3847.xml?mode=lexentry>.  
<http://200.131.61.179/maestro/index.php/fnbr/report/frames?db=fnbrasil>.

Neste caso, os traços [AVALIAÇÃO POSITIVA] e [VALORIZAÇÃO DE UMA AÇÃO] fazem parte da descrição do significado da palavra *prêmio*, bem como é possível depreender a circunstância avaliativa descrita no parágrafo anterior. Além disso, o traço [ENTIDADE SOCIALMENTE SIGNIFICATIVA] está marcado, pois representa uma distinção recebida dentro de determinado grupo (escola, comunidade científica etc.). Em relação ao traço [ENTIDADE MONETÁRIA], ele recebe o sinal “+/-“ porque pode ou não fazer parte da descrição, já que não temos informações a respeito da natureza desse prêmio. Tanto no exemplo (31), quanto no exemplo (32), não poderíamos substituir a palavra *prêmio* pela palavra *recompensa* sem que houvesse alguma mudança nas nuances de sentido expressas em cada sentença, portanto, nesses contextos de uso, não podemos tratá-las como sinônimas.

Em relação ao uso da palavra *prêmio* na sentença (33), podemos descrevê-lo com os seguintes componentes:

	avaliação positiva	valorização de uma ação	entidade socialmente significativa	entidade monetária
prêmio	-	+	-	-

No exemplo (33), os traços [AVALIAÇÃO POSITIVA], [ENTIDADE SOCIALMENTE SIGNIFICATIVA] e [ENTIDADE MONETÁRIA] são apagados e podemos falar do significado da palavra *prêmio* somente através do componente [VALORIZAÇÃO DE UMA AÇÃO], na forma de um retorno positivo. No caso específico desse exemplo, *recompensa* pode funcionar como sinônimo de *prêmio*, pois tudo que uma expressão indica, é igualmente indicado pela outra. Suas leituras, portanto, contêm as mesmas informações semânticas.

Assim como o discurso pode provar falho nosso julgamento em relação a duas palavras como excelentes exemplos de sinônimos, de acordo com Murphy (2003), no contexto é possível demonstrar como duas palavras que não são consideradas “bons” exemplos de sinonímia podem vir a estabelecer essa relação. Em um contexto neutro, por exemplo, um sinônimo para *fé* seria *crença*, enquanto *confiança* não seria certamente o melhor exemplo. A palavra *crença*, assim como *fé*, é usada muitas vezes para falar das relações com o sobrenatural e, além disso, trata-se de um substantivo que pode caber nos mesmos tipos de contextos linguísticos que *fé*. Já a palavra *confiança* falha, em um contexto

neutro, como um "bom" sinônimo de *fé* porque os objetos de nossa confiança normalmente são diferentes dos nossos objetos de fé (você pode confiar em seu banco, mas provavelmente não tem fé nele). Além disso, *confiança* é muitas vezes usada como um verbo (confiar), enquanto *fé* é apenas um substantivo e pode, inclusive, servir como complemento para o verbo confiar, conforme o exemplo:

- (34) Rezar pela saúde alheia (ou de si próprio) tem efeitos positivos? Algumas correntes religiosas confiam mais **na fé** do que na medicina, mas a ciência duvida<sup>22</sup>.

No exemplo (34), claramente não podemos tomar *confiança* como sinônimo de *fé*. Teríamos, inclusive, uma oração mal formada do tipo *\*confiam mais na confiança*, caso quiséssemos realizar uma substituição. Vamos relacionar os componentes de significado dessas duas palavras para entendermos melhor como isso acontece<sup>23</sup>.

	crença religiosa	acreditar em algo ou alguém
fé	+	-
confiança	-	+

No caso específico do exemplo (34), podemos observar que a palavra *fé* está entendida somente em relação ao seu traço [CRENÇA RELIGIOSA] e, dessa forma, perfeitamente aceita enquanto complemento do verbo *confiar*. Entretanto, mesmo não sendo considerado um “bom” exemplo de sinonímia, em contextos mais específicos, *confiança* pode sim ser equivalente em sentido à palavra *fé*.

- (35) a. Perdi **a fé** nos médicos de modo geral.  
 b. Perdi **a confiança** nos médicos de modo geral.

<sup>22</sup> Disponível em [http://www.superinteressante.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2307:o-poder-da-oracao&catid=3:artigos&Itemid=77](http://www.superinteressante.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=2307:o-poder-da-oracao&catid=3:artigos&Itemid=77). Acesso em 19/09/14.

<sup>23</sup> Traços baseados nas informações disponíveis nos seguintes links, todos acessados em 02/10/14:  
<https://framenet2.icsi.berkeley.edu/fnReports/data/lu/lu13169.xml?mode=lexentry>  
<https://framenet2.icsi.berkeley.edu/fnReports/data/lu/lu13169.xml?mode=lexentry>

Nos sentenças apresentadas em (35), percebemos claramente que, a fim de que *fé* represente o mesmo sentido que *confiança*, o traço [CRENÇA RELIGIOSA] necessita ser apagado, ao mesmo tempo em que o componente [ACREDITAR EM ALGO OU ALGUÉM] passa a ser marcado.

	crença religiosa	acreditar em algo ou alguém
fé	-	+
confiança	-	+

No contexto da sentença (35), *confiança* é sinônimo de *fé*, propondo que as duas coisas são equivalentes em todas as formas relevantes, ou seja, referência e sentido, criando-se, assim, uma analogia entre o objeto de sua fé e o objeto de sua confiança. Dessa forma, entendemos que as expressões *fé* e *confiança* têm sentidos diferentes no contexto neutro, mas, em alguns usos discursivos, são semelhantes o suficiente para serem julgadas sinônimas.

Já mencionamos que a substituição de certas palavras introduzidas no texto por outras equivalentes em sentido, com o objetivo de evitar a repetição lexical, é um dos fins para os quais buscamos por sinônimos. Também já discorremos sobre o fato de que a equivalência de sentido entre palavras é tratada de duas maneiras diferentes na literatura, ou seja, com referência a um contexto específico (como tem sido usado neste trabalho), ou com referência a todos os contextos possíveis (sinonímia absoluta).

De acordo com Murphy (2003), quando estamos falando de contextos específicos, devemos considerar a possibilidade de substituição como uma ferramenta de diagnóstico para o reconhecimento de palavras sinônimas e não a intercambialidade. A propriedade de intercambialidade deve ser reservada para o segundo caso – quando falamos de todos os contextos possíveis. Segundo a autora, a sinonímia contextual não é necessariamente simétrica, por isso não podemos falar em intercambialidade.

Gostaríamos de deixar claro com essas análises, portanto, que os critérios para determinar a sinonímia entre itens lexicais devem ser sempre baseados no contexto de uso desses itens. A tarefa de encontrar um "bom" sinônimo para determinada palavra é baseada em nossas expectativas do que alguém iria aceitar como sinônimo para, por exemplo, substituir uma palavra em uma frase. Consideramos, mais do que nunca, que a sinonímia é uma relação entre sentido e não palavras, pois as palavras podem ter múltiplas significações e

tratamos de um sentido de cada vez, ou seja, relacionamos duas unidades lexicais associadas a um sentido particular.

### 3.3 A HIPERONÍMIA NO CONTEXTO DE USO

Assim como a sinonímia, as relações de hiperonímia e hiponímia também adquirem contornos diferenciados quando observados à luz da composicionalidade e da construção textual. De acordo com Seide (2010), podemos distinguir as seguintes possibilidades de uso discursivo de uma palavra hiperônima:

a) a palavra é utilizada para retomar um item já mencionado: neste caso, a palavra adquire um sentido específico em decorrência da relação de equivalência proposta, o que a caracteriza como sinônimo textual, possibilidade compartilhada pelos termos genéricos. Um termo genérico igualmente pode ser utilizado mantendo-se sua vagueza semântica que lhe é peculiar; b) a palavra é usada cataforicamente, com isso, suas características semânticas são mantidas, havendo utilização da hiperonímia como recurso coesivo (SEIDE, 2010, p.350).

Na análise de nosso corpus, entretanto, constatamos algo um pouco diferente. Nas substituições lexicais, o hiperônimo pode, sim, estabelecer uma relação de equivalência (conforme argumentaremos adiante); mas também, mesmo em retomadas, pode manter suas propriedades semânticas. Esses casos, inclusive, não são raros, evidenciando que o hiperônimo mantém suas características, mesmo em posição anafórica.

#### 3.3.1 Casos em que os hiperônimos mantêm suas propriedades semânticas

Apresentaremos a seguir ocorrências em que se observa o uso de hiperônimos enquanto elementos textuais anafóricos, sem que haja perda de propriedades características da relação hiperônimo/hipônimo. Vejamos o texto abaixo:

(36) CÂMERA INDISCRETA. Numa floresta em Manaus, o **tamanduá-bandeira** passa alheio ao flagra. Ele entrou num conjunto de 52 mil imagens de **mamíferos**

capturadas por armadilhas fotográficas em vários países. Contribuiu assim para um estudo do impacto da perda de habitat na diversidade de **espécies**<sup>24</sup>.

Primeiramente, vamos analisar o exemplo (36) sob os argumentos do ponto de vista referencial para uma relação hiperonímica. Podemos afirmar que a palavra *mamíferos*, tal como está sendo utilizada no texto, faz referência a uma classe de entidades mais ampla que *tamanduá-bandeira*, mas o inclui. Assim como a palavra *espécies* faz referência há *mamíferos* e também a outros elementos. O fato de o hiperônimo ser mais inclusivo do ponto de vista referencial em relação aos seus hipônimos é uma das propriedades fundamentais dessa relação, mantida no exemplo (36).

Também podemos observar que a propriedade da implicação unilateral está mantida, afinal, podemos interpretar do texto (36) as seguintes proposições:

- a) Foram realizadas imagens do tamanduá-bandeira **e de outros mamíferos**.
- b) Essas imagens contribuíram para o estudo do impacto da perda de habitat dos mamíferos **e de outras espécies**.

O fato de podermos aceitar as afirmações acima como verdadeiras demonstra que a propriedade da implicação unilateral está preservada, pois depreendemos que *tamanduá-bandeira* é um tipo de *mamífero*, mas ser mamífero não implica ser um tamanduá-bandeira. Assim como *mamífero* é uma variedade de *espécie*, mas a classe de entidades referidas pela palavra *espécie* implica outros elementos, que não só *mamíferos*.

Para entendermos o que ocorre no exemplo (36), do ponto de vista do sentido, vamos definir os traços semânticos que compõem o significado das palavras destacadas, de acordo com o contexto enunciativo. É necessário observar que, no caso específico dessa matriz, utilizamos informações da Enciclopédia Agrícola Brasileira<sup>25</sup>, pois a FrameNet não possui descrições científicas específicas sobre animais.

	ser vivo	animal	vertebrado	possui glândula mamária	terrestre	quadrúpede	sem dentes
espécies	+	+/-	+/-	+/-	+/-	+/-	+/-
mamíferos	+	+	+	+	+/-	+/-	+/-
tamanduá-bandeira	+	+	+	+	+	+	+

<sup>24</sup> Retirado de Revista FAPESP, set./2011, nº187, p.3.

<sup>25</sup> Para a construção da matriz consultamos os volumes 3 (p. 101), 4 (p.373) e 6 (p.281), da Enciclopédia Agrícola Brasileira, de 2006.

Conforme podemos observar nos traços relacionados na matriz acima, todas as propriedades semânticas que compõem o significado de *mamífero* estão inclusas nos componentes do significado de *tamanduá-bandeira*. Além disso, observamos que o hipônimo é mais rico em componentes, pois além dos traços de seu hiperônimo, possui traços especificadores. Essa especificidade traduzida em componentes semânticos serve para diferenciar esse elemento de outros possíveis hipônimos.

Conforme já observamos, essa matriz foi construída de acordo com o contexto enunciativo do texto (36), ou seja, a partir da interpretação do sentido que essas palavras assumem quando combinadas da forma que foram. É muito importante ressaltar essa informação, pois, quando tratamos de um sentido específico assumido pelas palavras em determinado uso, tratamos de traços semânticos que podem ser realçados ou apagados, conforme informações depreendidas da leitura. Dessa forma, através da leitura que fizemos do item lexical *mamíferos*, no texto apresentado em (36), observamos somente a presença dos traços marcados acima com o sinal “+”, ou seja, a palavra *mamíferos* está sendo realmente utilizada com referência a todas as entidades que pertencem a essa classe. Podemos afirmar, portanto, que se mantém a relação hiperônimo/hipônimo entre *mamífero* e *tamanduá-bandeira*, sendo que o mesmo acontece com o par *mamífero/espécie* e, inclusive, com o par *espécie/tamanduá-bandeira*, o que demonstra que a propriedade da transitividade está mantida, ou seja, podemos afirmar que:

- a) Tamanduá-bandeira é um tipo de mamífero.
- b) Mamífero é um tipo de espécie.
- c) Tamanduá-bandeira é um tipo de espécie.

Outro exemplo de hiperônimo sendo utilizado na posição anafórica, com a manutenção de suas propriedades, ocorre em (37).

- (37) O prejuízo com as importações de gasolina foi de R\$ 5 bilhões nos últimos dois anos. Com o diesel, por sinal, o rombo foi maior ainda: R\$ 17 bilhões - só que aí o buraco é mais embaixo: não dá para substituir diesel por álcool. Mas esse vazamento de dinheiro, por si só, também afeta o etanol. A própria Petrobras cortou investimentos na área, para aliviar o caixa. Um dos projetos de que a empresa abriu mão, por exemplo, foi o de um etanolduto de mais de mil quilômetros ligando regiões produtoras em vários Estados - o que diminuiria drasticamente os custos de transporte do álcool. Assim fica difícil. E agora? O

primeiro passo para a solução é liberar o preço da gasolina. Seria indigesto num primeiro momento, mas a indústria do **álcool** ganharia força, já que uma gasolina mais cara aumentaria a demanda por **biocombustível**. Sem falar que é importante a Petrobras se livrar de pelo menos parte das perdas. Porque se ela não der conta de continuar importando tanto para vender com prejuízo e, para completar, a produção de etanol definhar de vez, uma hora pode faltar combustível nos postos. Aí nosso crescimento econômico, que já está bem travado, acabaria pior ainda: em risco de extinção<sup>26</sup>.

Assim como no exemplo (36), quando projetamos nos itens lexicais *álcool* e *biocombustível* as características que uma relação hiperônimo/hipônimo deve apresentar, observamos que, de fato, elas se mantêm. Ao fazermos a leitura do trecho “[...] seria indigesto num primeiro momento, mas a indústria do **álcool** ganharia força, já que uma gasolina mais cara aumentaria a demanda por **biocombustível**”, temos acesso ao seguinte sentido: a indústria do álcool ganharia força, já que a gasolina mais cara aumentaria a demanda por **álcool e outros biocombustíveis**. Dessa forma, fica evidente que o item lexical biocombustível tem função anafórica, retomando *álcool*, mas tem sua referência ampliada, na medida em que entendemos uma referência a todo biocombustível, não somente o álcool. A propriedade da implicação unilateral, portanto, está presente na relação que os sentidos de álcool e biocombustível estabelecem, neste texto específico.

Decompondo o significado das palavras em destaque em traços semânticos, temos a matriz abaixo<sup>27</sup>:

	produção de energia	origem orgânica	origem vegetal
biocombustível	+	+	+/-
álcool	+	+	+

Quando, no exemplo (37), dizemos que a demanda por biocombustível aumentaria, podemos entender que a demanda por álcool aumentaria, bem como por outros biocombustíveis, ou seja, o item lexical *biocombustível* mantém suas propriedades hiperonímicas, na medida em que permite a inclusão, mesmo que virtualmente, de outros

<sup>26</sup> Disponível em <http://super.abril.com.br/cotidiano/extincao-etanol-731695.shtml>. Acesso em 17/05/14.

<sup>27</sup> Para a construção dessa matriz consultamos o Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa, 2009, p.86; 291 e 498.

combustíveis de origem orgânica, não fóssil. Para que essa inclusão seja possível, e o hiperônimo mantenha seu estatuto semântico, a matriz de traços semânticos dessa palavra não pode trazer especificadores que restringiriam a sua referência, o que de fato não acontece.

Do mesmo modo, temos os exemplos abaixo:

(38) O caos urbano é iminente. Segundo previsões otimistas, em 2030 teremos mais de dois bilhões de **carros** circulando em todo o mundo. Diante disso, nasce um dilema: devemos planejar nossas cidades para **veículos** ou para seres humanos? Essa foi uma das questões debatidas durante a Conferência Internacional de Cidades Inovadoras (CICI 2010), realizada em Curitiba entre 10 e 13 de março. O presidente do Centro de Transporte Sustentável (CTS-Brasil), Luis Antonio Lindau, disse que o caminho para sairmos dessa enrascada passa por três etapas: desestimular o uso do automóvel, melhorar o transporte coletivo e incentivar o transporte não motorizado<sup>28</sup>.

(39) O tipo mais comum encontrado nos supermercados não é o **suco**, mas o néctar de frutas. Os fabricantes de **bebidas** só podem chamar de suco os produtos que tiverem cerca de 50% de polpa, a parte comestível da fruta. Já o néctar de frutas, que não tem nada a ver com flores, é mais doce e tem entre 20% e 30% de polpa de frutas - bem menos do que o suco. A diferença entre os rótulos é evidente desde 2009, devido a uma lei obrigando os fabricantes a destacar no rótulo o que é néctar, refresco, suco etc. A nutricionista Tanise Amon colocou na balança todos os tipos à venda. "O número de calorias é equivalente, varia de 90 a 115 por copo. O que muda é a quantidade e qualidade do açúcar", explica<sup>29</sup>.

Em ambos os exemplos, podemos verificar que as propriedades semânticas da hiperonímia se mantêm. Vamos observar as matrizes de traços das palavras envolvidas, construídas com informações da FrameNet<sup>30</sup>:

---

<sup>28</sup> Disponível em <http://cienciahoje.uol.com.br/noticias/2010/03/veiculos-ou-pessoas/?searchterm=None>. Acesso em 05/09/14.

<sup>29</sup> Disponível em <http://super.abril.com.br/alimentacao/qual-diferenca-suco-nectar-frutas-refresco-638153.shtml>. Acesso em 26/09/14.

<sup>30</sup> Traços baseados nas informações disponíveis nos seguintes links, todos acessados em 02/10/14: <https://framenet2.icsi.berkeley.edu/fnReports/data/lu/lu8154.xml?mode=lexentry>

	usado para transporte de pessoas ou mercadorias	Terrestre	motorizado	para um grupo pequeno de pessoas
veículo	+	+	+/-	+/-
carro	+	+	+	+

	líquido	pode ser ingerido	presente nas frutas	presente nos legumes
bebida	+	+	+/-	+/-
suco	+	+	+	+

Quando, em (38), o autor questiona se devemos planejar nossas cidades para veículos ou para seres humanos, o autor não parece referir-se somente a carros, ou seja, veículos necessariamente construídos para um grupo pequeno de pessoas, mas sim, a todo tipo de transporte terrestre que, obviamente, inclui carros. Assim como em (39), em que fabricantes de bebidas, não são, necessariamente, fabricantes exclusivos de sucos. Não é possível verificarmos, nesses exemplos, casos de implicação bilateral. O que vemos é que, em ambos os exemplos, a relação de inclusão mantém-se, seja em relação à referência, ou em relação ao sentido.

Através dessas análises, esperamos comprovar que, mesmo em posição anafórica, o hiperônimo mantém suas propriedades semânticas de elemento superordenado, mais inclusivo (do ponto de vista referencial) e menos abrangente (do ponto de vista do sentido). Sendo assim, podemos descartar a hipótese de que somente a posição do hiperônimo já determina sua transformação em sinônimo textual.

### 3.3.2 Casos em que há equivalência de sentido

Embora tenhamos comprovado que é possível utilizar um hiperônimo em posição anafórica, sem que haja necessariamente perda de suas propriedades semânticas, dependendo das relações de sentido que as palavras estabelecem entre si, há casos em que o hiperônimo passa a estabelecer uma relação de equivalência com seu hipônimo e não podemos mais

verificar uma típica relação hiperonímica. Nestes casos, o que observamos é uma relação de sinonímia. Podemos verificar esse fenômeno nos próximos exemplos:

(40) A vida depois do câncer: o comportamento das pessoas curadas. Em cerca de metade dos cancerosos, o tumor maligno desaparece para sempre, após o tratamento. Mas o ex-paciente pode ser prejudicado pelo medo de a cura não ser completa e pela discriminação, já que muita gente ainda encara **a doença** como sentença de morte. Quando escreveu para a equipe do Hospital do Câncer, em São Paulo, o garoto estava realmente zangado. Era um desabafo. Tinha feito uma malcriação qualquer e a mãe, em vez de colocá-lo de castigo como fazia com os irmãos, deixou passar barato. Ele ficou frustrado. Quando se trata de um ex-paciente **de câncer**, é comum um menino gostar de bronca, garante o oncologista Sidney Epelman, um dos responsáveis pelo atendimento das crianças, no hospital. Segundo o médico, o desejo número um dessa garotada é, na medida do possível, esquecer **a doença**, levando uma vida normal, com direito até a eventuais puxões de orelha paternos. Mas os pais, com medo da volta do câncer, superprotegem o filho. O que só aumenta a insegurança do paciente em relação à sua cura. Em média, seis em cada dez crianças cancerosas conseguem vencer **a doença**, a incidência pode ser maior, dependendo do tipo de tumor maligno. Em adultos, as chances de cura crescem com o aparecimento de novas técnicas de diagnóstico e tratamento. No entanto, quando se põe um ponto final na história **do câncer**, outra história está apenas começando. O medo que envolve **a doença** pode dobrar justamente no dia da alta médica, diz a psicóloga Maura Camargo. É como se, abandonando a quimio e radioterapia, a pessoa estivesse sendo devolvida à fera **do câncer**. Além de ser ex-paciente, Maura participa, em São Paulo, do Centro Oncológico de Recuperação e Apoio (CORA), um grupo de médicos e psicólogos que orientam quem está passando **pela doença** e quem já se curou<sup>31</sup>.

(41) A **coqueluche**, ou pertussis, pode ser prevenida com a vacina. Mesmo assim, **a doença** ainda mata quase 300 mil pessoas por ano no mundo, principalmente em lugares onde a imunização não é amplamente utilizada. Em crianças mais velhas e adultos, os sintomas iniciais se confundem com os do resfriado comum; mas

---

<sup>31</sup> Disponível em <http://super.abril.com.br/saude/vida-depois-cancer-comportamento-pessoas-curadas-440946.shtml>. Acesso em 26/05/14.

depois que esses desaparecem, **a coqueluche** provoca uma tosse que pode persistir por semanas. (A pertussis, também conhecida como coqueluche, tosse comprida ou tosse convulsiva, se caracteriza por acessos espasmódicos de tosse seguidos por uma respiração difícil e profunda que provoca um som agudo, parecido com um guincho; o que explica seu nome em inglês: *whooping cough*). **A doença** também é incrivelmente contagiosa: toda pessoa com **coqueluche** infecta, em média, outras 12, em parte porque os doentes estão em seu pico infeccioso quando parece que só têm um simples resfriado, explicou Grant<sup>32</sup>.

(42) Uma epidemia fora de controle preocupa até quem está a quilômetros de distância, do outro lado do oceano. O atual surto de **ebola** que ocorre na África se espalha rapidamente sem respeitar fronteiras nacionais e já é o maior da história. Na Guiné, na Libéria, em Serra Leoa e na Nigéria, já fez mais de 1.700 vítimas e provocou 932 mortes em menos de um mês. Mas será que **a doença** pode chegar ao Brasil? Hoje (08/08), a Organização Mundial da Saúde (OMS) elevou a epidemia de ebola à categoria de emergência de saúde de preocupação internacional. Na declaração oficial, a OMS ressalta a importância da cooperação entre os países para controlar a disseminação **da doença** e pede que as nações afetadas façam um rígido controle de suas fronteiras e aeroportos. Segundo a organização, a transmissão entre fronteiras é uma realidade e o risco de **a doença** se espalhar por outras regiões da África é grande. Porém, a chance de o vírus cruzar oceanos é considerada baixa e não foram recomendadas restrições de viagem. Para o infectologista Edimilson Migowski, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a afirmação faz sentido até certo ponto. “O **ebola** só é transmitido a partir do momento em que o paciente apresenta os sinais e sintomas **da doença**, que incluem febre, fraqueza, dor muscular, vômito, diarreia, coceiras e sangramentos”, explica. “Difícilmente uma pessoa doente assim vai ficar transitando por aí ou pegar um avião para outro país<sup>33</sup>”.

---

<sup>32</sup> Disponível em [http://www2.uol.com.br/sciam/noticias/coqueluche\\_pode\\_estar\\_afetando\\_20\\_\\_das\\_crianças\\_britânicas.html](http://www2.uol.com.br/sciam/noticias/coqueluche_pode_estar_afetando_20__das_crianças_britânicas.html). Acesso em 03/09/14.

<sup>33</sup> Disponível em <http://cienciahoje.uol.com.br/noticias/2014/08/ebola-motivo-de-preocupacao-no-brasil>. Acesso em 26/09/14.

É possível dizer que, nos três textos apresentados, temos o uso do mesmo hiperônimo, ou seja, *doença*. Entretanto, em cada exemplo, esse item lexical retoma um hipônimo diferente. O exemplo (40) trata sobre o câncer, o exemplo (41), sobre a coqueluche e, o texto (42), sobre o ebola; ou seja, três tipos diferentes de doença. Ao tratarmos da palavra *doença*, enquanto item lexical em um contexto neutro, sabemos que ela pode referir-se a esses tipos apresentados e, também, a muitos outros. Entretanto, conforme afirma Müller (2003), é preciso fixar uma separação entre a referência potencial das expressões, a qual está determinada linguisticamente pelos itens lexicais que as compõem e por sua estrutura interna, e o uso dessas expressões para apontar uma entidade determinada no mundo, para efetivar um ato de referência. Para evitar essa confusão, a autora usa os termos **referência potencial**, para falar de todas as referências possíveis de determinada palavra, e **referência efetiva**, que é o resultado do uso de uma expressão linguística em contexto. Dessa forma, se formos pensar na referência efetiva da palavra *doença*, em cada um dos exemplos apresentados, percebemos que ela perde seu caráter superordenado para fazer referência a apenas um de seus possíveis hipônimos.

Ao testarmos as propriedades inerentes à relação hiperônimo/hipônimo percebemos que elas não se aplicam, levando-se em consideração as relações estabelecidas nos textos citados. Certamente, a principal propriedade dessa relação diz respeito à implicação unilateral, ou seja, o hipônimo deve implicar seu hiperônimo, mas não o contrário. Conforme já expusemos, testamos esse atributo através da possibilidade de formarmos expressões do tipo “Y e outros (as) X”, em que Y seria o hipônimo e X o hiperônimo. Entretanto, ao aplicarmos essa regra nos textos (38), (39) e (40), em todas as ocorrências da palavra *doença*, percebemos que ela não se realiza. Vamos verificar alguns exemplos:

- a) “Em média, seis em cada dez crianças cancerosas conseguem vencer **a doença**, a incidência pode ser maior, dependendo do tipo de tumor maligno” – Em média, *seis em cada dez crianças cancerosas conseguem vencer o câncer e outras doenças a incidência pode ser maior, dependendo do tipo de tumor maligno* (exemplo 38).
- b) “A **coqueluche**, ou pertussis, pode ser prevenida com a vacina. Mesmo assim, **a doença** ainda mata quase 300 mil pessoas por ano no mundo, principalmente em lugares onde a imunização não é amplamente utilizada” – *A coqueluche, ou pertussis, pode ser prevenida com a vacina. Mesmo assim, a coqueluche e outras*

*doenças ainda matam quase 300 mil pessoas por ano no mundo, principalmente em lugares onde a imunização não é amplamente utilizada* (exemplo 39).

- c) “O **ebola** só é transmitido a partir do momento em que o paciente apresenta os sinais e sintomas **da doença**, que incluem febre, fraqueza, dor muscular, vômito, diarreia, coceiras e sangramentos, explica” – *O ebola só é transmitido a partir do momento em que o paciente apresenta os sinais e sintomas do ebola e de outras doenças, que incluem febre, fraqueza, dor muscular, vômito, diarreia, coceiras e sangramentos, explica* (exemplo 40).

Essas substituições não são possíveis sem alterar o sentido do texto e, até mesmo, torná-lo incoerente. Isso porque o princípio da implicação unilateral foi quebrado e, o que vemos, é uma implicação bilateral. Dessa forma, além do sentido de *câncer* implicar *doença*, *doença* também implica exclusivamente *câncer*, no exemplo (38). E, da mesma forma, *doença* implica *coqueluche*, e só *coqueluche*, no exemplo (39); e no exemplo (40), a implicação bilateral ocorre entre *doença* e *ebola*.

Embora um termo hiperônimo não implique o seu hipônimo, ocorre que o contexto situacional do termo hiperônimo poderá determiná-lo no sentido de um de seus hipônimos, e nesse caso, temos a origem da sinonímia contextual (LYONS, 1979). Vejamos mais um exemplo em que há uma relação de equivalência e, portanto, de sinonímia, entre termos classificados como hipônimo e hiperônimo em contexto neutro.

- (43) No Jardim do Éden, Eva colhe uma **maçã**, tasca-lhe uma dentada e oferece a **fruta** a Adão, que também mete os dentes. É assim, segundo o livro do Gênesis, que o primeiro casal criado por Deus cai em pecado. Mas quem disse que o fruto proibido era uma maçã? Não há uma única referência a essa fruta na Bíblia. A versão original do texto só se refere ao "fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal". "É uma citação genérica", diz Jacyntho Brandão, professor de literatura grega da UFMG. "Na Bíblia, usa-se uma palavra genérica que indica 'pomo', sugerindo uma fruta com forma de maçã, mas que também poderia ser uma pera, um figo ou qualquer outra com esse formato"<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup>Disponível em: <http://super.abril.com.br/religiao/ninguem-sabe-se-fruto-proibido-era-maca-681496.shtml>. Acesso em 26/09/14.

Sob o ponto de vista referencial, não resta dúvida de que a palavra *fruta*, no texto (43), e a palavra *maçã*, possuem a mesma referência, ou seja, o critério de identidade referencial para uma relação sinonímica está presente. Agora, em relação à equivalência de sentido, vamos analisar a matriz de traços semânticos dos itens lexicais em questão. Para construção dessa matriz utilizamos informações da FrameNet e também da Enciclopédia Agrícola Brasileira<sup>35</sup>.

	produto de uma árvore ou planta	sementes	comestível	arredondada	fruto da macieira
fruta	+	+	+	+/-	+/-
maçã	+	+	+	+	+

Essa matriz representa a descrição dos componentes de significado das palavras *fruta* e *maçã*, enquanto referências potenciais, ou seja, indicando, de acordo com seus traços, as entidades a que essas expressões teriam o potencial de referir. São componentes básicos do significado da palavra *fruta*, os traços [PRODUTO DE UMA ÁRVORE OU PLANTA] [SEMENTES] e [COMESTÍVEL]. Já *maçã*, como membro de uma categoria básica, possui mais informações, que são representadas em um número maior de traços de significado. Como *maçã* é um hipônimo de *fruta*, todas as características de *fruta* estão contidas na especificação de *maçã*, mas, além desses componentes, *maçã* traz traços diferenciadores.

Entretanto, ao tratarmos as expressões *fruta* e *maçã* na referência efetiva do exemplo (43), a descrição dos componentes básicos de significado dessas duas palavras é diferente e teríamos, assim, a seguinte matriz:

	produto de uma árvore ou planta	sementes	comestível	arredondada	fruto da macieira
fruta	+	+	+	+	+
maçã	+	+	+	+	+

<sup>35</sup> Traços baseados nas informações do vol. 4 (p.239) da Enciclopédia Agrícola Brasileira (2006) e no sistema FrameNet, nos seguintes links, acessados em 02/10/14:  
<https://framenet2.icsi.berkeley.edu/fnReports/data/lu/lu5059.xml?mode=lexentry>  
<https://framenet2.icsi.berkeley.edu/fnReports/data/lu/lu5058.xml?mode=lexentry>

Como a palavra *fruta* está referindo-se especificamente à *maçã*, seus traços são especificados na direção desse hipônimo, ou seja, observamos um realçamento ou enriquecimento de traços do termo anafórico que, assim, equivale-se em sentido ao item retomado. Ao contrário do que apresenta Silva (2003), ao afirmar que, nos casos de substituição, como o hiperônimo é representado pelo nível mais genérico, esta orientação implica uma perda de informação em relação ao anafórico. De acordo com a autora, esse processo representaria uma economia pragmática, visto que a referência ao antecedente é feita por uma propriedade essencial do anafórico (traços gerais), que se encontra incluído no sentido do antecedente. Conforme já colocamos, não acreditamos em perda de informação, mas sim, que o hiperônimo incorpora os componentes especificadores do seu hipônimo, pois transmite as mesmas informações ao leitor e, portanto, equivalente a ele em sentido. Vejamos mais alguns exemplos:

- (44) Que a **água** é essencial para a vida, todo mundo sabe. **O líquido** constitui 66% do corpo humano e está presente no sangue e nas células, além de preencher os espaços entre eles. O corpo perde água a todo o momento por meio do suor, da urina, fezes e expiração, entre outras “rotas de fuga”. Reabastecer os estoques é essencial, mas a reidratação também pode ser excessiva. Uma overdose de água pode ser fatal. No começo de 2007, uma mulher de 28 anos de idade, na Califórnia, morreu após participar de um concurso de uma rádio para ver quem conseguia tomar mais água. Após ingerir seis litros em apenas três horas na competição – cujo prêmio era um videogame Nintendo –, Jennifer Strange vomitou, foi para casa com uma terrível dor de cabeça e morreu de “intoxicação por água<sup>36</sup>”.

No exemplo (44), o referente *água* é retomado pela expressão *o líquido*. Segundo Cruse (2002) água é um hipônimo do tipo natural de líquido e, portanto, diferencia-se deste através de vários traços especificadores. Vamos observar, então, essa relação por meio da descrição do significado desses itens lexicais em componentes semânticos<sup>37</sup>:

---

<sup>36</sup> Disponível em [http://www2.uol.com.br/sciam/noticias/agua\\_demais\\_pode\\_fazer\\_mal\\_e\\_ate\\_matar.html](http://www2.uol.com.br/sciam/noticias/agua_demais_pode_fazer_mal_e_ate_matar.html). Acesso em 29/09/2014.

<sup>37</sup> Traços baseados nas informações disponíveis nos seguintes links, todos acessados em 02/10/14:  
<https://framenet2.icsi.berkeley.edu/fnReports/data/lu/lu15542.xml?mode=lexentry>  
<https://framenet2.icsi.berkeley.edu/fnReports/data/lu/lu11604.xml?mode=lexentry>  
<https://framenet2.icsi.berkeley.edu/fnReports/data/lu/lu16337.xml?mode=lexentry>

	sem rigidez estrutural	capacidade de movimento fluido	bebida	insípido	inodoro	H2O
líquido	+	+	+/-	+/-	+/-	+/-
água	+	+	+	+	+	+

Como podemos observar na matriz, ser *líquido* não constitui obrigatoriedade ser *bebível*, muito menos ser *insípido* e *inodoro*, ou então ter sua composição química formada por hidrogênio e oxigênio. Todos esses traços são atributos de um líquido específico, ou seja, *água*. Todos esses traços que aparecem com o sinal “+/-“, ao serem marcados como componentes presentes, especificam gradativamente o sentido da palavra, até chegarmos ao último e mais específico traço. Para a palavra *líquido* poder ser compreendida com o mesmo sentido de *água*, como no exemplo (44), é exatamente isso que acontece.

Retomando a definição de Katz (1964), duas palavras têm o mesmo sentido, ou seja, são sinônimas quando suas leituras contêm exatamente os mesmos componentes semânticos, ou, como afirma Lyons (1977), duas expressões são equivalentes em sentido se tudo que é implicado por uma for igualmente implicado por outra. Temos assim, nos exemplos apresentados, os critérios estabelecidos para uma relação de sinonímia preenchidos: identidade referencial e equivalência de sentido.

Essa mudança do estatuto semântico do hiperônimo para sinônimo textual, em certos casos, já é citada na literatura, mas, normalmente sem detalhamento. Halliday e Matthiessen (2004) afirmam haver sinonímia entre um termo mais específico e um superordenado, tratando como sinônimos os itens destacados no exemplo abaixo:

- (45) Quatro e vinte **melros**, cozidos em uma torta... Quando a torta foi aberta, os **pássaros** começaram a cantar<sup>38</sup>.

A expressão *melros* diz respeito a certa espécie de pássaro, de plumagem negra e bico amarelo. Trata-se, portanto de um hipônimo do termo superordenado *pássaro*. Entretanto, no contexto enunciativo de (45), inclusive pela avaliação da autora, as duas expressões estão sendo utilizadas como sinônimos.

De acordo com Storjohann (2010), a construção flexível e contextual da sinonímia pode ser observada no uso real de qualquer língua. Segundo a autora, nosso conhecimento

<sup>38</sup> Tradução livre, no original: “Four-twenty blackbirds, baked in a pie... When the pie was opened, the birds began to sing”. (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p.573).

enciclopédico<sup>39</sup> pode colocar dois conceitos em qualquer tipo de relação. Com relação à oposição, por exemplo, temos as palavras *chá* e *café*, elas não são consideradas antônimas, mas, normalmente, uma é oferecida como alternativa para a outra. Essa oposição é baseada em situações prototípicas, não em contraste binário, o que significa que não há oposição inerente, mas é, como Croft e Cruse (2004) apontam, um fato contingente sobre o mundo.

Segundo Storjohann (2010), portanto, tais fatos sobre o mundo são o conhecimento necessário para colocar dois conceitos em qualquer tipo de relação. O mesmo é válido para a utilização de uma palavra de tal forma que é suficientemente similar para ser expressa por outro termo a fim de, inclusive, ser substituída por esse outro termo. O que é afinal um dos pré-requisitos intuitivos de uma relação de sinonímia.

Assim, o foco é a implicação entendida como inclusão semântica e associativa. Com duas unidades lexicais X e Y, isto significa que um conceito expresso pelo termo Y está incluído semanticamente, conectado, implícito, no conceito representado por X. Dessa forma que muitas relações sinonímicas são formadas através da vinculação entre hipônimos e hiperônimos. Partington (1998, *apud* Storjohann (2010)) observa que é sempre possível substituir um termo hipônimo em uma frase pelo seu superordenado sem alterar o valor de verdade da frase. Isto é particularmente verdadeiro para sinônimos em textos cujos itens lexicais denotam um grupo genérico, uma categoria ontológica, uma espécie ou um tipo específico de coisa. Semanticamente, o hiperônimo é sempre incluído no hipônimo. Uma mudança de relação hiperonímica para uma relação de sinonímia é baseada em como os usuários da língua enfatizam certas propriedades semânticas contextualmente. Vamos analisar o exemplo (46) e, logo abaixo, a matriz de traços semânticos das palavras em destaque, conforme sentido estabelecido pela textualidade, construída através de dados dicionarizados e de consulta na FrameNet<sup>40</sup>:

- (46) O fim do milagre dos antibióticos não é um tema novo. Desde que surgiram houve resistência a eles: a primeira bactéria resistente à **penicilina** apareceu antes mesmo que **o medicamento** chegasse ao mercado, na década de 1940. E, durante

---

<sup>39</sup> O conhecimento enciclopédico é baseado em pressuposições estabelecidas a partir do conhecimento de mundo assumido e compartilhado pelos participantes no ato de comunicação, na sua capacidade de estabelecer relações coerentes entre os fatos da realidade que comunicam.

<sup>40</sup> Traços baseados nas informações do Dicionário de Ciências Biológicas e Médicas (2007, p.176 e 212) e no sistema FrameNet, no seguinte link, <https://framenet2.icsi.berkeley.edu/fnReports/data/lu/lu4025.xml?mode=lexentry>. Acesso em 02/10/14.

quase todo esse período, os médicos têm alardeado a possibilidade de um esgotamento de opções medicamentosas, devido à propagação global de organismos resistentes à penicilina nos anos 50, seguida por uma insensibilidade à meticilina nos anos 80 e à vancomicina na década de 90<sup>41</sup>.

	produto farmacêutico	tratamento de doenças	antibiótico	bactericida
medicamento	+	+	+	+
penicilina	+	+	+	+

No exemplo, (46) na interpretação da expressão *o medicamento*, está implícita a informação *penicilina*. Ambos os conceitos estão conectados na medida em que os traços [ANTIBIÓTICO] e [BACTERICIDA] passaram a ser marcados na leitura de *o medicamento*, ou seja, essas também foram especificadas na descrição de suas propriedades. Se analisarmos a sentença em relação ao seu valor de verdade, verificamos que, o que seriam condições de verdade para a sentença “*a primeira bactéria resistente à **penicilina** apareceu antes mesmo que a **penicilina** chegasse ao mercado, na década de 1940*”, são as mesmas condições necessárias para a sentença “*a primeira bactéria resistente à **penicilina** apareceu antes mesmo que **o medicamento** chegasse ao mercado, na década de 1940*” ser verdadeira.

Vamos observar o seguinte exemplo:

(47) No comecinho dos anos 2000, o grandalhão Oliver Bierhoff era o maior - e bota maior - símbolo do então apático **futebol** alemão. Experiente, corpulento, de canelas longas, pouca técnica e quase nenhuma movimentação, o centroavante abusava dos seus 1,91 m para finalizar as jogadas do único jeito que sabia: pelo alto, entre os zagueiros, cabeceando firme para dentro das redes. O movimento era repetido à exaustão. Jogo a jogo. Na Eurocopa de 2000, na Bélgica, os alemães sentiram a limitação bater na ponta das chuteiras. Atirados em um grupo com equipes fortes - Inglaterra, Portugal e Romênia -, caíram logo na primeira fase, marcando apenas um ponto e um gol. Vexame para uma camisa tricampeã mundial, que já tinha vestido Franz Beckenbauer, Karl Rummenigge, Paul Breitner. "Estávamos pensando exatamente como vocês brasileiros pensam hoje: que não precisávamos aprender nada. E fomos jogando cada vez pior, pior e pior",

<sup>41</sup> Disponível em [http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/inimigo\\_insuspeito.html](http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/inimigo_insuspeito.html). Acesso em 26/05/14.

resumiu o próprio Breitner numa entrevista recente para o canal ESPN Brasil. Mas a queda em 2000 fez os alemães acordarem. Autoridades foram a público e tornaram o desempenho da seleção assunto de estado. O governo traçou um plano ambicioso: em uma década, a Alemanha deveria voltar a ser uma potência futebolística. A missão, afirmaram os governantes, era fazer com que a população voltasse a se encantar com **o esporte**. O país, então, botou a mão no bolso. Em pouco mais de 12 anos, investiu cerca de US\$ 1 bilhão em academias e centros de treinamentos para jovens. A ideia era usar esses CTs públicos para ensinar **futebol** com uma receita em duas medidas: 50% habilidade, 50% força - em vez dos 200% força que a seleção vinha aplicando<sup>42</sup>.

Mesmo que a expressão *o esporte* esteja bastante distanciada do termo retomado *futebol*, para os parâmetros textuais, ainda assim podemos verificar que a relação de equivalência é estabelecida, ou seja, não podemos colocar como critério, para que o hiperônimo funcione como sinônimo textual, que ele esteja próximo do hipônimo com o qual estabelece esse tipo de relação. Entretanto, cabe ressaltar que, entre unidade lexical e anafórico, temos muitas palavras do mesmo campo lexical de *futebol*, como *zagueiro*, *rede*, *chuteira*, *gol*, por exemplo, que mantêm ativo na memória do leitor o esporte específico do qual estamos falando.

Outro aspecto que precisa ser tratado é o da intercambialidade. Palavras são consideradas sinônimas, normalmente, quando são intercambiáveis no contexto. Já apresentamos a opinião de Murphy (2003), segundo a qual sinonímia contextual não é necessariamente simétrica, por isso não podemos falar em intercambialidade. De acordo com a autora, por exemplo, no contexto de (48), algo que pode ser descrito como uma cadeira pode ser descrito como um assento.

- (48) a. A recepcionista indicou uma *cadeira* onde eu deveria esperar.  
b. A recepcionista indicou um *assento* onde eu deveria esperar. (MURPHY, 2003, p.140).

---

<sup>42</sup> Disponível em <http://super.abril.com.br/esporte/alemanha-pais-futebol-752840.shtml>. Acesso em 26/09/14.

Entretanto, conforme o exemplo (49), *assento* não pode ser substituído por *cadeira* (a não ser que saibamos com certeza que o assento indicado é uma cadeira), pois podemos estar falando de um banco, por exemplo.

(49) a. A recepcionista indicou um assento onde eu deveria esperar.

b. A recepcionista indicou uma cadeira onde eu deveria esperar

(MURPHY, 2003, p.140).

Dessa forma, ao relacionarmos dois conceitos ou dois sentidos, muitas vezes não verificamos uma implicação mútua, mas uma implicação unilateral. Assim, em alguns contextos, *assento* pode ser tratado como sinônimo de *cadeira*, porque seus significados incluem que eles são “lugares para sentar”, e podemos substituir um pelo outro, desde que *cadeira* seja o primeiro elemento a aparecer.

Em relação à propriedade da intercambialidade, gostaríamos de retomar o exemplo (28):

(28) Quando um pediatra receita *medicamentos* para crianças os pais geralmente supõem que foram testados e se mostraram seguros e eficazes. Mas apenas metade dos *remédios* receitados para pacientes de até 18 anos passou pelos mesmos testes rigorosos que as *drogas* para adultos.

Conforme já explicitamos na análise desse exemplo, a palavra *drogas* funciona como um sinônimo de *medicamentos* e *remédios*. Trata-se de uma palavra polissêmica, mas como vimos, um de seus sentidos possíveis é justamente *composto química de uso médico*. Entretanto, seria adequado colocar *drogas* como o primeiro referente textual a aparecer?

(50) Quando um pediatra receita *drogas* para crianças os pais geralmente supõem que foram testadas e se mostraram seguras e eficazes. Mas apenas metade dos *medicamentos* receitados para pacientes de até 18 anos passou pelos mesmos testes rigorosos que *os remédios* para adultos.

Lendo o exemplo (50), que se constitui do mesmo texto, mas com a ordem das palavras analisadas modificada, verificamos que, no mínimo, causa-nos muita estranheza ler a

palavra *drogas* em posição inicial. Provavelmente, isso ocorre justamente porque *drogas* é uma palavra polissêmica e, primeiramente, é preciso orientar o leitor sobre qual conteúdo semântico está focalizado. Sendo assim, em alguns casos de sinonímia, a ordem é rígida e, como critério para essas relações, precisamos falar de possibilidade de substituição, e não intercambialidade (MURPHY, 2003).

É exatamente isso que acontece nos casos de hiperônimos que funcionam como sinônimos textuais. Em todos os casos que analisamos, a posição do hiperônimo é rígida, ou seja, para ser entendido como sinônimo de seu hipônimo, o hiperônimo deve aparecer obrigatoriamente na posição do termo anafórico. Já que estamos falando de enriquecimento/realçamento de traços, para que possamos atribuir os traços semânticos do hipônimo ao hiperônimo, é necessário que aquele apareça antes deste. Há certamente casos em que o hiperônimo é o primeiro a ser introduzido como referente textual, entretanto, não podemos falar que haja uma relação de sinonímia estabelecida, como no exemplo abaixo, em que o autor parte de um termo mais genérico – *animais* – e o retoma adiante com um termo mais específico – *roedores*. Vamos analisar o texto e a matriz das palavras em questão<sup>43</sup>:

- (51) Além de cruéis para os bichos, os testes em **animais** são péssimas referências para produtos desenvolvidos para humanos. Em recente publicação no site da Revista Super Interessante, o autor José Lopes alertou que a comunidade médica e científica está concluindo que os testes em animais podem não ser tão precisos como se imaginava. Citando a alimentação demasiada e o sedentarismo **dos roedores**, o texto explica que estes animais têm pré-disposição a doenças e que os resultados de pesquisas realizadas com eles podem não ser confiáveis. Ainda que admita que os testes são duvidosos, em nenhum momento o autor cita a questão ética e comenta, inclusive, que a solução deva ser a utilização de outras espécies em larga escala, como macacos. Testes alternativos, que não utilizam animais, também ficaram fora das opções do autor para uma ciência mais eficaz<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> Traços baseados nas informações do Dicionário de Ciências Biológicas e Médicas (2007, p.17), no Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa (2009, p.1675) e no sistema FrameNet, no seguinte link: <https://framenet2.icsi.berkeley.edu/fnReports/data/lu/lu17632.xml?mode=lexentry>. Acesso em 05/10/14.

<sup>44</sup> Disponível em <http://vista-se.com.br/revista-super-interessante-alerta-para-a-ineficiencia-dos-testes-com-animais/>. Acesso em 20/09/14.

	ser vivo	reino <i>animalia</i>	invertebrado	vertebrado	mamífero	herbívoro	pequeno porte	roedor
animais	+	+	+/-	+/-	+/-	+/-	+/-	+/-
roedores	+	+	-	+	+	+	+	+

Ao introduzir o hiperônimo *animais* como primeiro elemento do texto (51), fica claro que o autor utiliza a expressão para referir-se a qualquer [SER VIVO] pertencente a essa classe, que são utilizados como cobaias. Não há realçamento de nenhum traço mais específico, que direcione o sentido da palavra *animais* para outra leitura que não seja essa, de termo superordenado, designador de toda uma classe. No decorrer do texto, entretanto, temos referência a *roedores*, ou seja, um subgrupo específico do [REINO ANIMÁLIA] que, como elemento subordinado, possui os traços semânticos da classe hierarquicamente superior, mas também traços especificadores desse grupo. Temos, portanto, um refinamento da categoria, estratégia utilizada pelo autor quando ele passa a citar informações específicas, que não podem mais ser atribuídas a toda classe. Desse modo, não podemos falar em equivalência de sentido e, portanto, não podemos verificar uma relação de sinonímia, diferentemente do que acontece em (52):

- (52) Cachorros também sentem ciúmes. Qualquer dono de cachorro sabe disso. Mas a ciência fez questão de provar. Pesquisadores da Universidade da Califórnia convidaram 36 pessoas para levar seus **cães** ao local de testes. Lá, a missão dos participantes era interagir com um cachorro animado de mentira, uma abóbora iluminada de Dia das Bruxas, e um livro infantil, desses que tocam melodias. A ideia era fazer com que eles tratassem os dois primeiros objetos como se fossem cachorros de verdade. Durante as brincadeiras, todos os 36 **cães** foram filmados. E **os animais** não gostaram nada de ver seus donos brincando com os cachorros de mentira. Eles encostaram e tentaram chamar mais a atenção dos humanos enquanto eles brincavam com os bonecos do que com os outros objetos. E isso, segundo a pesquisa, é um claro sinal de ciúmes. “Eles não foram sempre agressivos. Também tentaram coisas positivas, como ser mais afetivo para ganhar a atenção do dono e tentar recuperar o relacionamento”, conta Christine Harris, uma das autoras da pesquisa<sup>45</sup>.

<sup>45</sup> Disponível em <http://super.abril.com.br/blogs/cienciamaluca/category/cachorro/>. Acesso em 28/09/14.

No exemplo (52), o hipônimo *cães*, é o primeiro elemento a ser referenciado e, posteriormente, é retomado por *os animais*. Não há, portanto, um refinamento de categoria, assim como não podemos mais afirmar que *os animais* esteja referindo-se a todo ou qualquer [SER VIVO] pertencente a essa classe. Da leitura que fazemos dessa expressão, podemos inferir os mesmos traços que especificam o sentido do item lexical *cães* (conforme matriz abaixo<sup>46</sup>), estabelecendo-se a identidade referencial, ou seja, as palavras são sinônimas, no uso contextual de (52).

	ser vivo	reino <i>animalia</i>	invertebrado	vertebrado	mamífero	carnívoro	doméstico	canídeo
animais	+	+	-	+	+	+	+	+
cães	+	+	-	+	+	+	+	+

Gostaríamos, agora, de chamar a atenção para outro ponto: o controle da referência. Quando utilizamos um hiperônimo como sinônimo textual, sua referência fica subordinada àquele hipônimo específico durante todo o texto. Isso é o que ocorre no exemplo (53), em que o item lexical *capim-dourado* é constantemente referenciado pelas expressões *planta* ou *vegetal* e, até o final do texto, ao lermos essas expressões, entendemos tratar-se de, e somente de, *capim-dourado*.

- (53) Brilho único. Descoberta da origem da cor do capim-dourado pode levar a novos testes de diagnóstico de doenças, como Aids e hepatite. Em bijuterias ou cestas artesanais, o brasileiro **capim-dourado** (*Syngonanthus nitens*), planta típica do Jalapão (Tocantins), atrai a atenção de compradores de todo o mundo encantados com seu brilho semelhante ao do ouro. A coloração que atrai consumidores também desperta o interesse de pesquisadores. Empenhados em descobrir o que gera a cor dourada **da planta**, físicos da Universidade Federal do Paraná (UFPR) conduziram uma série de análises sofisticadas até conseguir uma resposta. A procura não só deu certo como também abriu caminho para novas e inusitadas aplicações **do vegetal**. A busca por uma explicação para a cor do capim-

<sup>46</sup> Traços baseados nas informações do Dicionário de Ciências Biológicas e Médicas (2007, p.17 e 46), e no sistema FrameNet, nos seguintes links, acessados em 05/10/14:  
<https://framenet2.icsi.berkeley.edu/fnReports/data/lu/lu17632.xml?mode=lexentry>  
<https://framenet2.icsi.berkeley.edu/fnReports/data/lu/lu17627.xml?mode=lexentry>

dourado abriu caminho para novas e inusitadas aplicações **do vegetal**. O **capim-dourado** só apresenta essa coloração quando está seco. Por isso, os pesquisadores analisaram **a planta** seca com microscopia eletrônica em busca de pistas. O primeiro teste, que procurou pela presença de metais que pudessem conferir a tonalidade dourada, não deu em nada. Então os físicos partiram para uma análise da geometria **do vegetal**. “Na natureza existem outros materiais que refletem luz dourada, como asas de borboletas, por exemplo, onde o que gera a cor são estruturas na superfície das asas, pequenas escamas que fazem com que a luz brinque e seja refletida dessa forma fantástica”, explica um dos autores do estudo, o físico Wido Schreiner. Mas as análises não revelaram esse tipo de estrutura **no capim-dourado**, que mostrou ter uma superfície bem lisa – o que explica seu brilho, mas não sua cor. Os resultados começaram a fazer sentido quando os pesquisadores resolveram estudar os componentes químicos **da planta**. Foi quando descobriram que **o capim-dourado** contém flavonoides que interagem de modo especial com a luz do Sol<sup>47</sup>.

No decorrer de todo texto apresentado em (53), poderíamos substituir as expressões destacadas por *capim-dourado*. Teríamos, obviamente, um texto repetitivo, entretanto sua coerência não seria afetada. Mais uma prova de que as palavras que estão sendo utilizadas nas substituições possuem o mesmo sentido e a mesma referência de *capim-dourado*. Em nenhum momento poderíamos substituir a expressão *a planta*, por exemplo, por qualquer outro hipônimo, sem afetar a coerência do texto.

Assim, podemos perceber que o autor do texto decide em que condições expressões diferentes devem ter uma leitura de identidade de significado. Entretanto, nenhuma decisão textual deve prescindir do juízo crítico daqueles que compartilham do texto (NÚÑEZ LADEVÉZE, 1988). A equivalência de sentido estabelecida no interior do enunciado é parte da sua coerência. Dessa forma, se essa identidade não for bem construída, ou for quebrada, a compreensão do texto pode ser afetada.

Além da identidade referencial e da especificação semântica do hiperônimo, temos que observar que, em todos os casos apresentados até agora, a sinonímia estabelece-se entre hipônimo e **sintagma nominal (SN) definido**, formado por artigo definido (combinado ou não com preposição) e hiperônimo. Dessa forma, a palavra *penicilina* é retomada por *o*

---

<sup>47</sup> Disponível em <http://cienciahoje.uol.com.br/revista-ch/2014/312/brilho-unico>. Acesso em 26/05/14.

*medicamento, futebol* é retomado por *o esporte*, *cachorros* é substituído por *os animais*, *capim-dourado* é substituído por *a planta*, ou *o vegetal*, e assim por diante. Obrigatoriamente, portanto, até agora, discutimos sinonímia entre hipônimos e SNs definidos formados com hiperônimos como núcleo.

### 3.3.3 A relação de genericidade

Conforme concluímos anteriormente, a configuração do sintagma nominal utilizado como elemento anafórico tem implicação nos resultados que obtivemos. Até agora, nos exemplos que apresentamos para os casos em que o hiperônimo mantém suas propriedades semânticas (3.3.1), temos um SN nu, ou seja, um SN sem determinante aparente, constituído apenas pelo nome. Temos casos de plural nu nos exemplos (36), (38) e (39) e singular nu em (37).

Em todos esses casos, já que a relação de hiperonímia entre referente e termo anafórico mantém-se, percebemos que a genericidade da sentença também persiste. De acordo com Müller (2000), sentenças genéricas é uma forma ao mesmo tempo importante e usual de como os seres humanos armazenam e trocam informações, pois essas sentenças expressam regularidades ou leis mais gerais. Elas expressam generalizações sobre entidades, eventos ou estados. A verdade ou falsidade dessas sentenças depende, de alguma forma, de fatos particulares sobre o mundo, mas ela não é estabelecida com base em alguma entidade, evento e estado específico. Fatos ou eventos particulares sobre uma ou mais entidades não confirmam ou desconfirmam diretamente uma sentença genérica. Além disso, sentenças genéricas podem ser verdadeiras mesmo quando encontramos exceções às generalizações que elas expressam (MÜLLER, 2000). Vamos repetir o exemplo (36) e verificar como podemos comprovar isso:

- (36) CÂMERA INDISCRETA. Numa floresta em Manaus, o **tamanduá-bandeira** passa alheio ao flagra. Ele entrou num conjunto de 52 mil imagens de **mamíferos** capturadas por armadilhas fotográficas em vários países. Contribuiu assim para um estudo do impacto da perda de habitat na diversidade de **espécies**<sup>48</sup>.

---

<sup>48</sup> Retirado de Revista FAPESC, set./2011, nº187, p.3.

No caso de (36), conforme já explicitamos, temos um exemplo de hiperônimo que mantém suas propriedades semânticas e, portanto, podemos afirmar que temos uma sentença genérica. A genericidade mantém-se, pois os sintagmas *mamíferos* e *espécies* não se referem a alguma entidade específica e, além disso, o fato de alguns mamíferos ou nem todos os mamíferos terem sido capturados pelas câmeras não invalida a sentença, ou a torna falsa. O mesmo pode ser afirmado sobre *espécies*, pois o fato de nem todas as espécies terem sido contempladas pelo estudo não invalidará a afirmação.

Em relação aos exemplos apresentados em 3.3.2, que demonstram casos em que, conforme argumentamos, devemos falar de sinonímia ao invés de hiperonímia, todas as expressões anafóricas são formadas por SN definido, plural ou singular.

De acordo com Basso (2009), as descrições definidas, e os artigos nelas presentes, são fundamentais para a construção de termos singulares, ou seja, temos que fazem referência a um indivíduo/objeto necessariamente distinto de qualquer outro. Toda expressão 'o X' carrega implicitamente uma restrição que serve para passar ao interlocutor a informação de como é possível identificar de qual X se está falando. A ideia é que o artigo definido nos orienta no sentido de procurar uma restrição recuperável no contexto ou sobre a referência do sintagma do qual faz parte: o artigo seria um recurso para nos lembrar de que há uma restrição operando. (BASSO, 2009).

Nos textos apresentados em 3.3.2, portanto, não podemos mais afirmar que as sentenças apresentadas são genéricas. Quando o hiperônimo deixa de denotar uma classe para referir-se a uma entidade específica, perdemos o aspecto de genericidade. Vamos analisar novamente um desses exemplos:

- (46) O fim do milagre dos antibióticos não é um tema novo. Desde que surgiram houve resistência a eles: a primeira bactéria resistente à **penicilina** apareceu antes mesmo que **o medicamento** chegasse ao mercado, na década de 1940. [...]

A verdade da sentença (46) depende de uma entidade particular, ou seja, o SN *o medicamento* não representa toda a classe, mas, especificamente, *penicilina*. Como não se trata de uma generalização, não podemos admitir exceções e essa sentença só será considerada verdadeira se o medicamento que “chegou ao mercado na década de 1940” for a penicilina.

Apesar de termos tratado, até agora, de sentenças com SN nu, para casos em que a hiperonímia se mantém, e sentenças com SN definido, para casos em que temos uma relação de equivalência, a presença do artigo definido não é condição necessária para a transformação do hiperônimo em sinônimo textual, bem como o fato de termos um artigo definido na composição do sintagma, não significa que a sentença não seja mais genérica. Vamos observar o seguinte exemplo:

- (54) Eis que vem à tona uma notícia de alto impacto na comunidade científica: pesquisadores conseguiram eficácia de 100% no tratamento de **macacos** contaminados com o vírus ebola. A nova droga foi testada em **animais** que estavam em estágios avançados da doença. Todos eles foram curados. O estudo, publicado hoje na edição *on-line* da *Nature*, foi liderado pelos pesquisadores Xiangguo Qiu e Gary Kobinger nos laboratórios da Agência de Saúde Pública do Canadá, em Winnipeg. E o truque foi o uso de um coquetel de anticorpos chamado ZMapp. Esses anticorpos agem sobre uma proteína que fica na superfície do vírus – e é a principal responsável pelo início do processo de infecção das células<sup>49</sup>.

É possível observamos no texto (54) que *animais* refere-se exclusivamente a *macacos* e, portanto, não podemos mais tratá-lo como item superordenado ou mais inclusivo, nem do ponto de vista referencial, nem do ponto de vista do sentido, pois suas informações semânticas são equivalentes. Sabemos que macacos são animais, mas também sabemos que nem todos os animais são macacos. Entretanto, **mesmo sem a presença do artigo definido**, recuperamos a informação *macacos*, e exclusivamente ela, no segundo período do texto. Dessa forma, por tudo que já foi exposto, estamos tratando de um caso de sinonímia contextual e, além disso, essa sentença também não pode ser tratada como genérica.

Também verificamos que, mesmo em casos que o artigo definido aparece, não necessariamente estabelece-se uma relação de sinonímia. Vamos apresentar agora um exemplo que reúne os principais fenômenos analisados neste trabalho e que exemplifica essa conclusão.

---

<sup>49</sup> Disponível em <http://cienciahoje.uol.com.br/noticias/2014/08/ebola-em-xeque>. Acesso em 03/09/14.

(55) Reduzir o lixo urbano e contribuir para a conservação do meio ambiente. Foi com esses objetivos que um grupo de estudantes de engenharia ambiental do Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA), no sul fluminense, desenvolveu um pára-sol – protetor solar para **automóveis** – utilizando embalagens Tetra Pak recicladas. Para proteger os alimentos, esse tipo de embalagem tem na composição uma camada de alumínio, que cria uma barreira para impedir a entrada de luz. A equipe, orientada pelo engenheiro Jaime Alex Marques da Silva, percebeu que essa propriedade do material poderia ser aproveitada para construir os protetores solares de modo a evitar o superaquecimento **dos veículos**, como explica a estudante Daniela Vasconcelos, integrante do grupo. Em dias ensolarados, os vidros transparentes de janelas e pára-brisas **de carros** deixam passar a radiação emitida pelo sol, que aquece o painel e os estofados e aceleram sua deterioração. Como os acessórios internos **dos automóveis** são geralmente de cor escura – caso contrário, ofuscariam a visão de motoristas e passageiros devido à luz refletida internamente, sobretudo pelos vidros dianteiros –, a quantidade de calor retida é ainda maior, o que provoca o superaquecimento interno **do veículo**. Além de reduzir a temperatura, o pára-sol ajuda a conservar os componentes internos **dos carros**. Na etapa inicial do projeto, o grupo realizou testes de medição de temperatura no interior de **um carro** exposto diretamente à luz solar. **O automóvel** permaneceu sob o sol por cerca de quatro horas e meia a cada dia de aferição. As estudantes constataram que, mesmo no inverno, a temperatura interna de **um veículo** pode chegar a mais de 60°C. “No verão, é possível que ela seja de aproximadamente 90°C”, estima Vasconcelos. “Além de reduzir essa temperatura, o pára-sol ajuda a conservar os componentes internos **dos carros**”, diz<sup>50</sup>.

Para verificarmos o que acontece neste exemplo, é interessante apresentar os traços semânticos<sup>51</sup> que compõem o significado das palavras envolvidas nos processos anafóricos.

---

<sup>50</sup> Disponível em <http://cienciahoje.uol.com.br/revista-ch/2010/273/do-lixo-para-o-carro>. Acesso em 05/09/14.

<sup>51</sup> Traços baseados nas informações disponíveis nos seguintes links, todos acessados em 05/10/14:

<https://framenet2.icsi.berkeley.edu/fnReports/data/lu/lu7808.xml?mode=lexentry>

<https://framenet2.icsi.berkeley.edu/fnReports/data/lu/lu8154.xml?mode=lexentry>

<https://framenet2.icsi.berkeley.edu/fnReports/data/lu/lu8144.xml?mode=lexentry>

	usado para transporte de pessoas ou mercadorias	terrestre	motorizado	para um grupo pequeno de pessoas
veículo	+	+	+/-	+/-
automóvel	+	+	+	+/-
carro	+	+	+	+

Podemos observar, na comparação entre os traços marcados e não marcados, que estamos tratando de itens que se relacionam hierarquicamente, sendo que *veículo* é o termo mais superordenado e *carro*, o termo mais subordinado. Podemos afirmar que, *carro* é um tipo de *automóvel* e *automóvel* é um tipo de *veículo*. Da mesma maneira, aplicando a propriedade da transitividade, é aceitável afirmar que *carro* é um tipo de *veículo*. Para identificarmos como essas relações se estabelecem no contexto do exemplo (55) precisamos analisar cada grupo de sentenças:

- a) Foi com esses objetivos que um grupo de estudantes de engenharia ambiental do Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA), no sul fluminense, desenvolveu um pára-sol – protetor solar para **automóveis** – utilizando embalagens Tetra Pak recicladas. Para proteger os alimentos, esse tipo de embalagem tem na composição uma camada de alumínio, que cria uma barreira para impedir a entrada de luz. A equipe, orientada pelo engenheiro Jaime Alex Marques da Silva, percebeu que essa propriedade do material poderia ser aproveitada para construir os protetores solares de modo a evitar o superaquecimento **dos veículos**, como explica a estudante Daniela Vasconcelos, integrante do grupo.

Neste trecho, em que *automóveis* é substituído por *veículos*, podemos afirmar que a relação hierárquica não se mantém. A palavra *veículos*, nesse caso, assume o traço [MOTORIZADO], pois o contexto não nos deixaria incluir itens como carroça, por exemplo. Dessa forma, por tudo que expusemos até aqui, essas duas palavras se relacionam como sinônimos textuais. Na continuidade do texto, temos:

- b) Em dias ensolarados, os vidros transparentes de janelas e pára-brisas **de carros** deixam passar a radiação emitida pelo sol, que aquece o painel e os estofados e aceleram sua deterioração. Como os acessórios internos **dos automóveis** são

geralmente de cor escura – caso contrário, ofuscariam a visão de motoristas e passageiros devido à luz refletida internamente, sobretudo pelos vidros dianteiros – , a quantidade de calor retida é ainda maior, o que provoca o superaquecimento interno do veículo.

Ao analisarmos a relação que se estabelece entre a palavra *carros* e o SN definido *dos automóveis*, observamos que as propriedades semânticas que fazem da palavra *automóvel* um hiperônimo de *carro* mantêm-se, mesmo com o emprego do artigo definido. É perfeitamente aceitável dentro do contexto estabelecido em (55) entender que *automóveis*, no trecho destacado em (b), refere-se à palavra *carros*, mas também a outros automóveis, ou seja, sua referência não é controlada. Seria perfeitamente possível, dentro desse mesmo contexto, afirmarmos: “como os acessórios internos **dos carros e outros automóveis** são geralmente de cor escura – caso contrário, ofuscariam a visão de motoristas e passageiros devido à luz refletida internamente, sobretudo pelos vidros dianteiros [...]”. Percebemos, também, que a genericidade é mantida, já que estamos falando de uma propriedade atribuída a uma classe, e não a uma entidade particular.

- c) Na etapa inicial do projeto, o grupo realizou testes de medição de temperatura no interior de **um carro** exposto diretamente à luz solar. **O automóvel** permaneceu sob o sol por cerca de quatro horas e meia a cada dia de aferição.

No trecho acima, voltamos a observar um hiperônimo funcionando como sinônimo textual. Dessa vez a palavra *automóvel* assume o mesmo sentido e a mesma referência que aqueles expressos pela palavra *carro*, assumindo o traço especificador [PARA UM GRUPO PEQUENO DE PESSOAS], componente diferenciador da unidade léxica *carro*.

Diante de tudo isso, acreditamos comprovar a hipótese de que o hiperônimo, em posição anafórica, em certos contextos particulares de uso, transforma-se em um sinônimo contextual, através do enriquecimento de traços especificadores. Além disso, isso ocorre independentemente de o hiperônimo vir acompanhado por um artigo definido, ou seja, configurando um SN definido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, investigaram-se as particularidades das relações de sinonímia e de hiperonímia estabelecidas no âmbito do texto escrito. Para tanto, primeiramente apresentamos noções importantes sobre significado, sentido e referência, já que as maneiras como referência e sentido se relacionam caracterizam diferentes abordagens semânticas. Como vimos, a referência de uma palavra são as entidades às quais ela se aplica e o sentido é responsável por ligar as expressões aos seus referentes.

Sob esse enfoque, definimos as relações de sinonímia e hiperonímia. Embora a sinonímia seja normalmente entendida como semelhança entre os sentidos, sinônimos também precisam ser correferenciais dentro de um contexto. Os chamados sinônimos absolutos são palavras que possuem identidade de referência e sentido em todos os contextos possíveis, algo muito difícil de concretizar na prática. Dessa forma, fala-se em graus de sinonímia, ou seja, palavras mais ou menos sinônimas. De acordo com Cruse (2000), podemos falar em sinonímia relacionada à manutenção das condições de verdade de uma sentença e, dessa forma, teremos exemplos mais numerosos na língua.

Diante dessas questões, empreendemos nossa pesquisa, cujo objetivo era verificar como a relação de sinonímia é estabelecida entre o sentido assumido por determinados itens lexicais no discurso real, escrito. O que nos parece é que a sinonímia é limitada pelas exigências da comunicação, ou seja, pelo uso da linguagem e do contexto em que esse uso da língua ocorre. Os falantes interpretam a equivalência de sentido baseando-se em conhecimentos linguísticos compartilhados, mas também em conhecimentos não-linguísticos. É através desse conhecimento sobre o mundo, ou sobre a realidade, que o usuário da língua produz a implicação semântica, que, por sua vez, é o principal ingrediente para interpretação da sinonímia.

No que diz respeito à relação hipônimo/hiperônimo, podemos afirmar que esta é baseada no critério de inclusão. Sob o ponto de vista referencial, o hiperônimo é mais inclusivo, pois a classe que denota é mais ampla e, dessa forma, inclui mais referentes. Entretanto, sob o ponto de vista do sentido, o termo hipônimo inclui o hiperônimo em seus componentes de significado, pois é mais rico em informações semânticas, que o especificam

em relação a outros hipônimos. A principal propriedade de uma relação hiperonímica é a implicação unilateral, ou seja, o hipônimo implica necessariamente o hiperônimo, mas não o contrário. Neste trabalho, procuramos descrever a relação de hiperonímia, bem como de sinonímia, através da metodologia da análise componencial.

A Semântica Componencial foi popularizada por Katz e Fodor no artigo "A estrutura de uma teoria semântica", de 1963. Tal teoria propõe descrever o significado de uma palavra em traços semânticos básicos, universais. De acordo com os autores, as relações lexicais de sinonímia, antonímia, hiponímia e hiperonímia podem ser definidas em termos de semelhanças e diferenças nas especificações dos componentes de significado das palavras. A sinonímia, por exemplo, ocorre quando duas palavras têm traços de significado idênticos. Já o hipônimo tem todos os traços de seu hiperônimo, mas também traços adicionais, que tornam sua referência mais restritiva.

Examinando a questão da hiperonímia baseados em uma perspectiva de uso, parecemos certo que, em determinadas substituições lexicais por hiperônimos, temos uma relação de sinonímia estabelecida e não mais de hipônimo/hiperônimo. Ambos os termos, nesse caso, são utilizados para fazer referência a uma mesma entidade, e são equivalentes em sentido. Essa equivalência de sentido dá-se por meio do ajustamento de traços semânticos do último termo, mais precisamente, por meio do enriquecimento de traços do hiperônimo, conforme hipótese inicialmente levantada. Este, digamos, "herda" os traços especificadores de seu hipônimo em questão, para, na continuidade textual, substituí-lo de forma bem sucedida, ou seja, permitindo que o interlocutor identifique o mesmo referente, através dos mesmos componentes de sentido.

É fato que essa relação de sinonímia só pode ser observada quando substituímos o hipônimo por um hiperônimo, sendo que a posição deste último é rígida. Também observamos que, normalmente, quando o hiperônimo perde seu estatuto semântico e transforma-se em um sinônimo textual, ele vem acompanhado de uma expressão definida. Entretanto, não podemos tomar essa condição como regra para esse fenômeno, pois encontramos exemplo de caso em que observamos essa transformação sem que o hiperônimo fizesse parte de um SN definido. Além disso, observamos em outra situação que, mesmo acompanhado de artigo definido, o hiperônimo pode manter suas propriedades semânticas. Essas questões, aliás, podem embasar estudos futuros, em que se realizem comparações mais sistemáticas entre os casos de sinonímia estabelecidos com SN nu.

## REFERÊNCIAS

ABBOT, Barbara. **Reference**. New York: Oxford University Press, 2010.

BASSO, R.M. **A semântica das relações anafóricas entre eventos**. 2009. 236 f. Tese (Doutorado em Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2009.

BENVENISTE, Emile. **Problemas de linguística geral**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

\_\_\_\_\_. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

BERNÁRDEZ, Enrique. **Introducción a la linguística del texto**. Madrid: Espasa-Calpe, 1982.

BERRUTO, G. **La semántica**. México, Nueva Imagen, 1979.

BORGES NETO, J. ; MÜLLER, Ana; PIRES DE OLIVEIRA, R. A Semântica Formal das Línguas Naturais: Histórias e Desafios. **RELIN- UFMG** (Revista de Estudos Linguísticos), v. 20, n. 1, 2012.

CARDOSO, Silvia Helena Barbi. **A questão da referência**: das teorias clássicas à dispersão dos discursos. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

CHOMSKY, Noam. **Linguagem e Mente**. Brasília: Editora da UnB, 1998.

COSERIU, Eugenio. **Principios de semántica estructural**. Madrid: Editorial Gredos, 1996.

CROFT, W.; CRUSE, D. Alan. **Cognitive Linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CRUSE, D. Alan. **Lexical semantics**. New York: Cambridge University Press, 1986.

\_\_\_\_\_. **Meaning in language**: an introduction to semantics and pragmatics. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. Hyponymy and its varieties. In: GREEN, R.; BEAN, C.; MYAENG, S. (eds). *The semantics of relationships: an interdisciplinary perspective*, Kluwer, 2002, p. 3-21.

\_\_\_\_\_. The lexicon. In: ARONOFF, M.; MILLER, J. R. (eds.). **The handbook of linguistics**. Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 2003, p. 238-264.

DONNELLAN, Keith S. Reference and Definite Descriptions. **The Philosophical Review**. Vol. 75, n. 3, p. 281-304, jul. 1966.

EVANS, Gareth. **The Varieties of Reference**. Oxford: Clarendon, 1982.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4.ed. Curitiba, Positivo, 2009.

FILLMORE, Charles J. Frame semantics. In: GEERAERTS, D. (ed.). **Cognitive Linguistics: basic readings**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, p. 373-400, 2006.

FREGE, Gottlob. Sobre sentido e a referência. In: **Lógica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Cultrix/USP, p. 59-86, 1978.

GOODMAN, Nelson. On Likeness of Meaning. **Analysis**. Vol. 10, n. 1, p. 1-7, oct. 1949.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Semântica estrutural**. Tradução de H. Osakape e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix/EdUSP, 1973.

HALLIDAY, M. A. K; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An Introduction to Functional Grammar**. 3ed. London: Edward Arnold, 2004.

ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. **Semântica**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.

JAKOBSON, Roman.; HALLE, Morris. **Fundamentos del Lenguaje**. Madrid: Ciencia Nueva, 1956.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. 19. ed. São Paulo: Cultrix, 2003 (original de 1969).

KATZ, Jerrold J; FODOR, Jerry A. The Structure of a Semantic Theory. **Language**. Vol. 39, n. 2. p. 170-210, apr.- jun. 1963.

\_\_\_\_\_. Estrutura de uma teoria semântica. In: Lobato, Lúcia M. P. (org.). **A semântica na linguística moderna: o léxico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

KATZ, Jerrold J. Semantic Theory and the Meaning of 'Good'. **The Journal of Philosophy**. Vol. 61, n. 23, p. 739-766, dec. 1964.

KEMPSOON, Ruth. **Teoria semântica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

KLEIBER, Georges; TAMBA, Irène. L'homonymie revisitée: inclusion et hiérarchie. In **Langages**, 98, 1990, p.7-32.

KRIPKE, Saul. **Naming and Necessity**. Cambridge, Harvard University Press, 1980.

LAKOFF, George. **Women fire and dangerous things**: what categories reveal about the mind. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LAPPIN, Shalom. An Introduction to Formal Semantics. In: ARONOFF, M.; REES MILLER, J. (eds.). **The Handbook of Linguistics**. Oxford: Blackwell Publishers Ltd, p. 369-393, 2001.

LYONS, John. **Semântica**. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1977.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Linguística Teórica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/EDUSP, 1979.

\_\_\_\_\_. **Lingua(gem) e linguística**: uma introdução. Rio de Janeiro. LTC, 2009.

LOPES, I. C. e PIETROFORTE, A. V. S. A semântica lexical. In: FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à linguística II**: princípios de análise. São Paulo: Contexto, p. 111-135, 2004.

LOPES, Edward. **Fundamentos da linguística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Anáfora Indireta: o barco textual e suas âncoras. **Revista de Letras da UFPR**. Curitiba, n. 56, p. 217-258, jul. / dez. 2001.

MARTINEZ, Juan Miguel Gonzalez. La sinonimia, problema metalinguístico. **Anales de Filología Hispánica**. Vol. 4, p. 193-210, 1989.

MÜLLER, Ana. Sentenças genericamente quantificadas e expressões de referências a espécies no português brasileiro. **Caderno de Estudos Linguísticos**, n.39, p.131-148, jul-dez 2000.

\_\_\_\_\_. A expressão da genericidade nas línguas naturais. In: Muller, Ana; E. Negrão; M.J. Foltran. (org.). **Semântica Formal**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 153-172.

MURPHY, M. L. **Semantic relations and the lexicon**: antonymy, synonymy, and other paradigms. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

NÚÑEZ LADEVÉZE, Luis. Sinonimia y definición como operaciones textuales. **Revista de Ciencias de la Información**, n.5. Madrid: Editora Universitaria Complutense, 1988.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. **Semântica formal**: uma breve introdução. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001.

ORDÓÑEZ, Salvador Gutiérrez. **Introducción a la Semántica Funcional**. Madrid: Síntesis. 1989.

PARTEER, Barbara H. The Development of Formal Semantics in Linguistic Theory. In: LAPPIN, S. (ed.). **The Handbook of Contemporary Semantic Theory**. Oxford: Blackwell Publishers Ltd., p. 11-38, 1997.

PUTNAM, Hilary. Meaning and Reference. **The Journal of Philosophy**. Vol. 70, n.19, p. 699-711, nov. 1973.

RUSSEL, Bertrand. On Denoting. **Mind**. Vol. 14, n.56, p. 479-493, out. 1905.

SALOMÃO, M. M. M. FrameNet Brasil: um trabalho em progresso. **Calidoscópio**. Vol. 7, n. 3, p. 171 – 182, set/dez 2009.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006 (original de 1916).

SEIDE, Márcia Sipavicius. Uso de hiperônimo como elemento coesivo em textos jornalísticos. In: BARROS, L. A.; ISQUERDO, A. N. (orgs.). **O léxico em foco: múltiplos olhares**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 349-365.

SILVA, Fátima. Contributo da hiperonímia e da meronímia para a configuração de relações anafóricas. **Línguas e literaturas**. Porto, v. 10, n. 2, p. 657-672, 2003.

STORJOHANN, Petra. Synonyms in corpus texts: conceptualisation and construction. In: STORJOHANN, P. (ed.). **Lexical-semantic relations: theoretical and practical perspectives**. Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2010, p.69-94.

STRAWSON, P. F. On Referring. **Mind**. Vol. 59, n. 235, p. 320-344, jul. 1950.

ULLMANN, S. **Semântica**: uma introdução à ciência do significado. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1964.